



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA  
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA, INTERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE

DANIELY DA SILVA DIAS VILELA

**A MULHER IDOSA E A CRIMINALIDADE: UMA COMPREENSÃO NA  
PERSPECTIVA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Recife

2021

DANIELY DA SILVA DIAS VILELA

**A MULHER IDOSA E A CRIMINALIDADE: UMA COMPREENSÃO NA  
PERSPECTIVA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco, na Linha de Pesquisa Família e Interação Social, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito  
Dias

Recife

2021

DANIELY DA SILVA DIAS VILELA

**A MULHER IDOSA E A CRIMINALIDADE: UMA COMPREENSÃO NA  
PERSPECTIVA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Maria de Souza Brito Dias (UNICAP)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Lúcia Francisco (UNICAP)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elaine Pedreira Rabinovich (UCSal/FABEP)

Recife

2021

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral compreender o que leva algumas mulheres idosas, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, a cometerem um crime. Pretendeu-se, especificamente: 1) apresentar e contextualizar a Teoria do Desenvolvimento Humano a partir da perspectiva Bioecológica; 2) conhecer o contexto que contribuiu para que mulheres idosas incorrerem no delito; 3) analisar os fatores que influenciam algumas pessoas no processo de envelhecimento e velhice a praticarem crimes. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, transversal, exploratória e descritiva. A amostra foi constituída com a participação de cinco mulheres idosas que estão em cumprimento de pena em instituições prisionais do Estado de Pernambuco. Os instrumentos para a coleta de dados constaram de um questionário biosociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado. A análise dos dados foi realizada por meio da metodologia do Desenvolvimento Humano na perspectiva Bioecológica, que propõe a análise da relação entre os quatro elementos do modelo PPCT (pessoa, processo, contexto e tempo) para compreensão dos fenômenos humanos. Os resultados apontam que as participantes têm idades entre 60 e 71 anos, nível de escolaridade (fundamental incompleto), são divorciadas ou solteiras, aposentadas ou pensionistas, com renda de um salário-mínimo, têm entre cinco e três filhos, seis e quatro netos, um a três bisnetos e são visitadas pelas filhas. As doenças mais prevalentes são: hipertensão, problemas de memória, diabetes, problemas na coluna e labirintite. Foram condenadas predominantemente pelo tráfico de entorpecentes, seguidos de homicídio simples tentado e estelionato. As penalidades variaram de oito a 14 anos de detenção. No que refere às motivações para o crime, depreende-se que os contextos bioecológicos que envolvem a vida dessas pessoas operam como facilitadores da entrada na vida de crimes. Em suma, as prisões para as idosas encarceradas podem ser compreendidas como uma experiência em família. Via de regra, elas são atingidas pelas privações próprias de quem vive nas periferias e, muitas delas, veem no tráfico de drogas uma possibilidade de uma vida melhor, tanto para elas quanto para a família. Logo, características de personalidade; história de vida; baixos salários de aposentadoria e, em consequência, a falta de garantia de meios para sobrevivência; vínculos familiares, mais precisamente a influência dos filhos e dos netos contribuíram decisivamente para sua entrada na criminalidade. Portanto, almeja-se que os resultados obtidos possam subsidiar o trabalho de profissionais interessados em organizar projetos de promoção à qualidade de vida das pessoas idosas sob riscos de envolvimento com o crime ou já envolvidas, como os que se encontram encarcerados. Ademais, espera-se colaborar para minimizar os impactos do aumento no número de idosos dentro das penitenciárias por meio do incentivo a políticas e ações de prevenção ao envolvimento com o crime, na região nordestina do Brasil, em especial no Estado de Pernambuco.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Humano, Pessoa idosa, Criminalidade, Encarceramento.

## ABSTRACT

This dissertation main objective is to comprehend what leads some elderly women, after a lifetime without involvement with the justice system, ended up committing a crime. Specifically, our purpose was: 1) to indicate and contextualize the Human Development Theory using ideas originated on a the bioecology perspective; 2) know the context that contributed to elderly women to incur the crime; 3) to analyze the factors that influence some aging and elderly people in commit crimes. This research is qualitative, transversal, exploratory and descriptive. The sample consisted of five elderly women who are serving time in correctional institutions in the State of Pernambuco. The data collection instruments consisted of a bio sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview. Data analysis was conducted using the Human Development Theory in the Bioecological perspective, which proposes the analysis of the relationship between the four elements of the PPCT model (person, process, context and time) to understand human phenomena. The results show that the participants are between 60 and 71 years old, an education level incomplete elementary education, are divorced or single, retired or pensioners, with income of one minimum wage, and have between five and three children, six and four grandchildren, one to three great-grandchildren and are visited by their daughters. The most prevalent diseases are hypertension, memory problems, diabetes, back problems and labyrinthitis. They were condemned predominantly for drug trafficking, followed by attempted murder and fraud. Penalties ranged from 8 to 14 years in prison. With regard to the motivations for crime, it appears that the bioecological contexts that involve the lives of these people acts as facilitators to entry into the criminality. In short, prisons for incarcerated elderly women can be understood as a family experience. As a rule, they are affected by the deprivations in life, characteristic that affect those who live on the suburbs, and many of them see drug trafficking as a possibility for a better life, both for them and for their family. Therefore, personality characteristics; life's history; small pensions and, the lack of guaranteed means of survival; family ties, more precisely the influence of children and grandchildren contributed decisively to their entry into crime. Therefore, it is hoped that the results obtained can inform the work of professionals interested in organizing projects to promote the life quality of elderly people at risk of involvement with crime or already involved, such as those who are incarcerated. In addition, it is expected to collaborate to minimize the impacts of the increase in the number of the elderly in prisons by encouraging policies and actions to prevent their involvement with crime, in the Northeast region of Brazil, especially in the State of Pernambuco.

**Keywords:** Human Development, Elderly Person, Crime, Imprisonment.

## RESUMEN

El objetivo principal de esta disertación es el de entender que lleva a mujeres idosas, después de una vida sin problemas con la justicia, a cometer crímenes. Específicamente nuestro propósito fue el de: 1) presentar y contextualizar la Teoría del Desarrollo Humano, partiendo de la perspectiva Bioecológica; 2) conocer el contexto que contribuyó a que las mujeres idosas incurrieran en un delito; 3) analizar los factores que influyen a algunas personas que están envejeciendo o que han envejecido a cometer crímenes. Esta es una investigación cualitativa, transversal, exploratoria y descriptiva. La muestra consistió en cinco mujeres idosas que cumplen condenas en prisiones en el Estado de Pernambuco. Para recolectar los datos se usó un cuestionario biosociodemográfico y entrevistas semi-estructuradas. El análisis de los datos fue realizado a través de la metodología del Desarrollo Humano con perspectiva Bioecológica, que propone el análisis de la relación entre los cuatro elementos del modelo PPCT (persona, proceso, contexto y tiempo) para comprender los fenómenos humanos. Los resultados muestran que las participantes tienen entre los 60 y 71 años, con un nivel de escolaridad primaria incompleta, son divorciadas o solteras, jubiladas o recibiendo pensiones, con ingresos de un salario mínimo, y tienen entre cinco y tres hijos, seis o cuatro nietos, uno o tres biznietos, y son visitadas por las hijas. Las enfermedades más comunes son: hipertensión, problemas con la memoria, diabetes, problemas con la columna y labirintite. Fueron condenadas principalmente por tráfico de drogas, atentado de homicidio y fraude. Las condenas fluctúan entre los 8 y 14 años de prisión. Con relación a lo que las motivó al crimen, parece que el contexto biosocioecológico que envuelve la vida de estas personas funciona como facilitador a que incurran en la criminalidad. En resumen, el encarcelamiento de mujeres idosas puede ser entendido como una experiencia de familia. En general, ellas son afectadas por las deprivaciones de la vida, características que afectan a esas que viven en los suburbios, y muchas ven el tráfico de drogas como una oportunidad para una vida mejor, tanto para ellas como para sus familias. Entonces, características de personalidad; historia de vida; pensiones bajas, y falta de garantía de medios para sobrevivir; vínculos familiares, y más precisamente, la influencia de los hijos e de los nietos, contribuyeron decisivamente a su entrada a la vida del crimen. Por lo tanto, la esperanza es que los resultados de este análisis pueda informar la labor de profesionales interesados en organizar proyectos que promuevan la calidad de vida de los idosos en peligro de involucrarse en la criminalidad o ya envueltos. Además, se espera tendría impacto en minimizar el número de personas de mayor edad en las cárceles, a través de incentivos a las políticas y acciones de prevención a la participación en el crimen, en el Nordeste de Brasil, y especialmente en el Estado de Pernambuco.

**Palabras clave:** Desarrollo humano, Anciano, Delito, Encarcelamiento.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Fluxograma do levantamento em bases de dados.....	28
Figura 2 – Contextos ecológicos.....	67
Tabela 1 – Resultado detalhado da busca de artigos em periódicos indexados nas bases de dados.....	29
Tabela 2 – Características e resultados dos 11 estudos incluídos na revisão sistemática.....	29
Tabela 3 – Dados biosociodemográficos.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acidente Vascular Cerebral (AVC)  
Agente de Segurança Penitenciário (ASP)  
Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)  
Centro de Recuperação Social (CRS)  
Código Penal (CP)  
Código de Processo Penal (CPP)  
Colônia Prisional Feminina de Abreu e Lima (CPFAL)  
Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)  
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)  
Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)  
Escola penitenciária (EP)  
Gerência de Tecnologia da Informação (GTI)  
Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)  
Informações Penitenciárias (INFOPEN)  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)  
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)  
Lei de Acesso à Informação (LAI)  
Lei de Execução Penal (LEP)  
Organização Mundial da Saúde (OMS)  
Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ)  
Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário (PNSSP)  
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI)  
Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC)  
Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT)  
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH)  
Secretaria de Ressocialização (SERES)  
Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT)  
Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)  
Sistema Único de Saúde (SUS)  
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)  
Vocabulário de Terminologias em Psicologia da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-psi)



## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Alberto e Cirlene (*in Memoriam*)

Ao meu marido Adriano,

À minha irmã Cirlene,

Aos mestres que me acompanharam nessa trajetória,

Às participantes desta pesquisa.

*“Uma pesquisa orientada pelo modelo bioecológico incorpora tanto as peculiaridades quanto as similaridades das características evolutivas do indivíduo e do seu ambiente, com base em uma perspectiva holística e sistêmica do fenômeno estudado. Teoria e aplicação surgem para a ciência atual como um desafio epistemológico e metodológico, pois não basta apenas captar as idiossincrasias do ser humano e do ambiente em transformação; é preciso também apreender as inter-relações entre ambos”.*

(Polonia, Dessen & Silva, 2005, pg. 85).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo...

À minha família, em especial, ao meu marido Adriano, pela paciência, compreensão, pela amizade, parceria, amor, pelos momentos de renúncia a favor da pesquisa. À minha irmã Cirlene, pelo apoio e cuidado desde o meu nascimento.

À minha mãe (*in Memoriam*), meu maior e melhor presente dado por Deus aqui na terra. Fonte de inspiração, exemplo de força e resistência. A prova de que o amor vence as dificuldades, barreiras e obstáculos que a vida nos impõe. Deixou-nos o legado de cuidar, mas antes, cuidar-se, sendo este o maior ato de amor para com quem amamos.

A todos os meus irmãos(ãs), cunhados(as), sobrinhos(as), sobrinhos(as) netos(as), enfim, aos parentes aqui não mencionados. Aos meus avós maternos e paternos (*in Memoriam*).

Aos gestores da Secretaria de Ressocialização (SERES): Dr. Henrique Douglas e Dr. Murilo da Escola Penitenciária. Em especial, agradeço ao Dr. Márcio, da Gerência de Tecnologia e Informação, pelo apoio, disponibilidade e presença nesta pesquisa. Às gestoras das unidades prisionais, que conduziram com todo cuidado, atenção e segurança a minha entrada nos locais, além de assegurar o cumprimento dos protocolos de saúde em razão da Pandemia. Uma trajetória que exigiu paciência e cautela, muito rica em vivências e aprendizado. Ao final desta caminhada, fica a certeza de que o trabalho apenas começou, pois pontes foram criadas. Todos foram fundamentais para que esta pesquisa se tornasse possível.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria de Souza Brito Dias, pela paciência, dedicação, assistência, seriedade e competência, que contribuiu de forma imprescindível para a construção do trabalho proposto e meu desenvolvimento profissional e acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP, pelos ensinamentos.

Às professoras examinadoras Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Francisco e Dr<sup>a</sup> Elaine Pedreira Rabinovich, pela disponibilidade e pelas valiosas sugestões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa para realização desta pesquisa.

## SUMÁRIO

Resumo.....	04
Abstract.....	05
Resumen.....	06
Lista de Figuras e tabelas.....	07
Lista de abreviaturas e siglas.....	08
Introdução.....	14
1. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano aplicada ao fenômeno da violência praticada por pessoas idosas.....	18
1.1 Surgimento da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.....	18
1.2 O modelo PPCT –Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.....	21
2. Idosos encarcerados no Brasil: uma Revisão Sistemática da Literatura.....	27
2.1 Método.....	27
2.2 Resultados.....	29
2.3 Discussão.....	33
2.4 Considerações.....	42
3. Objetivos e Método.....	44
3.1 Objetivo geral.....	44
3.2 Objetivos Específicos.....	44
3.3 Método.....	44
3.4 Natureza da pesquisa.....	44
3.5 Participantes.....	45
3.6 Instrumentos.....	45
3.7 Procedimento de coleta de dados.....	46
3.8 Análise dos dados.....	48
4. Resultados e discussão.....	50
4.1 Descrição das participantes.....	50
4.2 Características das participantes e sua relação com a literatura.....	54
4.3 As dimensões pessoa e tempo do modelo Bioecológico e os fatores que influenciaram a prática de crimes.....	59
4.3.1 Pessoa.....	59
4.3.2 Tempo.....	64
4.4 O contexto ecológico de mulheres idosas encarceradas.....	67

4.4.1 Microsistema.....	68
4.4.2 Mesossistema.....	74
4.4.3 Exossistema.....	77
4.4.4 Macrossistema.....	79
5. Considerações finais.....	82
Referências.....	87
Anexos.....	96
Apêndice A- Questionário Biossociodemográfico.....	97
Apêndice B- Entrevista semiestruturada.....	98
Apêndice C- Aprovação do Comitê de Ética.....	99
Apêndice D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	103

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno em ascensão no Brasil e no mundo, sendo amplamente estudado e debatido por vários setores da sociedade. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) aponta que a população mundial tem apresentado um ritmo acelerado de envelhecimento, nunca visto na história da humanidade. Com isso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) afirma que o Brasil é o lar de aproximadamente 20 milhões de idosos. Estima-se que, em 2060, o número total de idosos no país chegue a quase triplicar, passando a 58 milhões. Logo, daqui a cinco anos, seremos o sexto país no mundo em número de idosos (Camarano, 2004).

O envelhecimento humano é um processo dinâmico, progressivo e que acarreta alterações físicas, psicológicas e sociais. Nesse sentido, a última fase da vida pode ter início após a terceira década (Papaléo Neto, 2016; Zimmerman, 2007). De maneira geral, a velhice acarreta algumas manifestações como a diminuição da eficiência operacional, trabalho e resistência, além de perdas dos papéis sociais, perdas psicológicas, motoras e afetivas, bem como impacta na solidão. Tais alterações podem ser acentuadas devido “à ausência de adaptação ao meio, resultando em situação de vulnerabilidade”, como o envolvimento do idoso com a criminalidade e risco a doenças (Papaléo Neto, 2016, p.11).

Nesse sentido, essa fase do desenvolvimento possui características singulares a cada pessoa, pois depende da história de vida, da qualidade dos vínculos que construiu, das oportunidades e do conhecimento aos quais teve acesso, de acordo com o contexto social e a cultura na qual foi inserida (Fruett, 2015). Logo, a velhice assume diversas formas de representação que variam conforme o momento histórico, a cultura e o contexto.

Com o envelhecimento da população, surgem diversas demandas, dentre elas merece destaque o aumento no número de idosos encarcerados (Carmo & Araújo, 2011; Coelho, Melo, Oliveira, & Souza, 2016; Ghiggi, 2012, 2018; Keinert, 2009; Magalhães, 2017; Monteiro, 2013; Oliveira, Costa, & Medeiros, 2013; Pompeu, 2015). O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) indica que os idosos encarcerados representam 1,4 % da população total, ou seja, cerca de dez mil em um total de 748,009 mil pessoas privadas de liberdade (INFOPEN, 2004/2019).

Sendo assim, embora esse quantitativo não represente um dado alarmante em relação à população geral, é importante ressaltar que o número de idosos encarcerados apresentou um crescente aumento entre os anos de 2005 e 2019. Em 2005, eram 1.350 idosos encarcerados, entre homens e mulheres. Em 2009, o número desses idosos passou a ser 4.076; em 2011,

chegou a 4.849, em 2016, passou a 6.895, e, em 2019, atingiu o total de 10.472 representando um aumento de 660% em 14 anos (Carmo & Araújo, 2011; Coelho et al., 2016; INFOPEN, 2004/2019).

O aumento nas estatísticas dos crimes cometidos por idosos, conforme Brandão (2015), tem a ver com os avanços tecnológicos e a globalização. Ele acrescentou que as novas demandas sociais acabam por jogar esses idosos “muitas vezes, [...] em um vazio: não são afortunados para usufruírem de uma aposentadoria decente, nem tão jovens para concorrerem num competitivo mercado de trabalho” (p. 31). Para Côrte (2010) e Melo *et al.* (2016), outro fator se refere ao número crescente de pessoas que estão envelhecendo no sistema prisional devido à reincidência criminal que ocorre em detrimento de falhas no processo de ressocialização.

Nesse segmento, é importante considerar que em países de terceiro mundo, como o Brasil, o impacto social é mais significativo que o biológico. Papaléo Netto (2016) faz alusão às dificuldades socioeconômicas nesses países que, de forma arcaica, privilegiam uns em detrimento de outros, tornando-se verdadeiras fábricas de desigualdades sociais. Assim, nessa realidade observa-se que a fome, a violência, o desemprego, o analfabetismo, aliados à ausência de moradia digna e saúde adequada, colocam toda a população e, principalmente, os mais idosos em situação de risco.

Logo, a má distribuição financeira, a ausência de recursos para lidar com as transformações decorrentes do crescimento no número de idosos, “pelo aumento das despesas com saúde e pela queda da renda devido à redução no número de indivíduos economicamente ativos” nos leva a entender que ainda não estamos preparados para lidar com essa problemática (Zimerman, 2007, p. 15).

A sociedade acredita que, por ter vivido bastante e ser uma pessoa dotada de experiência, o (a) idoso (a) não seria capaz de transgredir as normas sociais. Assim, vê-lo no lugar do criminoso é algo pouco cogitado pela população, que o percebe, em geral, como frágil e indefeso. Na verdade, é bastante comum encontrá-lo no lugar da vítima e não no banco dos réus. Desse modo, as pessoas esquecem que o idoso teve um passado e que o tempo modificou sua aparência física, mas não sua personalidade. É natural que, ao envelhecer, o sujeito se torne mais dependente de forma global, mas nem sempre incapaz física e mentalmente (Brandão, 2015; Monteiro, 2013).

Desse modo, compreender qual é o lugar do idoso na contemporaneidade e os fatores que podem levá-lo a cometer um crime ainda representa um desafio, pois pouco se fala sobre o tema. Diante disso, observa-se que, atualmente, o imaginário social construiu a figura de um

idoso que renunciou a seus desejos para ocupar um lugar na sociedade. Assim, ele passa a ser sinônimo de benevolência e fragilidade, ou seja, ao envelhecer abandonaria seu modo de ser no mundo, para atender às novas demandas sociais (Novo & Lopes, 2010).

Nesse entendimento, a pessoa idosa, quando envolvida pelo fenômeno da violência, comete um crime e por ele é julgada e condenada a cumprir pena em uma instituição prisional, passa a ser um (a) idoso (a) criminoso (a). Vários fatores podem contribuir com essa condição, dentre eles características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa idosa, atuantes em seu processo de desenvolvimento em um determinado contexto, as quais influenciam dinamicamente a maneira como ela estabelece suas relações interpessoais, violentas ou não (Koller & De Antoni, 2011).

Nesse contexto, o (a) idoso (a) criminoso (a) parece também não ser notado pelas áreas do conhecimento, pois boa parte da literatura que trata do binômio idoso – crime versa sobre a violência contra o idoso e poucos trabalhos chegam a retratá-lo como agente da ação criminal. Desse modo, embora os números não sejam alarmantes, percebemos que não se pode negligenciar o fato de que muitos idosos estão em lugar de agressor. Para Côrte (2010), “a ausência de informações sobre a pessoa idosa como criminosa, nos faz perceber o quanto estamos despreparados para lidar com a velhice, pois tentamos criar estereótipos do que é ser velho, do que dele se espera” (p. 256). Logo, esta lacuna acerca do tema pontua que “a velhice ainda é fruto das mais variadas crendices, mitos e preconceitos” (Brandão & Neto, 2015, p. 259).

Nesse entendimento, Brandão (2015) apreende a fragilidade presente no processo do envelhecimento, mas reforça que a idade não impede a ação criminosa. Ressalta, ainda, que os mitos em torno da velhice são acentuados, quase sempre por “interesse patrimonial, debilidade do entendimento do que seja saúde, fatores culturais”, políticos e econômicos (p. 35). Assim, as novas denominações “melhor idade”, “boa idade”, “longeviventes”, conotações positivas, demonstram que o lugar da velhice assumiu posição privilegiada e, portanto, a imagem do idoso não deve ser associada às conotações “negativas” (Beauvior, 1990; Fruett, 2015; Novo & Lopes, 2010; Monteiro, 2013).

Portanto, esta dissertação teve como objetivo geral compreender o que leva algumas mulheres idosas, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, a cometerem um crime. Especificamente, pretendeu-se: 1) apresentar e contextualizar a Teoria do Desenvolvimento Humano a partir da perspectiva Bioecológica; 2) conhecer o contexto que contribuiu para mulheres idosas incorrerem no delito; 3) analisar os fatores que influenciam algumas pessoas no processo de envelhecimento e velhice a praticarem crimes.



Destarte, para compreensão desse fenômeno, fizemos uso da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Essa teorização preconiza que o ambiente é um “elemento essencial para as inter-relações, uma vez que nele ocorrem os processos proximais - as interações face a face entre as pessoas, os objetos e os símbolos - caracterizando-se um método de pesquisa do desenvolvimento no contexto” (Benetti, Vieira, Crepaldi & Schneider, 2013, p. 97).

Logo, nessa perspectiva, o desenvolvimento humano é o resultado de uma construção sócio-histórica, não universal, cultural e específica. Desse modo, as múltiplas realidades dependem da junção de fatores culturais, históricos e sistemas bioecológicos presentes nos mais variados contextos. Destarte, o sujeito constrói-se a partir das inter-relações que estabelece reciprocamente com o meio em que vive: a cultura - seus símbolos e significados perpassam gerações - bem como aspectos sociais e econômicos de cada tempo histórico (Benetti, Vieira, Crepaldi & Schneider, 2013).

Esta dissertação está constituída por cinco capítulos: o primeiro, por meio de uma revisão narrativa da literatura, descreve a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano aplicada ao fenômeno da violência praticada por pessoas idosas; o segundo, com base em uma revisão sistemática da literatura, descreve o que foi publicado no Brasil sobre os idosos encarcerados nos últimos dez anos; o terceiro apresenta os objetivos e o método utilizado nesta Dissertação; o quarto focaliza os resultados e discussão das entrevistas; por fim, no quinto e último capítulo tecemos algumas considerações sobre o trabalho realizado.

## **1 A TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO APLICADA AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR PESSOAS IDOSAS**

Determinadas pesquisas, com base na perspectiva bioecológica, foram realizadas para investigar o fenômeno da violência, dentre elas predominaram as temáticas: a violência de gênero (Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida, & De Souza, (2009); no contexto escolar (Habigzang, Lampert, De Antoni, & Koller, 2011); a violência intrafamiliar (Koller & De Antoni, 2011); o abuso sexual na família (Lordello & Oliveira, 2012); o bullying (Schultz, Duque, Silva, Assini, Souza, & Carneiro, 2012). Assim, frente à ausência de pesquisas que abordem o idoso(a) agressor(a) na perspectiva bioecológica, tornou-se viável esta revisão da literatura.

Este capítulo tem o objetivo de compreender o fenômeno da violência praticada por pessoas idosas por meio da Teoria Bioecológica do desenvolvimento Humano. Para isso, de início faremos breves considerações sobre o histórico e surgimento da teoria. Posteriormente, alguns conceitos básicos serão descritos e aplicados à temática do idoso envolvido com a criminalidade.

### **1.1 Surgimento da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano**

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano emergiu com base nos pressupostos de Urie Bronfenbrenner. Esse modelo teórico surgiu na segunda metade do século XX, no entanto, as sementes dos primeiros conceitos que deram origem à teoria foram plantadas ao longo de sua infância e só vieram a ser colhidas quase trinta anos depois. Bronfenbrenner nasceu em Moscou – Rússia, em 1917, mas mudou-se para os Estados Unidos aos seis anos de idade com a sua família, em consequência de conflitos políticos e sociais instaurados na época (Benetti, Vieira, Crepaldi, & Schneider, 2013).

Assim, ao mudar para os Estados Unidos, foi morar em uma instituição estadual própria para pessoas conhecidas como “débeis mentais”, onde seu pai exercia a função de médico. Essas instituições eram comunidades atuantes. Nelas, os pacientes passavam o dia trabalhando com agricultura, em oficinas e nas salas de aula, fora das enfermarias.

Os profissionais residiam nas instalações da fazenda com as suas famílias e, por isso, Urie tinha liberdade de estar quase sempre com seu pai. Então, era comum acompanhá-lo nas caminhadas do laboratório às enfermarias e oficinas, nos atendimentos aos pacientes. Nesses momentos, seu genitor costumava chamar-lhe a atenção para a “interdependência funcional

entre os organismos vivos e seu ambiente”, mas ele parecia ainda não estar preparado para compreender toda aquela riqueza interacional (Bronfenbrenner, 1996, p. 2).

Conforme o referido autor, era comum que os tribunais da cidade de Nova Iorque enviassem crianças às instituições. Ao chegar, elas apresentavam escores médios de inteligência, mas depois de algumas semanas convivendo com outros pacientes ocorria um rebaixamento nos índices iniciais. Com base nesses resultados, elas eram impedidas de regressar ao contexto social. Por outro lado, no caso de alguns pacientes adultos que apresentavam índices um pouco abaixo da média, quando distanciados do contexto institucional - para trabalhar nas casas dos profissionais da fazenda - demonstravam melhora. Com isso, era possível a reinserção social daquelas pessoas.

Desta maneira, o mesmo autor reiterou que, diante daqueles fatos, o menino Urie percebeu a influência do contexto sobre o organismo e deduziu que havia uma interdependência funcional entre eles. Logo, a curiosidade foi plantada e o desejo de conhecer o processo que envolvia esse fenômeno surgiu alguns anos depois com a compilação dos seus argumentos teóricos, os quais deram origem à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

No entanto, até chegar ao produto final, Bronfenbrenner trilhou um longo caminho. Sua trajetória acadêmica teve início com a graduação em Música e em Psicologia pela Universidade de Cornell, no ano de 1938. Nessa instituição conheceu Kurt Lewin, professor e mentor da Teoria de Campo que o influenciou sensivelmente na construção dos seus conceitos. Em 1942, na universidade de Michigan, concluiu o mestrado e o doutorado (Bronfenbrenner, 1996). De acordo com Polonia, Dessen e Silva (2005), durante a década de 1960, ele planejou e implementou projetos de ordem pública, pelos quais obteve grande reconhecimento. Ele acreditava que as políticas públicas poderiam contribuir com o desenvolvimento das pessoas e garantir melhoria às condições vida.

Na década de 1970, a ciência repousava sobre o paradigma positivista e as teorias vigentes privilegiavam o rigor metodológico e experimentos controlados “excelentemente planejados”. Para Bronfenbrenner, aquelas pesquisas eram de alcance reduzido, pois costumavam representar a realidade da pessoa fora do seu ambiente natural. Assim, criticou o positivismo da época, pois acreditava que aquela era a “ciência do comportamento desconhecido da criança, em situações desconhecidas, com adultos desconhecidos, pelos períodos de tempo mais breves possíveis” (Bronfenbrenner, 1996, p.16).

Diante disso, o autor referenciado desenvolveu o primeiro modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano, em 1979, influenciado por Dilthey, George Mead, Kurt Lewin,

Piaget e outros. Prati, Couto, Moura, Poletto e Koller (2008) salientam que essa proposta deu ênfase ao ambiente natural das pessoas e, assim, o contexto passou a ser fundamental para se conhecer o desenvolvimento humano. Para ilustrar suas ideias, Bronfenbrenner (1996) relacionou seu modelo teórico ao conjunto de bonecas russas, as quais se encaixam uma na outra. Cada uma delas representa um sistema que possui características próprias, mas estão dinamicamente entrelaçadas.

De acordo com os citados autores, em 1992, mais uma reformulação do modelo teórico foi realizada; dessa vez, ele especificou as peculiaridades do desenvolvimento associadas à pessoa, dando-lhe um caráter mais ativo. Dessa maneira, passou a nomear seus argumentos de Teoria dos Sistemas Ecológicos.

Nessa perspectiva, Bronfenbrenner (1996, p.18) compreendia o desenvolvimento humano como o “estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive”. Logo, esse processo é afetado pelos ambientes mais amplos, os quais, direta ou indiretamente, influenciam o desenvolvimento das pessoas.

Outrossim, conforme Barreto (2016), após algumas reformulações teóricas realizadas no período de 1981 a 2005, Bronfenbrenner amadureceu aspectos relacionados à teoria, à pesquisa e às políticas públicas e, a partir disso, propôs a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Nesse momento, referiu preocupar-se com o futuro das gerações vindouras, uma vez que os contextos das sociedades de todo mundo se encontravam cada vez mais revoltos. As principais obras desse período foram: “The State of Americans: this generation and the next” e “Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos” (2011). Essas publicações refletem a evolução de sua teoria sistêmica voltada para o desenvolvimento humano e familiar (p. 280).

Para o autor, o desenvolvimento deixa de ser o estudo que enfatiza as mudanças de fases marcadas pela idade cronológica do ser humano, passando a ser definido como fenômeno de continuidade das modificações biopsicológicas da pessoa e de grupos, durante a vida e por intermédio das gerações. O desenvolvimento da pessoa e de sua família estão correlacionados ao contexto mais próximo e mais distante, ao longo da vida, abrangendo diversas gerações e o tempo histórico cultural da humanidade.

Portanto, a evolução do pensamento de Urie Bronfenbrenner deu-se paulatinamente à medida em que amadureceu física e cognitivamente, sob a influência de um contexto positivista que negava a interação multidimensional entre os seres humanos e tudo que os cercam. Contudo, nesse contexto ele se contrapôs ao pensamento vigente e preconizou suas

ideias, as quais anunciaram a emergência de um novo paradigma. Assim, esse novo modelo revolucionou a ciência psicológica do desenvolvimento humano desde seu surgimento até os dias atuais. Nesse sentido, a perspectiva bioecológica propõe a relação entre quatro elementos: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) para a compreensão dos fenômenos humanos. Mais adiante esses conceitos serão discutidos.

## 1.2 O modelo PPCT –Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano possui quatro elementos-chave: processo, pessoa, contexto e tempo (PPCT); os quais serão discutidos em suas peculiaridades separadamente por questões didáticas. Cuidaremos para que não haja perda do foco na interação entre eles. Diante disso, Polonia, Dessen e Silva (2005, p.75) destacam que essa relação não se processa apenas de forma aditiva, “mas em termos de sistemas sinérgicos que operam na dinâmica genética-ambiente”. Assim, nosso objetivo é, a partir dessa ampliação de conceitos, compreender a dinâmica da violência praticada por pessoas idosas.

Nessa perspectiva, Benetti *et al.* (2013) ressaltam que o desenvolvimento humano resulta de uma construção biopsicológica, social, histórica, não universal, cultural e específica. As múltiplas realidades dependem da junção de fatores culturais, históricos e sistemas bioecológicos presentes nos mais variados contextos. Dessa forma, o ser humano constrói-se a partir das inter-relações que estabelece reciprocamente com o meio em que vive.

O organismo adota formas complexas e graduais para interagir com pessoas, objetos e símbolos do ambiente. Essa forma particular de interação - que depende de características individuais, do ambiente, do tempo e do espaço - entre o organismo e o contexto é nomeado de *processos proximais*. Eles também são mecanismos de ordem primária porque operam por meio do tempo e são propulsores do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2005; Polonia *et al.*, 2005).

Nesse sentido, para que se estabeleça um processo proximal, a pessoa deve estar engajada em uma atividade regular. Além disso, essa tarefa precisa ser cada vez mais complexa, por um período de tempo considerado longo. Outrossim, as relações interpessoais estabelecidas precisam ser recíprocas e, por fim, objetos e símbolos do contexto imediato devem estimular a pessoa em desenvolvimento (Prati, Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008).

Polonia *et al.* (2005) profere que para melhor clarificar os processos proximais é necessário observar como a pessoa se organiza frente à realidade objetiva e simbólica dos

fenômenos vivenciados, ou seja, “deve-se levar em consideração: a) percepções e respostas diferenciadas; b) o controle da direção do próprio comportamento; c) o manejo bem-sucedido das situações de estresse; d) a aquisição de conhecimentos e habilidades; e) o estabelecimento e a manutenção de relações satisfatórias mútuas e f) as modificações e construções do ambiente físico, social e simbólico” (p.83).

Destarte, para se identificar o processo proximal - tomaremos como exemplo, de agora em diante, o idoso que cometeu um delito - é preciso compreender o envolvimento do idoso com as atividades diárias que costuma realizar. Também é necessário conhecer e pontuar como as suas características influenciaram e foram influenciadas nas suas interações. Ademais, é importante ressaltar quais particularidades e funções do ambiente provocaram variações nos processos proximais e como a pessoa idosa vivenciou essas modificações. Enfim, como esse processo de interação influenciou seu desenvolvimento a ponto de desencadear uma ação criminosa.

O segundo conceito da teoria refere-se à *pessoa* uma vez que ela ocupa um lugar central e, portanto, constitui um dos elementos-chave. Como já vimos, o papel ativo do sujeito sobre o ambiente foi reconhecido e sinalizado pelo idealizador da teoria, sobretudo, em suas últimas reformulações. Desse modo, para Bronfenbrenner (2004) a pessoa - como ela se engaja e interage com seu ambiente - é parte indispensável para a compreensão dos processos proximais.

Nesse sentido, Benetti et al. (2013) pontuam que, para que ocorra esse engajamento, são necessários três atributos pessoais; um deles diz respeito às características de *demandas*: refere-se à forma como a pessoa responde a um estímulo imediato em direção a outra pessoa. Assim, decidir por interagir ou não pode estar associado a fatores de ordem genética, biológica e psicológica.

Desse modo, a velhice, por exemplo, é a fase do desenvolvimento humano em que ocorrem muitas perdas relacionadas às dimensões biológica e psicológica, e essas mudanças podem afetar o modo como um idoso responde às demandas de caráter interpessoal, ou seja, como estabelece um contato inicial com outras pessoas. Logo, também podem ocorrer respostas disruptivas; essas tendem a afetar o estabelecimento de relações interpessoais satisfatórias e o desenvolvimento da pessoa idosa, principalmente nos casos em que essa resposta é agressiva.

Dando continuidade, a segunda característica é o *recurso* que “influencia a capacidade de o indivíduo engajar-se em processos proximais ativos: habilidades, experiências, inteligência - características parcialmente relacionadas com recursos cognitivos e emocionais”

(Bentti et al., 2013, p. 93). Eles diferem dos processos de Demanda, por não se manifestarem visivelmente.

Logo, se ao longo da vida a pessoa idosa teve apoio de uma rede social, familiar, afetiva, tende a ser mais equilibrado emocionalmente, fato que o predispõe a engajar-se em atividades que favoreçam o acúmulo de habilidades e, conseqüentemente, melhore as funções cognitivas, permitindo que a sua agressividade seja canalizada para investimentos mais construtivos durante o seu desenvolvimento. Assim, subtende-se que uma rede de apoio pode ser um recurso protetivo ao envolvimento com o crime.

Dando seqüência, os autores mencionados referem ainda a existência de *recursos sociais e materiais* que facilitam o estabelecimento de processos proximais, por exemplo: comida, moradia digna, educação de qualidade, cuidados familiares. Ceconello e Koller (2003) acreditam que a falta de escolaridade pode ser vista como uma característica inibidora ao desenvolvimento da pessoa. Nessa perspectiva, no caso da pessoa idosa, a ausência de escolaridade pode vir a prejudicar o estabelecimento de relações interpessoais saudáveis.

Algumas pesquisas realizadas em relação ao perfil de idosos que cometeram crimes corroboram com a perspectiva dos autores citados. Nesses estudos, destaca-se o de Brandão (2015) que realizou pesquisa nos boletins de ocorrência de uma delegacia no Rio Grande do Sul, nos quais o idoso era acusado de cometer crime. Os resultados permitiram que fosse feito um perfil daquele idoso. Assim, dentre as características, cabe ressaltar a que refere que quanto maior o nível de escolaridade menor é o índice de envolvimento com a criminalidade.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2019) concluiu que a população carcerária do Brasil, em grande maioria, apresenta baixo nível de escolaridade. Logo, níveis mais altos de escolaridade podem ser um fator protetivo ao envolvimento com a criminalidade. Desta maneira, subtende-se que a ausência de recursos sociais e materiais prejudica o desenvolvimento humano e aumenta as probabilidades de envolvimento da pessoa idosa com a criminalidade.

Dando continuidade, Benetti *et al.* (2013) pontuam que também existem os *recursos que funcionam como elementos perturbadores*, pois influenciam o engajamento passivo ou ativo em processos proximais. Referem-se às patologias de ordem genéticas, lesões no cérebro, algumas deficiências graves. Nesses casos, os recursos podem vir a inibir ou mesmo retardar o estabelecimento de relações interpessoais. No caso dos idosos, o AVC, as demências, podem interferir de modo significativo no engajamento dos processos proximais, pois prejudicam o estabelecimento de uma relação interpessoal. Monteiro (2013) chama a atenção para situações em que o idoso se envolve com crimes por conta desses elementos

perturbadores, mas nesses casos a justiça criminal pode, após uma avaliação de saúde médica, psicológica, optar por julgar o idoso inimputável.

Nesse segmento, Benetti *et al.* (2013) destacam a terceira característica da pessoa, essa diz respeito à *disposição*. Seria o modo como o sujeito se engaja em algumas atividades, principalmente, em tarefas mais complexas, aquelas que exigem motivação e persistência. Essas características dependem de dispositivos próprios e peculiares de cada personalidade. Alguns idosos, por exemplo, são mais motivados e persistentes na execução de determinadas atividades, outros têm mais habilidades interpessoais e, em alguns casos, apresentam ambas as características. Por outro lado, também existem idosos que possuem essas características, mas não foram estimuladas ao longo do desenvolvimento. Ademais, existem casos em que a depressão, principalmente no idoso, pode estar associada à ausência de motivação e persistência. Os sintomas da depressão podem deixar o idoso vulnerável ao ponto de figurar como vítima ou agressor.

Outro elemento-chave da teoria faz referência ao *contexto*, imprescindível ao desenvolvimento humano. Para Bronfenbrenner (1996), o ambiente ecológico representa os elementos físicos, sociais e culturais disponíveis ao sujeito. Desse modo, o contexto encontra-se subdividido em quatro sistemas sociais, concêntricos, que se encaixam e interagem amplamente, do maior para o menor, auxiliando a pessoa em desenvolvimento. São eles o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

Nessa perspectiva, tal como Benetti *et al.* (2013) e Polonia *et al.* (2005), o *microsistema* corresponde aos ambientes mais imediatos nos quais os papéis, as atividades e as interações face a face acontecem. Também é nele que ocorrem os processos proximais. Um bom exemplo de microsistema é a família, ela situa-se no *contexto primário*. A igreja também é um microsistema, mas opera num *contexto secundário*, nele o idoso coloca em prática os padrões de atividades, culturais e sociais apreendidos ao longo da vida com as pessoas mais próximas. Portanto, a família, a igreja, a escola, constituem microsistemas que se afetam mutuamente.

Nesse âmbito, os autores mencionados concordam e indagam que o *mesossistema* é um sistema que abrange o microsistema. Nele ocorrem interações entre os microsistemas, contextos primários e secundários em que a pessoa em desenvolvimento está inserida. As interações entre os microsistemas podem incentivar ou coibir o desenvolvimento. Assim, por exemplo, a relação do idoso com o trabalho: foi demitido e não houve tempo para realizar um planejamento para aposentaria. O desligamento abrupto interfere na relação do idoso consigo, com os outros, com o ambiente e, por conseguinte, no seu desenvolvimento. Esse desfecho



pode colocar o idoso em situação de vulnerabilidade a doenças como a depressão, e que, por sua vez, possui muitos outros desdobramentos, sem descartar a possibilidade de envolvimento com o crime. Por outro lado, planejar a aposentadoria pode trazer benefícios e incentivar o desenvolvimento do idoso.

Os autores pontuam que no *exossistema* também existirá a relação entre dois ou mais contextos, no entanto, difere do *mesossistema*, pois o sujeito em desenvolvimento não está inserido nele. Desse modo, mesmo não sendo estabelecida uma relação proximal, mas distal, a pessoa é afetada indiretamente. Bons exemplos de *exossistema* são as políticas públicas de um modo geral. Tomando como base o exemplo do idoso e o trabalho: mudanças na Previdência Social relacionadas com as políticas de aposentadoria podem interferir ativamente na vida do idoso e, portanto, no seu desenvolvimento. Essas modificações geralmente ocorrem sem ser preciso que a pessoa esteja presente, porém, podem trazer diversas consequências, positivas ou negativas à vida da pessoa idosa.

Os autores mencionados acrescentam que o *macrossistema* é um contexto mais amplo; ele engloba o *microsistema*, o *mesossistema* e o *exossistema*, constituindo-se das ideologias, crenças, valores, religiões e formas de governo presentes em uma cultura ou subcultura. Assim, cada cultura possui padrões vinculados à história de um povo, signos e significados herdados de seus antepassados.

Destarte, Barreto (2016) acrescenta que as mudanças referentes ao lugar que a pessoa ocupa dentro do seu ambiente ecológico provocando uma reconfiguração são chamadas de *transição ecológica*. Assim, “a classificação de espaços ou instituições, grupos ou pessoas de acordo com esses sistemas não é r

ígida. Desse modo, por serem dinâmicos, um pode se converter em outro, a depender da variedade de fatores internos ou externos à pessoa” (p. 284). Por exemplo, um idoso que foi condenado a cumprir pena em uma penitenciária sai do seu *microsistema* familiar e passa a viver no *exossistema* por conta da condenação; ocorre nesse momento uma troca de lugares, pois seu *microsistema* passa a ser a penitenciária e a família o *mesossistema*. Outros exemplos ligados ao desenvolvimento humano podem ser o nascimento de um filho, saída da casa dos pais, entrada na escola, primeiro emprego, aposentadoria, entre outros.

O Tempo também constitui um dos elementos-chave da teoria. Ele é conhecido como *cronossistema*. Silveira, Garcia, Pietro e Yunes (2009) afirmam que esse sistema “refere-se às alterações e mudanças no curso de vida, às transições biológicas, ecológicas e sociais relacionadas com os aspectos culturalmente estabelecidos, bem como à ocorrência de eventos históricos que influenciam a dinâmica dos processos entre pessoas e ambientes” (p. 61). Desse

modo, Polonia *et al.* (2005) acrescentam outros exemplos como alterações de *status* socioeconômico, local de moradia, mudanças estruturais na família.

Assim, os autores citados mencionam que o tempo se subdivide em microgenético e histórico. O primeiro tem a ver com a interação entre pessoas mais próximas em desenvolvimento, pais e filhos, professores e estudantes. O segundo tem a ver com as datas, épocas em que alguns acontecimentos modificam a cultura, a sociedade. Como exemplo disso temos a revolução tecnológica, a descoberta de medicamentos para tratar doenças antes incuráveis, sistemas de governo, entre outros. Esses acontecimentos biológicos e sociais produzem significativas mudanças na vida das pessoas em desenvolvimento, tanto positivas quanto negativas.

Nesse âmbito, a violência, para Bronfenbrenner (2004), seria produto da interação entre esses princípios tratados aqui. Diante disso, Koller e De Antoni (2005, p. 297) acrescentam que “a violência é um fenômeno dependente do contexto, do momento em que a pessoa vive, das suas experiências e seus processos psicológicos e de suas características individuais”. Logo, as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa idosa, adquiridas em seu processo de desenvolvimento, num determinado contexto, influenciam dinamicamente a maneira como ela estabelece suas relações interpessoais, violentas ou não.

Portanto, a interação multidimensional entre os elementos do ambiente ecológico, bem como o sujeito ativo em desenvolvimento e o tempo, foram descritas no modelo (PPCT). Sob esse olhar, o desenvolvimento - assim como os fenômenos humanos - pode ser compreendido por meio da relação entre os quatro elementos: Processual, Pessoal, Contextual e Temporal (PPCT).

No próximo capítulo, deter-nos-emos a trabalhos que foram publicados no Brasil sobre o idoso encarcerado, nos últimos dez anos.

## **2. IDOSOS ENCARCERADOS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura, tendo como pergunta norteadora “O que foi publicado sobre o idoso encarcerado no Brasil nos últimos dez anos?”. Para tanto, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão. A partir disso, constatou-se a não localização de trabalhos oriundos da Psicologia, bem como de revisões sistemáticas neste recorte, o que indica a relevância deste estudo. Sendo assim, mais adiante discutiremos o método, os resultados e, por fim, a discussão do material encontrado.

### **2.1 Método**

Trata-se de um método que busca detectar o maior número de informações disponíveis sobre uma temática específica. Portanto, concorre para que seja possível identificar as principais publicações, bem como as limitações do campo pesquisado. Constitui-se uma metodologia essencial para o progresso da pesquisa e da prática profissional (Ossó, 2014).

A pesquisa foi realizada entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 mediante busca eletrônica de periódicos indexados em cinco bases de dados (SciELO, PePSIC, LILACS, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Scholar) além do Portal de Periódicos e do Banco de Teses e Dissertações CAPES.

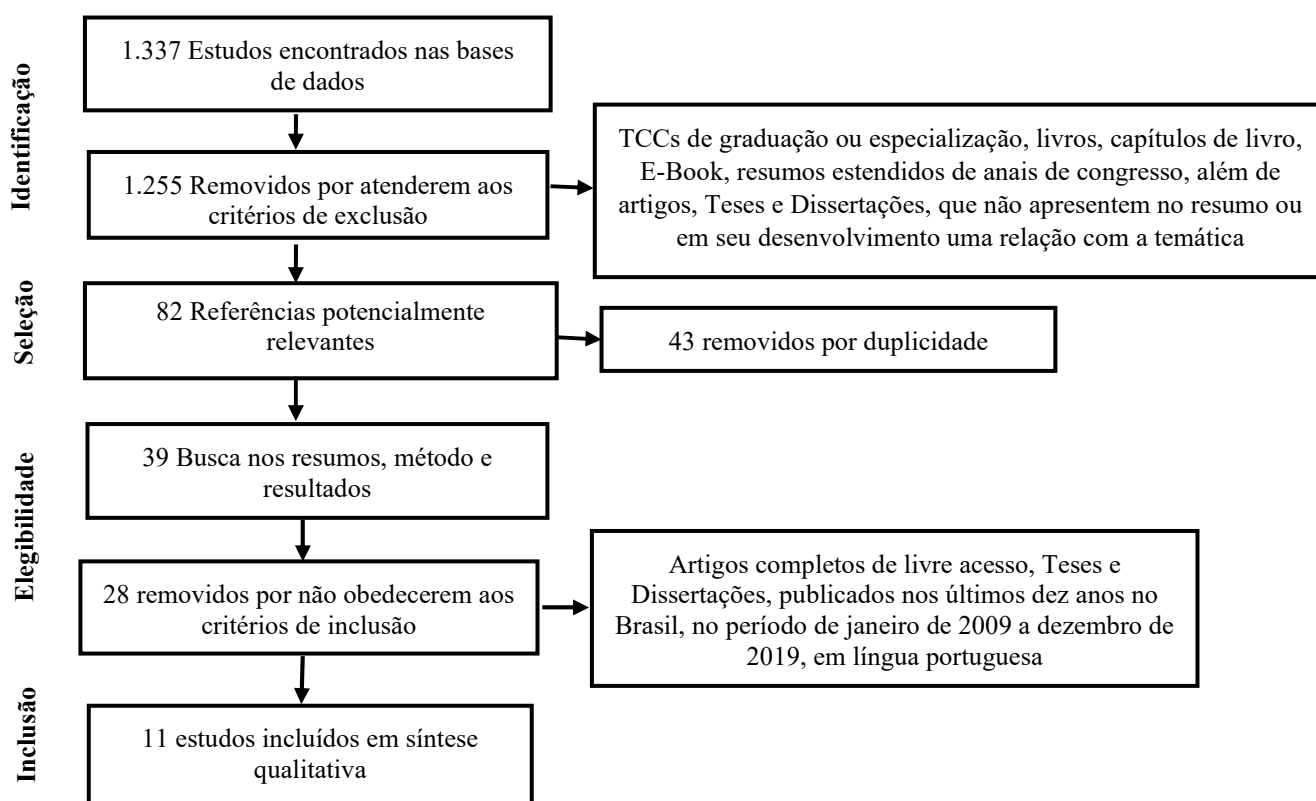
As palavras-chave utilizadas para a busca foram controladas pelo vocabulário de terminologias em psicologia da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi), em língua portuguesa: Idoso, Crime, Encarcerados. Uma busca inicial foi realizada com o uso dos operadores booleanos “AND” e/ou “OR”. Assim, constatou-se um número expressivo de trabalhos que versavam sobre o idoso vítima de crimes. Para controlar essa variável, acrescentou-se à equação de busca o operador booleano “AND NOT” (Idoso Vítima). Desse modo, na estratégia de busca final foram mantidos os termos descritos em associação a este último.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos completos de livre acesso, Teses e Dissertações, publicados nos últimos dez anos no Brasil (período de janeiro de 2009 a dezembro de 2019) em língua portuguesa. Como critérios de exclusão, foram definidos: TCCs de graduação ou especialização, livros, capítulos de livro, E-Books, resumos estendidos de anais de congresso.

A trajetória de análise dos trabalhos obedeceu a duas etapas: 1) leitura do título e resumo; quando por falta de informações mais precisas no resumo, foi feita uma leitura parcial do método e dos resultados; 2) leitura na íntegra dos trabalhos selecionados, segundo os critérios de inclusão e exclusão.

A estratégia de busca dos artigos, Teses e Dissertações consta no Fluxograma (Figura 1), cuja apresentação detalhada está na Tabela 1. A seleção do material foi realizada por dois juízes independentes e à medida que surgiam divergências na comparação dos resultados, optava-se pelo consenso.

**Figura 1:** Fluxograma do levantamento em bases de dados



A partir das buscas nas Bases de Dados e no Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram localizados 1.337 estudos, dos quais 1.326 não atenderam aos critérios necessários, restando 11 trabalhos para análise, dentre eles, seis artigos e cinco Dissertações de Mestrado.

**Tabela 1** – Resultado detalhado da busca de artigos em periódicos indexados nas bases de dados

Base de Dados / Portais	Quantidade de publicações encontradas	Removidas por não atenderem aos critérios de inclusão	Removidas por obedecerem aos critérios de exclusão	Removidos Duplos	Artigos selecionados
SciELO	06	01	03	01	01
BVS	92	04	79	09	0
LILACS	31	0	25	06	0
PePSIC	0	0	0	0	0
Google Scholar	945	18	910	13	04
Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações do CAPES/MEC	263	05	238	14	06
<b>Total de artigos</b>	<b>1.337</b>	<b>28</b>	<b>1.255</b>	<b>43</b>	<b>11</b>

As bases de dados que apresentaram mais trabalhos foram: Google Scholar, seguida do Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações do CAPES. Na Base de Dados PePSIC - Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia, não foram encontrados trabalhos na temática.

## 2.2 Resultados

Os 11 estudos analisados estão listados na Tabela 2 mediante: local da revista, local da publicação da Dissertação, modalidade do estudo, título do trabalho, autoria, ano de publicação, área, objetivo, participantes, instrumentos/procedimentos, principais resultados. Desse modo, apresentam-se cinco estudos teóricos, três pesquisas empíricas e três estudos de caso.

**Tabela 2** – Características e resultados dos 11 estudos incluídos na revisão sistemática

Local do estudo, Modalidade do estudo, título do trabalho, Autor, Ano, Área.	Objetivos	Participantes	Tipo de estudo e método	Resultados
São Paulo – SP Artigo  População idosa no sistema penitenciário: um olhar por trás das grades  Carmo & Araújo (2011)	Investigar a presença de idosos no sistema penitenciário brasileiro; verificar os fatores potenciais de risco quanto à saúde dessa população idosa; analisar a importância da presença da equipe de enfermagem	-	Revisão da literatura	A análise dos dados aponta para o aumento da população idosa no sistema penitenciário. O contexto prisional, principalmente o regime fechado, representa perda da qualidade de vida tornando o idoso vulnerável ao adoecimento.

Envelhecimento e saúde da pessoa idosa	nesse contexto.			
Rio Grande do Sul -RS Dissertação  O idoso encarcerado: considerações criminológicas  Ghiggi (2012)  Ciências Criminais	Apresentar a questão específica dos idosos envolvidos com o sistema penal e carcerário.	-	Revisão da literatura e análise de julgamentos criminais	O sistema prisional pode provocar muitas perdas para o preso idoso. Logo, iniciativas que promovam a prevenção do envolvimento com o crime precisam ser implementadas. Entretanto, para os que já se encontram no sistema prisional é preciso criar adaptações que utilizem os preceitos ditados pela primazia dos direitos humanos.
Fortaleza – CE Dissertação  O condenado idoso no Brasil: um estudo sobre o sistema penitenciário nacional.  Pompeu (2015)  Direito Constitucional	Expor a situação dos idosos condenados no atual sistema prisional brasileiro.	-	Revisão da literatura	A preocupação da sociedade para com os idosos encarcerados ainda é incipiente, distante de representar o almejado ditame da dignidade humana e da proteção integral. Urge a necessidade de apontar instrumentos capazes de identificar e efetivar políticas públicas ao preso em razão, também, da sua idade.
Brasília – DF Dissertação  A pessoa idosa no sistema penitenciário: criminalidade, cidadania e condições  Magalhães (2017)  Gerontologia	Desenvolver um estudo sobre a pessoa idosa no sistema penitenciário estabelecendo relações entre a criminalidade, a cidadania e as condições de presos idosos. Investigar aspectos perceptivos do envelhecimento no cárcere.	Uma mulher idosa e 16 homens idosos apenados	Pesquisa empírica utilizando entrevista semiestruturada	O sistema penitenciário não considera as peculiaridades advindas do processo de envelhecimento nas penas privativas de liberdade, tais como necessidades médicas, assistenciais, instalações físicas, dentre outras. Faz-se necessário o planejamento de ações e programas específicos para esta população, inclusive de adaptação do sistema prisional aos detentos com idade avançada.
São Paulo – SP Artigo  “Amanhã é outro dia”: uma história e algumas reflexões sobre mulheres idosas em situação de prisão  Balbugio & Silva (2018)  Direito	Analisar a história de uma mulher idosa encarcerada e realizar uma breve descrição panorâmica do encarceramento de mulheres no Brasil.	-	Estudo de caso e Revisão da Literatura	O encarceramento atinge, em maioria, mulheres de nível socioeconômico baixo que não possuem acesso a políticas públicas. O aprisionamento causa impactos sobre os vínculos familiares e sociais, bem como sobre a saúde emocional e física com maiores implicações sobre a população idosa.

<p>Brasília – DF Dissertação</p> <p>Pessoas idosas no sistema prisional: um estudo exploratório a partir do censo penitenciário de 2014, Ceará – Brasil.</p> <p>Santos (2018)</p> <p>Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional</p>	<p>Explorar a situação das pessoas idosas encarceradas no sistema prisional do estado do Ceará - Brasil por meio da análise dos dados do Censo Penitenciário do Estado (2014)</p>	<p>-</p>	<p>Pesquisa mista no formato de um estudo de caso</p>	<p>No que refere ao idoso encarcerado, entre os fatores de vulnerabilização observados são apontadas as longas penas imputadas à classe, configurando condenações perpétuas. Desta maneira, o Estado, apesar da obrigação legal, não consegue garantir a dignidade e a integridade física e mental dos indivíduos que estão sob sua tutela em instituições prisionais.</p>
<p>Minas Gerais - MG Artigo</p> <p>Envelhecer no Sistema Prisional: Condições de saúde de idosos privados de liberdade em um CRS-APAC em um município de Minas Gerais</p> <p>Melo et al. (2016)</p> <p>Enfermagem</p>	<p>Identificar o perfil de saúde de idosos apenados em um Centro de Recuperação Social (CRS) que utiliza metodologia APAC (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados) em um município de Minas Gerais.</p>	<p>Cinco homens idosos apenados</p>	<p>Pesquisa empírica utilizando testes de avaliação funcional, cognitiva e adaptativa</p>	<p>O sistema fechado apresenta impacto maior sobre a saúde fisiopatológica e psicológica dos idosos, o que acentua a vulnerabilidade aos riscos. Mesmo que o método APAC apresente doutrina humanizada para promover qualidade de vida, é fundamental o surgimento de políticas públicas que permitam a inclusão social dos idosos.</p>
<p>Paraíba- PB Artigo</p> <p>Envelhecimento: Significado para idosos encarcerados</p> <p>Oliveira, Costa, &amp; Medeiros (2013)</p> <p>Saúde Pública</p>	<p>Compreender o significado do envelhecimento para idosos encarcerados.</p>	<p>11 Homens idosos apenados</p>	<p>Pesquisa empírica utilizando questionário e entrevista</p>	<p>O significado do envelhecimento para idosos encarcerados está relacionado com os sentimentos de melancolia, angústia e constantes perdas, bem como pela impossibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento. Dificuldades para exercer atividade laboral, diminuição do convívio familiar e os conflitos intergeracionais corroboram com a perda da qualidade de vida dos idosos no cárcere.</p>
<p>São Paulo – SP Artigo</p> <p>A esperança é a primeira que morre: institucionalização e suicídios em idosos encarcerados</p> <p>Keinert (2009)</p> <p>Administração Pública</p>	<p>Analisar políticas públicas, documentos bibliográficos e legislação em vigor que amparem o idoso apenado.</p>		<p>Revisão da literatura</p>	<p>A legislação que garante direitos e políticas de atenção à saúde do idoso encarcerado progrediu nas últimas décadas. No entanto, ainda são necessários planos intersetoriais, interdisciplinares, organizados em rede assistencial para que se possa pensar a readaptação e favorecer reinserção social do egresso prisional idoso.</p>

<p>Rio Grande do Sul – RS Artigo</p> <p>Envelhecimento e cárcere: vulnerabilidade etária e políticas públicas</p> <p>Ghiggi (2018)</p> <p>Ciências Criminais</p>	<p>Abordar o panorama do envelhecimento prisional; analisar a legislação penal brasileira e previsões de políticas previdenciárias, assim como a inexistência delas.</p>	<p>-</p>	<p>Revisão da literatura</p>	<p>O número de idosos torna-se cada vez mais expressivo dentro das penitenciárias. Diante disso, observa-se que a legislação contempla minimamente o idoso apenado resultando em poucas previsões de direitos específicos para a classe. Os idosos presos encontram-se praticamente invisíveis nas políticas públicas específicas.</p>
<p>Rio Grande do Sul - RS Dissertação</p> <p>Crimes cometidos por idosos: considerações criminológicas</p> <p>Monteiro (2013)</p> <p>Ciências Criminais</p>	<p>Conhecer os crimes cometidos pelas pessoas idosas, explorando suas peculiaridades e as motivações que levam o idoso a cometer delitos. Examinar a penalização aplicada a esses idosos e se existe diferenciação em relação às demais faixas etárias.</p>		<p>Revisão da literatura e estudo de casos oriundos da jurisprudência</p>	<p>Os crimes cometidos por idosos são diversos, mas em maioria estão os sexuais praticados geralmente contra as crianças. Diversas causas podem estar associadas às motivações, com destaque para as de ordem psicológica e biológica, nos quadros demenciais. Faz-se necessário pensar políticas de controle social com foco na prevenção ao envolvimento do idoso com o crime.</p>

No que se refere aos objetivos das 11 publicações, todas foram agrupadas em cinco categorias: a) O Sistema Penitenciário e os idosos encarcerados; b) Saúde da população idosa encarcerada; c) Percepção dos idosos encarcerados sobre o envelhecimento; d) Legislação e Políticas Públicas; e) Crimes cometidos por idosos.

Em relação às características dos estudos e local de origem das pesquisas, observa-se que a maior parte dos trabalhos tem origem nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, totalizando três para cada estado; seguidos pelo DF com duas investigações; em condições de igualdade estão Minas Gerais, Fortaleza e Paraíba, com uma pesquisa cada. Assim, percebe-se que as regiões Sudeste e Sul do país estão estudando mais sobre os idosos encarcerados em detrimento da região Nordeste. Não foram encontradas publicações nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

As áreas primárias das publicações foram: três trabalhos das Ciências Criminais; seguidos por uma publicação em cada nos campos do Direito; Direito Constitucional; Gerontologia; Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa; Enfermagem; Saúde Pública; Administração Pública; Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. O ano que mais contou com trabalhos foi 2018, sendo três no total. No ano de 2013, apareceram dois e para os outros anos (2009, 2011, 2012, 2015, 2016, 2017) apenas uma pesquisa. Diante disso,



observa-se que o interesse pelo idoso encarcerado cresceu nos últimos anos, provavelmente por conta do aparecimento dessa população em maior número no Sistema Penitenciário.

Acerca dos participantes, os idosos encarcerados estiveram presentes em apenas três estudos: um envolvia idosos do sexo masculino e feminino e dois, idosos do sexo masculino.

No caso dos instrumentos utilizados, sobressaíram-se as entrevistas em dois estudos; questionário, em um; testes de avaliação funcional, cognitiva, adaptativa, em outro. Os oito trabalhos restantes foram desenvolvidos como revisões da literatura e estudo de caso. Destarte, houve consenso entre os autores sobre o número reduzido de literatura acerca do idoso encarcerado, sendo este o principal obstáculo na construção de suas pesquisas.

Nesse sentido, percebe-se uma carência de estudos em Psicologia, alertando para a necessidade de os pesquisadores e os periódicos da área publicarem mais sobre o idoso encarcerado. Estudar as consequências do encarceramento sobre o psiquismo do idoso como tristeza, solidão, isolamento social, agravamento das doenças mentais em consequência do ambiente insalubre da prisão e, não raro, o suicídio, tal como alertou Keinert (2009), pode ajudar no que tange à implementação de medidas que impactem na qualidade de vida do idoso no contexto prisional.

## 2.3 Discussão

Os estudos ressaltados foram organizados em cinco categorias: a) O Sistema Penitenciário e os idosos encarcerados; b) Saúde da população idosa encarcerada; c) Percepção dos idosos encarcerados sobre o envelhecimento; d) Legislação e Políticas Públicas; e) Crimes cometidos por idosos.

Alguns princípios são importantes para discutir o **Sistema Penitenciário e os idosos encarcerados**. Dentre eles, destacam-se as Regras Mínimas para Tratamento de Presos no Brasil e as Diretrizes Básicas para Arquitetura Prisional. O primeiro foi descrito na Resolução nº 14 (1994), no Art. 07, e dispõe sobre o direcionamento do preso às instituições prisionais, de acordo com as características pessoais e idade. Além disso, prevê o acompanhamento médico, devendo este profissional indicar a capacidade física do detento para o trabalho. O segundo orienta o conhecimento prévio das características da população carcerária, inclusive a idade, para adequação das unidades prisionais (Brasil, 2011).

Assim, nos dois documentos existe a preocupação com as características da população carcerária como idade, saúde, adequação às atividades laborais e adaptação das unidades prisionais para atender às necessidades dos prisioneiros, incluindo também os idosos reclusos,

embora estes não estejam citados diretamente. As instruções buscam assegurar que as regras mínimas sejam respeitadas pelo Sistema Penitenciário para favorecer a adaptação e a ressocialização dos detentos.

No que se refere às características da população idosa encarcerada, Melo *et al.*, (2016) e Oliveira *et al.*, (2013) identificaram que, em sua maioria, são do sexo masculino com média de 66 anos de idade, casados ou mantinham algum vínculo afetivo. Possuíam algum tipo de rendimento mensal, eram alfabetizados (Ensino fundamental), estando reclusos de três a 15 anos, em média. Nesse contexto, Santos (2018) corroborou com estes dados no que se refere ao sexo e ao grau de escolaridade. Contudo, acrescentou que 35% das mulheres em sua pesquisa eram analfabetas.

Assim sendo, o baixo nível de escolaridade foi um dado comum às pesquisas. Essa variável chama atenção por estar relacionada, frequentemente, com as classes menos favorecidas que são marcadas pela ausência de oportunidades e, conseqüentemente, pela exclusão que antecede o encarceramento. Além disso, Balbuglio e Silva (2018) lembraram que estar em minoria em relação à população mais jovem produz conseqüências, pois os idosos se tornam menos visíveis ao Estado. No caso das mulheres idosas, a situação é pior, pois a baixa representatividade - em relação aos homens idosos - dificulta ainda mais a garantia de seus direitos.

Determinados impasses podem tornar a vida do idoso no cárcere mais desafiadora; dentre eles, o abandono familiar é o que pode ocasionar mais impactos (Oliveira *et al.*, 2013). Desta maneira, os motivos que podem levar ao afastamento por parte da família são: vergonha de visitar um parente encarcerado; as longas filas; o trato, por vezes inadequado, dos agentes penitenciários; a revista corporal e dos objetos; angústia e sensação de impotência quanto às dificuldades que o idoso pode manifestar, entre outros. O abandono familiar também dificulta o acesso às provisões não fornecidas pelos estabelecimentos penitenciários, sendo este mais um obstáculo a ser enfrentado pelos idosos no cárcere (Ghiggi, 2018).

Nota-se que boa parte dos idosos encarcerados acaba por perder o contato com suas famílias, pois o ambiente prisional dificulta essa convivência (Oliveira *et al.*, 2013). Sendo assim, Santos (2018) constatou que a maior parte dos idosos encarcerados, do sexo masculino e feminino, informou não receber visitas dos parentes. Todavia, entre os que relataram receber visitas, observou-se uma diferença: os homens idosos são visitados pelas companheiras e as mulheres idosas pelos filhos.

Outra dificuldade está relacionada com o trabalho, pois em algumas unidades prisionais o idoso é impedido de exercer atividade laboral. Com isso, os obstáculos ao

exercício ocupacional/laboral podem produzir consequências à sua saúde integral. Para a pessoa encarcerada, o trabalho representa produtividade, poder de decisão, autonomia, bem como favorece o contato entre os internos, contribui com a remissão da pena e melhoria da qualidade de vida (Oliveira *et al.*, 2013). Portanto, essa atividade precisa ser incentivada sempre que o idoso oferecer condições de saúde para sua realização.

No tocante à **saúde da população idosa encarcerada**, tomaremos como ponto de partida o Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário - PNSSP. Instituído em 2003, ele assegura a prestação de assistência à saúde, de modo integral, à população prisional, mas não menciona de modo específico o público idoso. O principal objetivo do plano consiste em promover uma reorientação em relação ao modelo anterior, centrado na doença, para a integralidade das ações. A medida foi fruto da proposta que teve como base levar o Sistema Único de Saúde (SUS) aos presídios (Brasil, 2005).

O PNSSP se assemelha à Política de Saúde do Idoso (Portaria n.1.395 do ano de 1999), que recomenda a prática de exercícios, inclusão social, redução de danos em decorrência da continuidade no uso de álcool e do tabaco, prevenção ao estresse, automedicação e combate às agressões psíquicas e físicas (Keinert, 2009). Posteriormente, em 2006, foi estabelecida, por meio da Portaria n. 2.528 do ano de 2006, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), que dispõe sobre o cuidado ao idoso acerca da atenção básica (Brasil, 2006).

No entanto, Ghiggi (2018) e Oliveira *et al.*, (2013) pontuam que, mesmo diante das recomendações das portarias - que prezam pelo cuidado à saúde do idoso - e do principal objetivo do PNSSP, o foco do cuidado à saúde da população carcerária permanece no público jovem e nas doenças mais prevalentes nas prisões. Os autores acrescentam que o sistema prisional continua apresentando uma lógica reducionista, pois se limita aos cuidados das infecções sexualmente transmissíveis, redução de danos ao uso de álcool e drogas, imunizações.

A respeito das doenças que mais atingem os idosos encarcerados, Keinert (2009) destacou: diabetes, hipertensão arterial, AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (IST), tuberculose e hanseníase. Advertiu também que os transtornos mentais têm sido a causa de suicídios entre essa população. Nesse contexto, Melo *et al.*, (2016) concordaram quanto à prevalência da diabetes e da hipertensão, pois em sua pesquisa 40% dos idosos advindos do regime fechado apresentavam essas disfunções.

Nesse entendimento, Santos (2018) pesquisou a presença ou ausência de doença crônica na população idosa encarcerada do Ceará, mas não obteve sucesso, pois os resultados

não haviam sido registrados. Com isso, inferiu que o fato poderia ter sido por falta de acesso aos serviços de saúde, ou os idosos detentos desconheciam os sintomas dessas doenças e, por isso, não buscavam atendimento.

Balbuglio e Silva (2018) e Keinert (2009) destacaram que os serviços podem estar disponíveis nas unidades de saúde, mas fora do ambiente prisional e, nesses casos, a saída dos estabelecimentos depende de outras instâncias como: autorização, escolta, transporte adequado, entre outros.

No sistema penitenciário, outro transtorno que oferece risco aos idosos encarcerados é a superlotação das unidades, além dos que já foram expostos anteriormente. No estado do Ceará, as celas têm capacidade média para seis detentos. Na ocasião da pesquisa, Santos (2018) constatou que os idosos eram ocupantes majoritários em celas com até 17 pessoas.

Da mesma forma, a superlotação atinge as penitenciárias de todo o país, pois, de acordo com dados do INFOPEN (2004/2019), em dezembro de 2019 existiam 755.274 pessoas privadas de liberdade, porém a capacidade era de 442.349 pessoas. Isso corresponde a um déficit de 312.925 vagas. Estima-se que, com o crescimento da população carcerária a cada ano, os números tendem a aumentar (Pompeu, 2015).

As condições sub-humanas de encarceramento (má alimentação, ambiente insalubre, celas superlotadas, ausência de recursos humanos, condições de saúde precárias, estrutura frágil das instalações de atendimento, dificuldades para se obter acesso ao diagnóstico prévio de doenças) dificultam as possibilidades de desenvolvimento da população idosa. Assim, a falta de recursos torna o contexto prisional um ambiente vulnerável e nocivo para os idosos (Carmo & Araújo, 2011; Ghiggi, 2012; Melo *et al.*, 2016; Pompeu, 2015; Santos, 2018).

Por conseguinte, mesmo diante das regras mínimas para o tratamento de presos no Brasil, as pesquisas corroboram que o sistema penitenciário brasileiro, na atualidade, não possui condições de oferecer adaptações à demanda dos idosos encarcerados (Carmo & Araújo, 2011; Ghiggi, 2012; Melo *et al.*, 2016; Pompeu, 2015; Santos, 2018).

**A percepção dos idosos encarcerados sobre o envelhecimento** foi investigada por autores como Oliveira *et al.*, (2013). Estes relataram que os idosos se sentiam desvalorizados pela sociedade e, em consequência do preconceito social, demonstram resistência para reconhecer que se encontram na fase da velhice. Em relação a isso, Keinert (2009) e Oliveira *et al.*, (2013) mencionaram que ser um preso idoso potencializa a discriminação social, pois além de velho é encarcerado, portanto, vítima de dois preconceitos.

Oliveira *et al.*, (2013) constataram que o significado do envelhecimento para os idosos está associado às vivências atravessadas por afetos desagradáveis que remontam à própria

finitude, à doença, à fadiga. Esses resultados também foram evidenciados por Balbuglio e Silva (2018) no estudo de caso com uma mulher idosa encarcerada que, por estar longe de casa, do marido, da família, costumava esboçar sentimentos de tristeza, solidão e medo de morrer na prisão. Portanto, o cárcere produz adoecimento, pois interfere negativamente no processo de envelhecimento, oportunizando o desenvolvimento de distúrbios emocionais, fisiológicos e sociais. Tais efeitos recaem sobre o idoso encarcerado e nas pessoas que compõem a sua rede de apoio afetivo (Oliveira *et al.*, 2013).

Diante das questões discutidas até o momento, é importante saber o que a **Legislação e as Políticas Públicas** têm a dizer sobre o idoso encarcerado. Assim, nossa trajetória começa pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2016). Ela assegura aos cidadãos direitos e garantias fundamentais: o artigo 1º, inciso III, dispõe sobre a dignidade da pessoa humana e o artigo 5º confere igualdade perante a lei. Tais preceitos são balizadores ao ordenamento jurídico em nosso país (Keinert, 2009; Pompeu, 2015). No entanto, a Constituição, em seus artigos 229 e 230, já primava por garantir que a família, o Estado e a sociedade amparassem as pessoas idosas promovendo direito à vida, dignidade, bem-estar e acesso à comunidade.

Assim, o aumento da população de idosos no Brasil e no mundo gerou a necessidade de assegurar a implementação de outras medidas. Por meio do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, foi garantida às pessoas idosas acima de 60 anos a proteção integral e prioridade no que se refere às políticas públicas (Estatuto do Idoso, 2003).

Com base nesse entendimento, o Direito Penal implementou o aumento da penalidade e estabeleceu causas de agravamento aos delitos cometidos contra o idoso vítima de crimes. No entanto, em relação ao idoso que comete um crime, não há benefícios em consequência da idade (Monteiro, 2013). Desse modo, o idoso réu será julgado e submetido aos artigos do Código Penal Lei nº 2.848/1940 da mesma forma que o maior de 21 anos (Código Penal, 1940/2017).

Nessa perspectiva, o Código Penal desconsidera a idade definida pelo Estatuto do Idoso, pois concede benefícios em função da idade somente após os 70 anos. Por isso, descreve no Art. 115 que a redução nos prazos de prescrição da pena pela metade será aplicada “quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos ou na data da sentença maior de 70 anos” (p. 46).

Dando continuidade, o Art. 65 reforça os atenuantes da pena quando o agente for maior de 70 anos na data da sentença. Por conseguinte, no Art. 26, o idoso réu pode se tornar inimputável quando por “doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado,

era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento” (p. 18). Enquadrando-se nesses casos o idoso que comprovar estar acometido por algum tipo de demência (Monteiro, 2013).

Dessa maneira, para o Código Penal, a pessoa que comete crimes entre os 60 e os 70 anos de idade não será considerada idosa, pois os benefícios em função da idade somente serão concedidos nos casos em que o agente contar com mais de 70 anos. Vale ressaltar que a população carcerária inserida na faixa etária dos 60 aos 70 anos representa 84% dos idosos encarcerados (INFOPEN, 2004/2019).

Quanto à Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/1984, percebe-se a tentativa de amenizar os impactos do envelhecimento, quando adota para os idosos apenados os mesmos direitos reservados à mulher detenta (Carmo & Araújo, 2011). Assim, em conformidade com o Estatuto do Idoso, a LEP versa, no Art. 82, que a mulher e o maior de 60 anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal (LEP, 1984).

No entanto, a LEP incide em contradição no que diz acerca da idade. No Art. 117, consta que a pessoa condenada só será admitida em regime aberto em residência particular quando se tratar de maior de 70 anos ou estiver acometida por doença grave (Ghiggi, 2012, 2018; LEP, 1984; Pompeu, 2015). Nesse ponto, contrapõe-se ao Estatuto do Idoso e igualmente ao Código Penal, pois considera a pessoa como idosa somente após os 70 anos. Percebe-se que há incongruência entre os artigos da LEP quando fazem menção à idade da pessoa idosa.

O Código de Processo Penal Lei nº 3.689/1941 (2017), que versa sobre a Prisão, as Medidas Cautelares e a Liberdade Provisória, no capítulo IV, dispõe sobre a prisão domiciliar e no Art. 318 aponta que: “poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 80 (oitenta) anos” (p.80). Assim, a lei citada também incorre na equivalente desarmonia dos documentos jurídicos acerca da idade, direitos e benefícios concedidos ao idoso no lugar de réu (Ghiggi, 2012, 2018; Pompeu, 2015).

Ghiggi (2012; 2018) argumentou que nenhum outro documento no ordenamento jurídico deveria estar acima do disposto no Estatuto do Idoso. Por isso, o marco etário dos 60 anos deveria ser harmonicamente acatado pelo Direito Penal em todas as instâncias, pois, embora o Estatuto não faça referência especificamente ao idoso encarcerado, subentende-se que os direitos assegurados aos idosos institucionalizados os contemplam.

Nesse contexto, a diferenciação etária feita pelo Código Penal, pela LEP e pelo Código de Processo Penal, contraria o disposto na Constituição Federal de 1988 (2016) que versa, no

Art. 5º, sobre a igualdade dos homens perante a lei, sem distinção. Assim, um legislador não deveria supor, sem indícios cientificamente comprovados, que um idoso de 80 anos é mais frágil que um de 60 anos, pois a fase da velhice engloba várias formas de envelhecer, a depender de fatores biológicos, psicológicos, ambientais, sociais, culturais, econômicos, entre outros. Desse modo, cada caso deveria ser avaliado em suas peculiaridades (Ghiggi, 2012; 2018).

Entretanto, Keinert (2009) pontuou que existe uma tentativa da LEP para considerar o envelhecimento quando busca proteger o idoso em ambiente prisional. Tomou como base o disposto no Art. 32, § 2º que diz: “os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade”. No que concerne ao trabalho, há uma preocupação por parte da legislação penal para com os idosos.

De igual modo, o Código Penal (2017) faz um esforço para humanizar e proporcionar mais flexibilidade quanto à condenação do idoso, ficando claro no Art. 77, III, § 2º que: “a execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão” (p. 34).

No entanto, mesmo que a legislação faça o possível para humanizar a penalidade aplicada à pessoa idosa, Santos (2018) e Ghiggi (2012; 2018) constatam que altas penalidades são imputadas aos idosos no sentido de que sejam cumpridas em regime fechado. Chamam a atenção para o fato de que, devido à expectativa de vida da população brasileira, que gira em torno dos 76 anos, conforme dados fornecidos pelo IBGE (2020), o montante da pena contaria como uma condenação perpétua ou vitalícia. Dessa forma, o idoso condenado não sairia com vida do cárcere, em razão das condições precárias dos estabelecimentos prisionais, pois estes reduzem, significativamente, a expectativa de vida dessa população.

Balbuglio e Silva (2018), Ghiggi (2012; 2018), Magalhães (2017), Monteiro (2013) concluíram que o juiz, ao tomar decisões no que se refere à penalidade concedida a um idoso, não considera o contexto que desencadeou a ação criminosa. Tende a não levar em conta as dificuldades provenientes dessa fase do desenvolvimento e dos processos de adoecimento provocados pelas condições insalubres do atual sistema penitenciário.

Diante disso, Carmo e Araújo (2011) e Ghiggi (2012, 2018) indicam a ausência de políticas nesses espaços prisionais e igualmente defendem a elaboração de medidas que priorizem a qualidade de vida, sobretudo inclusivas, para os idosos encarcerados e egressos do sistema prisional. A proposta de inclusão que vigora em favor do egresso no sistema atual atende, preferencialmente, ao público em idade produtiva. Isso acontece em decorrência das

Resoluções nº 04, de 2001, e nº 01, de 2008, que priorizam a criação e manutenção de Patronatos Penitenciários, com a finalidade de promover assistência ao ex-detento do sistema prisional e garantir inclusão por meio da atividade trabalhista. Em virtude disso, o idoso egresso, que provavelmente não mais voltará ao mercado de trabalho, passa despercebido (Ghiggi, 2018).

Destarte, o autor mencionado sugere como proposta de inclusão dos idosos encarcerados a implementação da Resolução nº 05, de 2004, que versa sobre o cumprimento de medida de segurança. Com efeito, na 16ª diretriz, constam orientações para desinstitucionalização psiquiátrica de pacientes que não possuem suporte familiar. Por conseguinte, essas pessoas deveriam ser alvo de políticas públicas que favorecessem a reabilitação psicossocial por meio da inserção em Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).

As Residências Terapêuticas são casas situadas em espaço urbano que se destinam a oferecer aos moradores suporte interdisciplinar com ações e projetos que favoreçam o desenvolvimento individual e o grupal. Além disso, buscam oportunizar a inserção das pessoas nas redes de serviços, organizações e comunidade (Brasil, 2004). Portanto, essa política, caso fosse expandida aos idosos egressos do sistema prisional, caracterizaria uma alternativa de inserção social, sem remeter, obrigatoriamente, ao trabalho produtivo (Ghiggi, 2018; Keinert, 2009).

Pompeu (2015) acrescenta que muitos obstáculos se sobrepõem à inclusão social dos egressos em todas as idades e corroboram com a ideia de que o modelo atual de Justiça Retributiva - que tem como foco a culpabilização do ofensor, pela qual a penalidade representa um meio de compensar a sociedade e a vítima pelos impactos do crime - não colabora para esse fim.

Para o autor citado, a falta de participação da sociedade, a ausência de capital humano e ambientes inadequados contribuem para que a pena aplicada ao ofensor não atinja o objetivo de ressocializá-lo. Assim, a função social da pena - “punir e, a um só tempo, reeducar, para que a pessoa detenta possa ser reintegrada ao convívio social, sem oferecer, contudo, risco à sociedade” - torna-se inoperante (Carmo & Araújo, 2011, p.192). Diante disso, Ghiggi (2018) e Pompeu (2015) concordam quanto à necessidade da implementação de outros meios diversos do sistema tradicional.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) - composta por voluntários da sociedade civil que prestam atenção religiosa, psicológica e jurídica aos condenados, por meio do método de corresponsabilização - figura como uma das alternativas (Pompeu, 2015). Melo *et al.*, (2016) corroboram com essa perspectiva, pois evidenciaram em



sua pesquisa que a APAC seria uma boa opção, sobretudo, para os idosos. Essas instituições estão preocupadas com a adaptação e como o ambiente é organizado para favorecer a valorização das singularidades. Elas não requerem segurança máxima, pois os reeducados reconhecem que são valorizados. Existe a possibilidade de funcionarem com a progressão de regime fechado para o semiaberto, incentivo esse que costuma repercutir positivamente entre os detentos. Na ocasião, a APAC visitada não havia registrado fuga, rebeliões, agressões graves ou mortes.

Nesse contexto, também se encaixa a Justiça Restaurativa que representa uma nova forma de conceber o crime. A intervenção direciona o foco para o fenômeno que envolve a criminalidade, pois procura agregar os interesses da vítima, do ofensor e da sociedade. Objetiva a restauração dos danos causados à vítima, à sociedade, às relações interpessoais, mas também, ao ofensor, pois tem como finalidade a preservação da dignidade humana, principalmente da pessoa idosa (Pompeu, 2015).

Ghiggi (2012; 2018) acrescenta que seria imperioso refletir sobre a implementação de políticas públicas que garantem a prevenção ao envolvimento do idoso com a criminalidade, por meio da inclusão social. Balbuglio e Silva (2018), bem como Keinert (2009), defendem a implementação de medidas desencarceradoras. No entanto, essas medidas precisariam funcionar em conjunto com ações intersetoriais e planejadas por meio do apoio de uma rede formal aos idosos: saúde, assistência social, educação, cultura, justiça; e informal: amigos, familiares e comunidade; caso contrário, tal medida não seria satisfatória (Keinert, 2009).

Portanto, legislação e políticas públicas necessitam caminhar juntas, a fim de que seja possível a efetivação de direitos da classe. Torna-se necessário pensar em medidas que previnam a prática de crimes cometidos por idosos, correções e adaptações do sistema penitenciário para que a penalidade seja cumprida com dignidade.

No que se refere aos **crimes cometidos por idosos**, Santos (2018) constatou que os delitos são majoritariamente contra a pessoa (34%) e, em segundo lugar, contra o patrimônio (33%). Esses achados são corroborados por outros estudos realizados no país, não incluídos nesta revisão por não atenderem aos critérios de inclusão. Desse modo, ao analisar as matérias dos jornais diários do Estado de São Paulo, entre 2004 e 2005, que fizeram referência ao idoso como agente de delitos, Corte (2010) verificou que a maior parte das matérias (90%) tratava de crimes contra a pessoa.

Em razão disso, Brandão (2015), ao analisar os boletins de ocorrência de uma delegacia no Rio Grande do Sul, em 2013, também concluiu que a maioria dos crimes nos quais o idoso era acusado de cometer delitos 53,2% correspondia aos crimes contra a pessoa.

Ao realizar levantamento do perfil da população de idosos em cumprimento de pena no regime aberto e livramento condicional do sistema prisional do Estado de Pernambuco, em 2018, Vilela e Silva (2019) também constataram que eles haviam sido condenados, em sua maioria, pela prática de crimes contra a pessoa (38%).

Todavia, Monteiro (2013) verificou que no Rio Grande do Sul (62%) e em São Paulo (41%) esse percentual de crimes praticados por idosos fazia referência aos sexuais, nos quais a principal vítima eram as crianças. A autora concluiu que as possíveis motivações para esse crime seriam: a) psicológicas: regressão às fases primitivas do desenvolvimento, relacionadas aos conflitos inconscientes; b) biológicas: fragilidade física para coagir uma mulher adulta a praticar sexo; c) neurológicas: demências, nas fases iniciais, podem provocar alterações na libido levando à exacerbação de condutas sexuais inadequadas.

Além disso, Ghiggi (2018) e Santos (2018) acrescentam que outras causas podem estar associadas à prática de crimes por pessoas idosas, dentre elas: características de personalidade; história de vida; ausência de vínculo familiar; reincidência criminal; envelhecimento populacional; implementação de políticas criminais e sociais; desligamento do trabalho; baixos salários de aposentadoria e, em consequência, a falta de garantia de meios para sobrevivência; ausência de políticas públicas de prevenção ao envolvimento com a criminalidade.

## **2.4 Considerações**

Este estudo propôs realizar uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de conhecer o estado atual do conhecimento sobre os idosos encarcerados no Brasil. Durante a fase de buscas do material, percebeu-se que existiam poucos estudos que contemplassem a temática, especialmente na área da Psicologia, uma vez que as produções encontradas são das áreas das Ciências Criminais, Direito, Direito Constitucional, Gerontologia, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, Enfermagem, Saúde Pública, Administração Pública, Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Vale ressaltar que durante a pesquisa não foram localizadas revisões sistemáticas sobre idosos encarcerados no Brasil, o que denota a relevância deste estudo.

No que remete às limitações do trabalho, aponta-se que outras fontes de informações não foram consultadas na construção deste capítulo, tais como livros e capítulos, resumos estendidos de anais de congresso, monografias, o que poderia ter acrescentado mais material para análise, porém fugiria às características de uma revisão sistemática.

A despeito dessa limitação, a pesquisa apontou que há uma carência de estudos sobre os idosos encarcerados na área da Psicologia sob diversos enfoques: desenvolvimento, relações interpessoais e intergeracionais, dinâmica emocional, personalidade, avaliação psicológica, entre outros. Sugere-se que sejam implantadas investigações acerca das consequências do encarceramento sobre o psiquismo do idoso, tais como: os sentimentos experimentados a partir do isolamento social, o agravamento de possíveis doenças mentais associadas ou decorrentes do ambiente insalubre da prisão, sua relação com a família, o que pode contribuir no que tange à implementação de medidas que visem à qualidade de vida do idoso no ambiente prisional.

No próximo capítulo, iremos descrever os objetivos e o método da pesquisa realizada.

### **3 OBJETIVOS E MÉTODO**

#### **3.1 Objetivo geral:**

Compreender o que leva algumas mulheres idosas, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, a cometerem um crime.

#### **3.2 Objetivos específicos:**

- 1) Apresentar e contextualizar a Teoria do Desenvolvimento Humano a partir da perspectiva Bioecológica;
- 2) Conhecer o contexto que contribuiu para mulheres idosas incorrerem no delito;
- 3) Analisar os fatores que influenciam algumas pessoas no processo de envelhecimento e velhice a praticarem crimes.

#### **3.3 Método**

Os procedimentos metodológicos são traduzidos nos caminhos percorridos para alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, no que concerne às possíveis respostas para o problema em questão. A seguir, apresentaremos o delineamento, a caracterização do estudo, o procedimento para coleta e análise dos dados.

#### **3.4 Natureza da pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de corte transversal, exploratória, descritiva, com uma amostra por conveniência. Ao invés de números, o texto é utilizado como elemento empírico na pesquisa qualitativa. Busca-se estudar as diversas realidades construídas no universo social. Desse modo, preocupa-se com a perspectiva do participante, como descreve seu conhecimento acerca da questão estudada, suas práticas, seu dia a dia (Flick, 2009).

Logo, “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2014, p. 57).

### 3.5 Participantes

Os participantes da pesquisa foram cinco mulheres idosas, prisioneiras. O número reduzido justificou-se devido à Pandemia, pois muitas idosas do grupo de risco à contaminação pelo COVID-19 receberam *habeas corpus* para cumprir pena em suas residências durante o período da crise sanitária.

Constituíram-se como *critérios de inclusão*: pessoas vivenciando o processo de envelhecimento e velhice do sexo feminino, que cometeram qualquer tipo de crime pela primeira vez (réu primário) e foram condenadas. Não foi considerado o tempo de detenção. Além disso, precisavam estar cumprindo pena em uma instituição ou órgão penal do Estado de Pernambuco. Não foram controlados classe social, religião, estado civil e profissão.

A escolha pelo sexo feminino justificou-se pela possibilidade de adentrar as penitenciárias femininas em período de Pandemia. Além disso, vislumbramos a oportunidade de investigar como esse gênero se coloca diante dessa problemática. Não é o foco deste trabalho discorrer sobre questões de gênero, mas por razões históricas, sociais, econômicas e culturais, os tipos de crime praticados pela população idosa feminina diferem dos tipos de crime praticados pela masculina.

Para cada participante do estudo, no caso, foi atribuído um nome fictício com o objetivo de preservar sua identidade. No tocante aos processos, foram respeitados e mantidos pela pesquisadora o sigilo profissional, o institucional e o "segredo de Justiça". Portanto, os dados foram tratados de modo a não permitir a identificação das partes envolvidas.

### 3.6 Instrumentos

Com relação aos instrumentos, no projeto de pesquisa constavam três: Questionário Biosociodemográfico, Entrevista semiestruturada e o Teste de Apercepção Temática (TAT) na forma reduzida. Entretanto, as visitas e o tempo de permanência dentro das unidades prisionais foram reduzidos devido à pandemia. Diante disso, foi necessário readequar a estratégia para coleta de dados o que resultou no cancelamento do TAT.

Assim, foram utilizados:

1. Questionário com dados Biosociodemográficos (Apêndice A) composto de informações sobre os participantes tais como: idade, sexo, escolaridade, renda mensal, profissão, estado civil, entre outros.
2. Entrevista semiestruturada (Apêndice B) composta por questões elaboradas pela pesquisadora, que obedeceram aos objetivos da pesquisa e foi conduzida de forma semidirigida. Trata-se de uma entrevista “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2014, p. 261).

### **3.7 Procedimentos de coleta dos dados**

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UNICAP/Plataforma Brasil e foi aprovado sob o número 3.938.140.

O trabalho de campo teve início a partir do contato com a equipe da Escola Penitenciária (EP). Este núcleo está integrado à Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco (SERES). A EP é responsável pela formação dos agentes penitenciários e interlocução entre os pesquisadores e as unidades prisionais. Passa por esse setor a avaliação inicial da pesquisa, bem como a seleção da unidade prisional que possui condições de receber o pesquisador.

No projeto de pesquisa, a intenção inicial era obter informações de participantes do sexo masculino e feminino. Com base nos critérios de seleção da unidade prisional, foram indicadas a Penitenciária Agroindustrial São João - PAISJ (unidade prisional que abriga pessoas do sexo masculino) e a Colônia Prisional Feminina de Abreu e Lima – CPFAL.

O trabalho de campo, conforme calendário preestabelecido, estava previsto para o mês de abril. Entretanto, em março eclodiu a Pandemia - causada pelo novo corona vírus: SARS-Cov-2 (COVID-19) - no Brasil. Atividades em geral foram suspensas por tempo indefinido no nosso Estado. Assim sendo, passaram a funcionar apenas os serviços essenciais para atender às necessidades da população. Uma recomendação emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de nº 62, foi publicada em 17 de março de 2020, orienta Tribunais e magistrados a adotarem medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Com base nesta diretriz, o Sistema Penitenciário estabeleceu medidas de controle sanitário nas instituições prisionais em todo Brasil. No Estado de Pernambuco, ocorreu suspensão das visitas às unidades prisionais e a saída temporária de pessoas que cumpriam

pena no regime semiaberto. Além disso, *habeas corpus*<sup>1</sup> foram cedidos aos presos condenados que faziam parte do grupo de risco para COVID-19. Eles passaram a cumprir pena em suas residências, monitorados eletronicamente, por período necessário ao controle da doença. Essas determinações impediram naquele momento a execução da pesquisa, pois foi necessário aguardar o desfecho dado pelas autoridades sanitárias e o restabelecimento das atividades no sistema prisional.

No mês de agosto, voltamos a estabelecer contato com a EP para dar continuidade à pesquisa. Entretanto, por se tratar de público idoso considerado grupo de risco para COVID – 19, fomos orientados a aguardar o reestabelecimento das atividades.

Na ocasião, mudou-se o foco da pesquisa a fim de torná-la viável. Conseqüentemente, passou-se a considerar a possibilidade de focar apenas no grupo feminino. Entretanto, as gestoras das unidades prisionais femininas informaram à pesquisadora que havia um contingente pequeno de mulheres idosas nas instituições, pois a maioria havia recebido *habeas corpus* em função da pandemia.

Ainda assim, a gestora de uma Penitenciária localizada em um município da cidade do Recife concedeu à pesquisadora a oportunidade de entrevistar duas mulheres idosas que estavam na unidade no dia 08 de setembro de 2020, foi quando teve início a 1ª etapa da pesquisa. Em local reservado, a pesquisadora estabeleceu o *rapport* com cada participante individualmente e lhes convidou a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice D) que foi aceito e assinado por elas. Posteriormente, responderam ao questionário biosociodemográfico e a entrevista semiestruturada.

Para obtermos acesso a outra unidade prisional feminina, foi necessário recorrer ao Portal da LAI<sup>2</sup>, nele solicitamos o acesso às informações de mulheres idosas. Um processo foi gerado no dia 17 de outubro de 2020, sob o número de protocolo 202087617. A ouvidoria da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) informou-nos da impossibilidade de responder a esta solicitação por escrito, de modo que, abriria-se uma exceção para visita

---

<sup>1</sup> Expressão latina que significa *que tenhas o teu corpo*. Faz referência a uma medida que busca proteger o direito de liberdade do indivíduo, sendo concedida quando alguém sofrer ou achar que irá sofrer violência, coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (Glossário Jurídico - STF, 2020).

<sup>2</sup> A Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor sendo regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio 2012. A LAI é resultado de um esforço da Administração Pública de trazer mais transparência ao Governo e de disponibilizar ao cidadão as informações de caráter público, instituindo obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados, prevista pela Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inc. XXXIII; art. 37, §3º, inc. II; e art. 216, §2º (Ministério da Justiça, 2020).

presencial, com acompanhamento de um profissional da SERES, a uma unidade Prisional Feminina, localizada na Região Metropolitana do Recife.

Nesse contexto, a 2ª etapa do campo foi prevista para o dia 4 de novembro de 2020. A seleção das três idosas que participaram do estudo, foi realizada pela GTI e pela gestão da instituição prisional, com base nos critérios de inclusão da pesquisa. Desta forma, ao chegarmos à unidade, as participantes do estudo já nos aguardavam. Em local apropriado, estabelecemos o *rapport* com cada uma delas individualmente. Em seguida, foram convidadas a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo D) que foi aceito e assinado. Nessa sequência, responderam ao questionário biosociodemográfico e a entrevista semiestruturada.

Portanto, a coleta de dados aconteceu em dois momentos e em lugares distintos. Em cada um desses locais, em um único encontro, o procedimento obedeceu a duas etapas: 1) aplicação individual do questionário biosociodemográfico e 2) entrevista semiestruturada.

### **3.8 Análise de dados**

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano elaborada por Bronfenbrenner (2004; 2005) propõe a relação entre quatro elementos processo, pessoa, contexto e tempo (PPCT) para compreensão dos fenômenos humanos. A metodologia utilizada para análise das informações obtidas por meio das entrevistas partiu desses pressupostos.

Inicialmente, organizou-se o material a ser analisado a partir de uma leitura minuciosa das entrevistas fornecidas pelas participantes. Buscou-se selecionar as informações que apresentassem consonância com os objetivos da pesquisa, os quais foram previamente elaborados com base na teoria mencionada.

Na fase seguinte, todo o texto foi separado em partes, o que permitiu a decodificação dentro das categorias pessoa, processo, contexto e tempo. Na categoria *pessoa*, investigou-se as características da idosa, seus atributos, se adota papel ativo ou passivo na vida diária, como se engaja e interage com seu ambiente (Bronfenbrenner, 2004).

Os *contextos* do desenvolvimento são os elementos físicos, sociais e culturais disponíveis ao sujeito (Bronfenbrenner, 1996). Assim, procurou-se apreender os elementos disponíveis à mulher idosa em seus contextos por meio das seguintes categorias:

No *microssistema*, o ambiente mais imediato, investigou-se o estabelecimento de papéis, as atividades e as interações face a face desenvolvidas; também é nele que ocorrem os



processos proximais, descritos pelo autor mencionado como a mola propulsora ao desenvolvimento.

No *mesossistema*, que se trata da relação entre dois ou mais, identificou-se as interações que ocorrem entre os microssistemas, contextos primários e secundários onde a pessoa idosa em desenvolvimento está inserida. Como exemplo, tem-se a relação da idosa com a família e com a penitenciária.

No *exossistema*, também ocorre a relação entre dois ou mais contextos, mas difere do mesossistema, pois a idosa não está inserida nele. Desse modo, mesmo não sendo estabelecida uma relação proximal, mas distal, a pessoa é afetada indiretamente. Por exemplo, a recomendação de nº62 emitida pelo CNJ, trouxe consequências que influenciou a vida das pessoas presas no período da pandemia.

No *macrossistema*, que é um contexto mais amplo (engloba o microssistema, o mesossistema e o exossistema), buscou-se identificar ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, presentes na cultura ou subcultura das participantes.

Quanto ao *tempo*, também conhecido como *cronossistema*, destacaram-se situações, alterações e mudanças que ocorreram no ciclo vital da pessoa, como: biológicas, ecológicas e sociais. Também está relacionado com os eventos históricos ou pessoais que influenciaram a dinâmica dos processos entre a idosa e seus respectivos ambientes (Benetti *et al.*, 2013; Polonia *et al.*, 2005).

Com o objetivo de aprofundar a investigação dos *processos proximais* ou interacionais que as idosas encarceradas estabelecem com pessoas, objetos e símbolos do ambiente, foram criadas subcategorias. A partir da investigação dessas interações, é possível compreender as possibilidades de desenvolvimento disponíveis à pessoa idosa.

Na fase final, após a categorização, passou-se à análise e interpretação do material, pelas quais os temas emergentes foram analisados com base na literatura consultada. Todas as categorias e subcategorias serão mencionadas no próximo capítulo onde iremos apresentar os resultados e a discussão dos dados obtidos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse momento, iremos apresentar os resultados obtidos nas entrevistas. Inicialmente, será feita a descrição das participantes e, na sequência, essas características serão situadas em relação ao Censo Penitenciário e algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil com idosos encarcerados. Posteriormente, serão evidenciadas as dimensões do modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano em todas as entrevistas discutindo-as de acordo com a literatura.

### 4.1 Descrição das participantes

#### 4.1.1 Lolite

Tem 60 anos, de cor parda, evangélica, estudou até o quarto ano do ensino fundamental. Natural de uma cidade situada no interior da Paraíba. Seus pais eram cortadores de cana-de-açúcar e ela, desde a infância, trabalhou com seus cinco irmãos na mesma atividade. Esse foi um dos motivos pelo qual deixou de ir à escola. Quando adolescente, foi viver com um companheiro, pai dos seus três filhos: dois homens e uma mulher. Após a morte dele, tornou-se pensionista e passou a receber um salário-mínimo. Para complementar a renda, trabalhava com a venda de lanches nas ruas da cidade onde morava, na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Nunca se casou formalmente, mas tem um companheiro que lhe ajuda financeiramente. Ela tem cinco netos e duas bisnetas. Demonstrou carinho especial por um dos netos, filho de sua filha. É diabética e tem problemas na coluna, motivo pelo qual faz uso de medicação contínua. O envolvimento dela com a Justiça ocorreu por ter sido responsabilizada de atuar na guarda de drogas e na administração financeira de um grupo liderado por seu filho. A polícia reuniu provas (interceptações telefônicas, levantamento de dados bancários, além de análise do padrão de vida incongruente à condição financeira da idosa) que comprovam a autoria do delito. No entanto, ela nega qualquer envolvimento. Lolite foi condenada pelo crime de tráfico de drogas e associação com o tráfico (Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06) a 14 anos de detenção e ao pagamento de um terço do salário-mínimo (multa) durante um mil e oitocentos dias. O filho e a nora de Lolite também foram condenados pelo mesmo crime e estão presos. A nora encontra-se na mesma penitenciária na qual a idosa cumpre a sentença.

#### *4.1.2. Turmalina*

Tem 63 anos, de cor branca, evangélica, estudou o ensino médio incompleto. Natural de um município da Região Metropolitana do Recife no Estado de Pernambuco. Seu pai era professor de matemática e português, sua mãe enfermeira. Eles tiveram duas filhas, ela e a irmã mais nova. Quando tinha 18 anos seu pai faleceu. A mãe é viva, mas está doente. Casou-se por duas vezes e se separou. Dessas uniões teve três filhos, dois homens e uma mulher. Um deles, o mais novo, faleceu quando iria completar 25 anos. No seu entendimento, a ex-namorada dele mandou matá-lo por ciúmes. Exerce a profissão de artesã, suas criações já foram expostas em feiras de arte popular. Atualmente, é pensionista. Após a morte do seu filho, passou a receber uma pensão, no valor de um salário-mínimo. Tem uma casa em um município na cidade do Recife, mas, antes de ser presa, estava morando com a mãe em uma cidade da Paraíba. Sofre de hipertensão, diabetes, insônia e problemas de memória recente (curto prazo). Esse último estaria, a seu ver, associado ao uso contínuo de diversas medicações. Turmalina tem quatro netos e três bisnetos. Tem apego especial por um tio que costuma ajudá-la financeiramente e paga seu advogado, mas não vai visitá-la. O envolvimento dela com a Justiça ocorreu por ter sido acusada de tentativa de homicídio. Ela confessou o crime: deferiu golpe de faca peixeira no rosto da ex-nora. Entretanto, justificou a ação ao dizer que não era evangélica e estava embriagada, com muita raiva, pois queria se vingar da mulher que mandou matar seu filho. Turmalina foi condenada por homicídio simples, tentado (Art. 121, 2,14 do Código Penal) a oito anos de reclusão.

#### *4.1.3. Alexandrita*

Tem 64 anos de idade, de cor parda, evangélica, estudou até o terceiro ano do ensino fundamental. Disse que não aprendeu nada na escola. Natural de uma cidade situada na Mata Sul do Estado de Pernambuco. Seus pais tiveram sete filhos, ela é próxima à mais velha. Fugiu de casa aos 11 anos de idade para morar em outro Estado da Região Nordeste do país. Casou-se por lá e depois voltou para Pernambuco. Aos 14 anos de idade abriu seu primeiro bar, atividade que desenvolveu durante toda a vida. Aos 19 anos, teve a primeira filha e dois anos depois um filho. Após o nascimento das crianças, o marido arrumou outra mulher e ela se separou. Adotou oito filhos, os quais não passaram por processo de adoção. Alexandrita relata que acompanhava as mães à maternidade - pois, antes de dar à luz, elas já haviam

manifestado o desejo de não ficar com o bebê - e quando a criança nascia, registrava em seu nome como sendo seu filho legítimo. Criou todos eles sozinha trabalhando com a venda de mercadorias e bebidas num bar. O comércio ficava atrelado à sua residência. Aos 32 anos de idade, teve erisipela e filariose. Por conta dessas enfermidades, desenvolveu doença arterial periférica (má circulação nos membros inferiores e, em consequência, o inchaço nas pernas). Também sofre de hipertensão arterial. Foi aposentada com renda de um salário-mínimo, por doença, após um Acidente Vascular Cerebral – AVC. Em decorrência disso, teve sua capacidade de locomoção reduzida. Também se queixou de falhas na memória recente (curto prazo). Para manter-se estável, faz uso de medicação contínua. Antes de ser presa, estava morando com o filho adotivo mais novo e dois netos - filhos de sua filha biológica - em uma casa situada na Região Metropolitana do Recife. É bastante próxima da irmã mais nova e de um irmão que tem transtorno mental grave, pois os criou desde pequenos. Além deles, demonstrou ter apego ao filho adotivo e um carinho especial pelos netos referenciados. Ao todo são: dez filhos, dezessete netos e um bisneto. Alexandrita foi presa em flagrante em sua residência e condenada pelo crime de tráfico de drogas e corrupção de menores (Art. 33 da Lei 11.343/06 e artigo 244-B do Código Penal), pois foi encontrada com o filho adotivo e outro menor, manipulando o pó que iria ser comercializado. A penalidade aplicada foi de oito anos e dois meses de reclusão mais o pagamento de um terço do salário-mínimo (multa) durante oitocentos e quinze dias. Ela nega envolvimento com o crime e diz que a droga encontrada em sua casa pertencia ao seu filho, pois ele é viciado desde a adolescência. Ao final da entrevista, Alexandrita aproximou-se e falou baixo: *“A senhora sabe que eu já possuí 36 casas? Vendi tudinho!”*. Questionamos como uma pessoa nas condições financeiras descritas pela idosa adquire trinta e seis imóveis? Também é curioso o fato de ter sido condenada por corrupção de menores, uma vez que, quando mais jovem, realizou diversas adoções informais.

#### 4.1.4 Âmbar

Tem 70 anos, de cor parda, católica, estudou até o quarto ano do ensino fundamental. Natural de uma cidade situada na Região do Agreste de Pernambuco. Seus pais tiveram 28 filhos, mas só sobreviveram 12. Na ordem dos nascimentos, é a penúltima filha. Seu pai era agricultor e foi assassinado a mando de seu avô, muito tempo depois de tê-lo impedido de abusar sexualmente das netas. Na ocasião, estava com 23 anos e tinha acabado de dar à luz

seu filho mais novo. Não pode ir ao enterro dele, pois estava morando em outro Estado. Posteriormente, sua família sofreu mais uma perda: um dos seus irmãos morreu por afogamento. Âmbar teve três filhos biológicos e um adotivo, foi casada e se separou. Após alguns anos, voltou a morar no Agreste de Pernambuco. Residia com o filho biológico mais novo. Há um ano e três meses o filho mais velho morreu de cirrose hepática e, recentemente, perdeu o mais novo que foi acometido por um câncer. Dos três, ficaram a filha biológica e o filho adotivo. Tem cinco netos e um bisneto. Hoje reside com a filha e um neto. Nunca trabalhou externamente, sempre exerceu as atividades do lar. Atualmente, recebe a aposentadoria por idade (BPC - Benefício da Prestação Continuada) com renda de um salário-mínimo. Em relação à saúde é hipertensa, tem labirintite e queixa-se de perda da memória de curto prazo. Faz uso de medicação contínua. O caso de Âmbar trata-se de uma acusação de estelionato (Art. 171, § 3º do Código Penal) e o processo tramita pela Polícia Federal. Ela havia sido presa há pouco mais de um mês, no momento da entrevista. Sua reclusão coincidiu com a morte do filho mais novo. Durante a entrevista, demonstrou estar muito abalada, seu discurso era desordenado. Não soube explicar o que aconteceu, alega ser inocente e ter sido enganada. Entretanto, confessa ter cedido documentos pessoais a terceiros sob promessa de aposentadoria não burocrática. Ademais, recebeu dinheiro deste benefício que, após algum tempo, foi cortado pelo INSS. O acesso aos dados, sobre o motivo da sua prisão, corre em segredo de justiça. Todavia, as informações preliminares sobre o caso se referem a um esquema de fraude da aposentadoria, envolvendo outras pessoas.

#### 4.1.5. *Esmeralda*

Tem 71 anos, de cor preta, evangélica, estudou até o segundo ano do ensino fundamental. Natural da Região Metropolitana de Alagoas. Na adolescência, conheceu o pai dos seus filhos, foi quando se mudou para uma cidade da Região Metropolitana do Recife. Dessa união nasceram cinco crianças: dois homens e três mulheres, sendo que dois morreram ao nascer. Assim, ficaram duas meninas e um menino. Após a morte de seu marido, quando ainda era jovem, desistiu de casar novamente. Criou os filhos com a venda de lanches na pracinha do local no qual morava. Há alguns anos, perdeu a visão de um dos olhos devido ao glaucoma. Por isso, aposentou-se por doença com renda de um salário-mínimo. Agora, relata a perda da visão do outro olho e, apresenta ainda, outras comorbidades como: labirintite, gastrite, hipercolesterolemia, hipertensão e problemas na coluna. Faz uso de medicação contínua. Ela tinha sete netos e três bisnetos, mas um dos netos foi assassinado na

adolescência, por envolvimento com o tráfico de drogas. Assim, ficaram seis netos e três bisnetos. Antes de ser presa residia com os filhos, netos e bisnetos. Em seu relato, disse ter saudade da família, em especial dos netos. O envolvimento de Esmeralda com a Justiça se deu após o flagrante, em sua residência, quando policiais encontraram sob sua posse duzentos e sessenta e oito papétes de maconha, um tablete de, aproximadamente, 400 gramas de maconha, cinco pedras de crack e dois potes contendo resquícios de ácido bórico. Ela foi condenada pelo crime de tráfico de drogas (Art. 33 da Lei 11.343/06) a oito anos e oito meses de reclusão mais o pagamento (multa) de um terço do salário-mínimo durante oitocentos e sessenta e seis dias. Esmeralda nega ser traficante e alega que a droga era do seu neto que foi assassinado, pois ele era viciado. A morte dele se deu pouco tempo depois da sua prisão.

#### 4.2 Características das participantes e sua relação com a literatura

Na tabela 1, organizou-se a descrição das participantes mencionadas no item anterior, para que fosse possível uma melhor visualização. Esses dados serão discutidos com relação ao Censo Penitenciário e algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre idosos encarcerados.

**Tabela 1.** *Descrição das participantes*

<i>Dados da idosa encarcerada</i>	1	2	3	4	5
<b>Nome fictício</b>	Lolite	Turmalina	Alexandrita	Âmbar	Esmeralda
<b>Idade</b>	60 anos	63 anos	64 anos	70 anos	71 anos
<b>Raça/cor</b>	Parda	Branca	Parda	Parda	Preta
<b>Religião</b>	Evangélica	Evangélica	Evangélica	Católica	Evangélica
<b>Escolaridade</b>	4º ano do ensino fundamental	Ensino médio (incompleto)	3º ano do ensino fundamental	4º ano do ensino fundamental	2º ano do ensino fundamental
<b>Naturalidade</b>	Paraíba	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Alagoas
<b>Região de moradia</b>	Região Metropolitana	Região Metropolitana	Região Metropolitana	Agreste	Região Metropolitana
<b>Profissão</b>	Comerciante	Artesã	Comerciante	Do lar	Comerciante
<b>Situação trabalhista atual</b>	Pensionista	Pensionista	Aposentadoria por doença	Aposentadoria - BPC	Aposentada por doença
<b>Renda</b>	Um salário	Um salário	Um salário	Um salário	Um salário
<b>Estado civil</b>	Solteira	Divorciada	Divorciada	Divorciada	Solteira
<b>Residia com</b>	Com o companheiro	Com a mãe	Com um filho e dois netos	Com a filha e um neto	Com os filhos, netos e

<b>alguém</b>					bisnetos
<b>Existência de filhos</b>	Sim (três filhos)	Sim (três filhos)	Sim (dois biológicos e oito adotivos)	Sim (três biológicos e um adotivo)	Sim (cinco)
<b>Existência de netos</b>	Sim (cinco netos)	Sim (quatro netos)	Sim (dezessete)	Sim (cinco)	Sim (seis)
<b>Existência de bisnetos</b>	Sim (duas bisnetas)	Sim (três bisnetos)	Sim (um)	Sim (um)	Sim (três)
<b>Problema de saúde</b>	Diabetes, dores na coluna	Diabetes, esquecimento, hipertensão, insônia	Hipertensão, doença arterial periférica, erisipela, esquecimento, sequelas motoras pós AVC.	Esquecimento, hipertensão, labirintite.	Dores na coluna, labirintite, gastrite glaucoma, hipercolesterolemia, hipertensão.
<b>É usuário de droga lícita ou ilícita</b>	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação)
<b>Tipo de crime (Artigo)</b>	Tráfico de drogas e associação para o tráfico (Art. 33 e 35 da Lei 11.343/06)	Homicídio simples tentado (Art. 121,2,14 do Código Penal)	Tráfico de drogas e corrupção de menores Art. 33 da Lei 11.343/06, e artigo 244-B do CP	Estelionato (Art. 171, § 3º do Código Penal)	Tráfico de drogas (Art. 33 da Lei 11.343/06)
<b>Penalidade (anos, dias, meses, multa)</b>	14 anos e 1.800 dias de multa	08 anos	8 anos e 2 meses de reclusão e 815 dias multa	Segredo de Justiça (Justiça Federal)	08 anos e 08 meses + 866 dias de multa

Conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN (2019), no Estado de Pernambuco a população carcerária é de 33.641; desses, 32.173 são do sexo masculino e 1.468, do sexo feminino. Os idosos que cometeram crimes correspondem a 0,84% desta população, um total de 283 pessoas acima dos 60 anos de idade. Desta soma, 262 são homens e 21, mulheres. Neste contexto, foram entrevistadas cinco mulheres idosas, um percentual que equivale a 23,8% desta população.

Determinadas características das participantes apresentadas são comuns à população carcerária do País, dentre elas, a prevalência do público masculino sobre o feminino (Brandão, 2015; INFOPEN, 2019; Melo *et al.*, 2016; Santos, 2018; Vilela & Silva, 2019). Outro aspecto diz respeito ao público idoso com relação à população mais jovem, como os primeiros estão em minoria se tornam menos visíveis ao Estado. No caso das mulheres idosas, a situação acarreta mais prejuízos, pois a baixa representatividade - em relação aos homens idosos - dificulta ainda mais a garantia de seus direitos, o que produz repercussões à saúde global dessas pessoas (Balbuglio & Silva, 2018).

No que refere à idade, Vilela e Silva (2019), no Estado de Pernambuco, verificaram que havia uma variação de 60 a 68 anos. No Estado da Paraíba, Oliveira *et al.* (2013) encontraram idades entre 60 e 65. No estado de Minas Gerais, Melo *et al.* (2016)

corroboraram esses dados, pois em seus achados as idades estavam entre 60 e 67 anos. Brandão (2015), no Rio Grande do Sul, percebeu que havia uma variação de 60 a 74 anos, mas a maioria deles, quase 60%, estava entre 60 e 64 anos e 40%, correspondia a 65 e 74. Fato também observado em nossa pesquisa, pois 60% das idosas tinham entre 60 e 64 anos e, o restante 70 e 71. Segundo o INFOPEN (2019), as pessoas na faixa etária entre 60 e 69 anos são maioria no sistema penitenciário nacional, os que estão com mais de 70 anos representam 15%. Logo, é possível inferir que, quanto maior for a idade, menor é a probabilidade de envolvimento com o crime.

Em relação à raça/cor, em maioria, as idosas se autodenominam pardas. Esse aspecto é igualmente encontrado em pessoas privadas de liberdade, independente de idade e sexo, em todo o país (INFOPEN, 2019). Esse dado está em desacordo com os dados encontrados por Melo *et al.* (2016) e Vilela e Silva (2019), os quais evidenciaram que, em maioria, se autodenominaram brancos.

O nível de escolaridade das entrevistadas (fundamental incompleto) também é predominante na população carcerária do país (INFOPEN, 2019). Vilela e Silva (2019); Santos (2018); Melo *et al.* (2016) e Oliveira *et al.* (2013) corroboram estes dados. Contudo, Santos (2018), no Estado do Ceará, região nordeste do país, acrescentou que 35% das mulheres idosas encarceradas eram analfabetas, resultado não encontrado nesta pesquisa. Quanto a isso, Brandão (2015), no Rio Grande do Sul, pontuou que as pessoas que estavam encarceradas e que tinham nível superior eram maioria em comparação aos analfabetos. Esses achados refletem a diversidade social e cultural existente entre as regiões Sul e Nordeste do Brasil. Em síntese, é possível inferir que a falta de oportunidades educacionais - exclusão que precede o encarceramento - constitui fator de risco ao envolvimento com a criminalidade.

No critério religião, as de matrizes evangélicas sobressaíram-se nesta pesquisa, diferentemente do resultado encontrado por Oliveira *et al.* (2013), em que a maioria eram católicos. Não há registro no senso penitenciário sobre o tema religião ou espiritualidade e, como visto, poucas pesquisas procuraram investigar a existência desta variável entre os idosos encarcerados. De fato, a religião constitui um fator importante na vida das pessoas que estão envelhecendo, pois pode ser fonte de saúde e bem-estar (Papalia & Feldman, 2013). Nesse sentido, ter algum tipo de religião pode ser considerado um fator protetivo ao envolvimento com o crime. Para os que estão encarcerados, pode contribuir com a manutenção da saúde mental em contexto adverso.

No que refere ao estado civil, as participantes são divorciadas ou solteiras. Em comparação com os resultados de Oliveira *et al.* (2013), os homens idosos encarcerados



continuaram casados. Devido à tradição cultural, as mulheres sempre foram responsáveis pela manutenção dos relacionamentos e cuidado perante os que a circundam: pais, maridos, filhos, entre outros (McGolgrick, 2007). Esse comportamento é refletido nos presídios: as mulheres são visitadas pelas filhas e os homens, por suas esposas, companheiras, filhas. Além disso, a expectativa de vida das mulheres é maior que a dos homens (IBGE, 2020). Por isso, elas estão mais propensas a ficarem viúvas, solteiras, sozinhas. Esta tendência aumenta com a idade.

Pesquisas apontam que o divórcio para a mulher produz impactos financeiros, pois a renda cai em média 40% (McGoldrick, 2007). Desse modo, idosos que não compartilham suas vidas com um companheiro estão mais propensos a se tornar pobres (Papalia & Feldman, 2013). Nesta pesquisa, observamos que as mulheres idosas eram aposentadas ou pensionistas com renda de um salário-mínimo. Diante disso, para complementar a renda trabalhavam com o comércio informal. Nesse contexto, depreende-se que a vulnerabilidade financeira pode ser um fator de risco ao envolvimento com a criminalidade. Para Brandão (2015), o aumento nas estatísticas dos crimes cometidos por idosos ocorre, em parte, devido ao desfavorecimento econômico da classe. Em seu entendimento, os idosos não dispõem de uma aposentadoria decente para se manter dignamente, nem são jovens para competir por uma vaga no mercado de trabalho.

De acordo com McGoldrick (2007), 75% das pessoas em situação de pobreza são mulheres ou crianças, que vivem em lares de apenas um genitor. Observamos que entre as idosas da pesquisa, antes de serem aprisionadas, 60% residiam com filhos e netos, sendo elas provedoras dos seus lares. Eram oriundas, em maioria, da Região Metropolitana de Recife, dados igualmente encontrados por Vilela e Silva (2019) e em conformidade com o panorama nacional (INFOPEN, 2019).

Com relação à constituição familiar, 80% das idosas têm entre cinco e três filhos, seis e quatro netos, um a três bisnetos. Por outro lado, Oliveira et al. (2013) verificaram que os homens idosos encarcerados tinham em média seis filhos. Nesse passo, o Relatório Temático Sobre as Mulheres Privadas de Liberdade pontuou que as mulheres têm, em média, cinco filhos e os homens seis filhos (Silva, 2019). Não foram encontradas informações sobre netos e bisnetos.

No critério saúde, as doenças mais prevalentes foram hipertensão, problemas de memória, diabetes, problemas na coluna e labirintite. Em consonância, Melo *et al.* (2016) referenciaram a prevalência da diabetes e hipertensão, pois 40% dos idosos advindos do regime fechado apresentavam essas disfunções. Do mesmo modo, Keinert (2009) encontrou essas doenças e acrescentou: AIDS, infecções sexualmente transmissíveis (IST), tuberculose e

hanseníase. Além disso, referenciou o risco de suicídio entre os idosos em razão do encarceramento.

Em linhas gerais, os problemas de memória evidenciados em 60% das idosas, requerem atenção. Certamente, o declínio cognitivo é uma das queixas mais comuns encontradas em pessoas acima dos 60 anos; é natural relatarem dificuldades para memorizar coisas novas ou recordar fatos recentes. Fatores emocionais (depressão, estresse), aliados ao estilo vida, às vezes, pouco desafiador, com demanda ocupacional reduzida, pode desencadear um processo de declínio mais acelerado (Santos *et al.*, 2018). Intervenções não medicamentosas como, por exemplo, o treinamento cognitivo, poderiam trazer benefícios e melhorar a qualidade de vida no cárcere.

Com relação aos tipos de crimes praticados pelos idosos, Brandão (2015); Corte (2010); Santos (2018); Vilela e Silva (2019) constataram que, predominantemente, tratavam-se de crimes contra a pessoa (homicídio, lesão corporal, violência doméstica, sequestro, entre outros). Entretanto, Monteiro (2013) verificou que no Rio Grande do Sul 62% e em São Paulo 41% dos crimes praticados por idosos foram de cunho sexual (estupro, estupro de vulnerável, corrupção de menores, tráfico internacional de pessoas para fins sexuais, entre outros). Nesse tipo de crime, as principais vítimas eram crianças (Corte, 2010; Monteiro, 2013).

No que refere aos dados da população carcerária a nível nacional, as faixas etárias e, em ambos os sexos, os crimes contra o patrimônio (furto, roubo, latrocínio, extorsão, apropriação indébita, entre outros) estão em primeiro lugar, seguidos dos crimes de tráfico de drogas e, em terceiro lugar, os crimes sexuais (INFOPEN, 2019).

O crime de tráfico de drogas é o principal responsável pela maior parte das prisões femininas, perfazendo um total de 59,9% dos casos. De 2005 a 2019, este é o principal motivo de encarceramento de mulheres no Brasil (Silva, 2019), sendo que o Estado de Pernambuco acompanha a média nacional (INFOPEN, 2019).

Nesta pesquisa, a tipologia criminal das participantes também recai sobre o tráfico de drogas, em primeiro lugar, seguido pelos crimes de homicídio simples (tentado) e estelionato. As penalidades variaram de oito a 14 anos de detenção.

A seguir, serão enfatizadas e discutidas as dimensões do modelo Bioecológico. Iniciaremos pela pessoa e seus atributos. Posteriormente, na dimensão tempo serão destacados aspectos relativos ao crime. Vale lembrar que as dimensões serão analisadas separadamente, mas, na prática, estão inter-relacionadas e se complementam de forma dinâmica.

### 4.3 As dimensões pessoa e tempo do modelo Bioecológico e os fatores que influenciaram a prática dos crimes

#### 4.3.1 Pessoa

##### Os atributos das mulheres idosas encarceradas

De acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), a noção de pessoa ocupa um lugar central na teoria. Nesse sentido, características particulares como: o modo de agir, a expressão da subjetividade, crenças, valores, níveis de atividades desenvolvidas, traços de personalidade, temperamento, metas para o futuro, motivações, dentre outros, são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento.

Bronfenbrenner (1999) diferencia três atributos que constituem os traços da pessoa e como podem influenciar o curso do desenvolvimento: disposição, recurso e demanda. Essas características alteram a direção e o domínio dos *processos proximais* - relação entre o organismo e o ambiente - durante as fases da vida. Logo, esses processos se caracterizam pelas relações que ocorrem entre o ser humano ativo e as pessoas, objetos e símbolos que fazem parte do contexto imediato (Polonia *et al.*, 2005).

O primeiro atributo é a *disposição* que diz respeito ao modo como o sujeito se engaja em algumas atividades, principalmente, em tarefas mais complexas, aquelas que exigem motivação e persistência. Essa característica pode colocar os processos proximais em movimento. No caso das idosas encarceradas, observamos na fala de Alexandrita uma motivação para aprender a realizar uma atividade: “*Eu não aprendi ler [...]. Eu assino meu nome, mas só a metade, não assino tudo. Eu queria aprender fazer todinho*”. (Alexandrita)

Na fala de Turmalina, percebe-se que há um padrão nas atividades desenvolvidas por ela. Trata-se da motivação e persistência na realização da tarefa: “*Eu sou artesã, faço bonecas lindas, cadernos de fita, flores, descanso de panela, um monte de coisa*” (Turmalina).

Essas características dependem de dispositivos próprios e peculiares de cada personalidade (Benetti *et al.*, 2013). Alguns idosos, por exemplo, são mais motivados e persistentes na execução de determinadas atividades, outros têm mais habilidades interpessoais e, em alguns casos, apresentam ambas as características. Por outro lado, podem existir idosos que possuem essas características, mas não foram estimulados ao longo do desenvolvimento, como é o caso de Alexandrita. Ademais, existem casos em que a depressão, principalmente no idoso, pode estar associada à ausência de motivação e persistência.

No que se refere a Âmbar, observa-se que a perda dos filhos e o seu aprisionamento, poderiam estar causando uma ausência de motivação. Quando perguntamos se pudesse mudar algo em sua vida, o que mudaria: *“Eu acho que eu não mudaria mais nada na minha vida, que o que eu tinha de bom e tenho hoje é minha filha e meu neto. Então, meu filho que tanto eu queria na vida ter, Deus levou! Eu acho que não tenho mais nada na minha vida não”* (Âmbar).

No caso de Lolite, observamos que ela se coloca de modo indiferente no que refere à mudança: *“Nada! Porque eu sempre fui assim: meio maluca, meio destrambelhada, sabe! Esse é meu jeito”* (Lolite).

Conforme Copetti e Krebs (2005), algumas pessoas, quando precisam lidar com obstáculos em seu curso de vida, podem sentir que são impelidas a realizar um esforço maior para transpor essas dificuldades ou, ao contrário, podem supor que são incapazes de sobrepor esses problemas. O impulso de agir ou não foi denominado como *forças da pessoa*. Elas podem ser *desenvolvimentalmente geradoras* ou *desenvolvimentalmente disruptivas*.

Quando disruptivas, por um lado, podem demonstrar impulsividade, explosividade, distração, incapacidade para adiar gratificação ou de modo mais extremo fazer uso de agressões ou violência. Por outro, podem ser indiferentes, apáticas, falta de interesse em interagir com pessoas, demonstra interesse em esquivar-se de atividades, insegurança, timidez (Copetti & Krebs, 2005).

No caso de Lolite, podemos inferir que as forças que atuam em prol do seu desenvolvimento podem estar se posicionando dinamicamente como desenvolvimentalmente disruptivas. No caso de Turmalina, demonstrou uma tendência ao senso de responsividade seletiva com o próximo, quando, em sua fala, admite arrependimento pelo crime que cometeu: *“Não ter feito o que eu fiz! Eu me arrependo porque ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, derramar o sangue de outra pessoa”* (Turmalina).

Nessa sequência, de acordo com os autores referenciados, se as forças forem desenvolvimentalmente geradoras, as pessoas são mais ativas, curiosas, tentem a empreender atividades sozinhas ou com grupos, responsivas, resilientes e conseguem adiar gratificação imediata, mas persistem em garantir a realização de uma meta a longo prazo. Acrescentaram que *“essas disposições tomam formas dinâmicas de orientação denominadas de responsividade seletiva, propensão organizacional e sistema diretivo de crenças”* (Copetti & Krebs, 2005, p.78).

No caso de Alexandrita, parece-nos que adota posição ambivalente e queixosa do passado, como se tivesse ficado presa às lembranças que a impedem de seguir adiante.

*“Mudaria! Mas, na minha vida o que eu tive foi só doença e trabalho pra criar meus filhos. Eu já cortei até cana [...]” (Alexandrita).*

O segundo atributo da pessoa faz referência ao *recurso* que diz respeito às habilidades, experiências, inteligência (recursos cognitivos e emocionais que não se manifestam visivelmente). Eles são subdivididos em: *recursos sociais e materiais*: faz referência à comida, moradia digna, educação de qualidade, cuidados familiares; e os *recursos que funcionam como elementos perturbadores*: engajamento ativo ou passivo em processos proximais, patologias de ordem genéticas como lesões no cérebro, deficiências, ou adquiridas no curso de vida: AVC, demências, entre outros. Os recursos podem interferir no engajamento aos processos proximais, inibem ou retardam o estabelecimento de relações interpessoais (Benetti et al., 2013; Polonia et al., 2005).

No que refere aos recursos sociais e materiais, observamos que Turmalina teve pais que tiveram condições de oferecer cuidados, moradia digna e educação. Em sua narrativa, também fica explícito que seus pais tiveram acesso à educação e, como efeito de segunda ordem, atinge a criação dos filhos: *“Meu pai era professor de matemática e português. Ele morreu quando eu tinha 18 anos. Minha mãe é enfermeira aposentada. Eu fiz o ginásial. Não lembro bem até que ano. Estou com a memória muito ruim [...] foi incompleto” (Turmalina).*

Turmalina quase completou o ensino médio e, em meio as idosas da pesquisa, foi a única que alcançou esse grau de escolaridade. No caso de Âmbar, por morar no interior, distante da escola, foi um complicador para a continuidade dos estudos: *“Olha eu tenho, praticamente eu tenho, eu ia fazer a 4ª série, série. Naquela época no interior um grupinho pequenininho, não ia estudar na cidade, era muito longe” (Âmbar).*

Ainda com relação aos recursos sociais e materiais, observamos na fala de Lolite que foi criada em um lar com poucos subsídios econômicos: *“Meu pai era pobre mais honesto fia! Criou a gente tudo assim! Toda vida minha filha, trabalhava na palha da cana; desde adolescência no interior” (Lolite).*

No tocante aos *recursos que funcionam como elementos perturbadores*, é possível inferir que, no caso de Alexandrita, tenha ocorrido alguma implicação de ordem genética que impediu a continuação dos estudos: *“Eu estudei até, estudei até segunda série, mas não aprendi nada! Foi o doutor que mandou me tirar da escola [...]” (Alexandrita).*

De acordo com Papáleo Neto (2016), a velhice acarreta algumas manifestações como a diminuição da eficiência operacional, resistência, além de perdas dos papéis sociais, perdas psicológicas, motoras e afetivas, bem como impacta na solidão. Tais alterações podem ser acentuadas devido “à ausência de adaptação ao meio, resultando em situação de

vulnerabilidade” (p. 11). Desse modo, observou-se que as idosas encarceradas tiveram diversas perdas, dentre elas, as que mais se sobressaíram relacionam-se às biológicas. Esses impactos alteram o curso de desenvolvimento e podem refletir negativamente no engajamento em processos proximais. Essas perdas ficam expressas nas falas a seguir:

*“Minhas costas sabe, minhas costa dói! Eu tenho problema de coluna e tenho diabete” (Lolite).*

*“Ah!.. eu não consigo dormir, preciso tomar Clonazepan, se não eu não durmo. Talvez seja isso que está fazendo eu esquecer das coisas. Fora ele eu tomo remédio para pressão e sou diabética. Tomo Lozartana, Hidroclorotiazida, Olaripina um monte de remédio” (Turmalina).*

*“Eu desde trinta e oito anos que eu adoeci, eu sou doente [...] eu tive erisipela e filariose na minha perna [...]. Sinto muita dor, muita dor (aponta para perna inchada). Remédio eu tomo direto, tomo direto. Tenho pressão muito alta, muito alta! Eu converso agora né, com a senhora, depois de uma meia hora se a senhora vier conversar comigo eu num sei mai o que eu disse. Eu tive um derrame, um derrame que fiquei alejada foi uma lesão tão feia que eu não gosto nem de contar por que minha boca ficou troncha, meu braço ficou assim (faz o gesto) troncho mermo (Alexandrita).*

*“Eu tenho problema de tirar as coisas do lugar e não se lembrar [...] tenho um lado da cabeça... como é? Inchando. Já viu isso? Eu fiz agora uma... um exame... como é? Aí um lado da cabeça tava inchando, tenho problema de pressão alta. De vez em quando eu esqueço muito das coisas, eu caio assim no meio da casa, quando eu tô, às vezes, eu caio, eu desmaio. Tanto faz tá em pé aqui como de repente eu caí de uma vez. Dá um pane na cabeça, parece, dá uma parada. Eu tenho labirinto, aí depois desse remédio eu parei mais de cair, por causa desse remédio que eu tomo contínuo neh. Nunca mais eu caí não, depois dele” (Âmbar).*

*“Sou aposentada por doença, por causa da minha vista. Eu perdi um olho. Glaucoma, tô perdendo já a outra. Gastrite, labirinte, gordura no sangue, pressão e a coluna e a dor nas perna, não posso me abaixar” (Esmeralda).*

O terceiro e último atributo da pessoa é a *demanda*: refere-se à forma como a pessoa responde a um estímulo imediato em direção a outra pessoa. Copetti e Krebs (2005) explicam que são as características de “uma pessoa que afetam o desenvolvimento por terem um potencial de convidar ou desencorajar reações de pessoas no ambiente em que ela se encontra, e essa atração ou rejeição pode fomentar ou romper processos de crescimento psicológico” (p.79).

Os estereótipos em torno da velhice podem favorecer e ao mesmo tempo desfavorecer a aproximação de outras pessoas no contexto. Por exemplo, dentro da prisão, a maioria das mulheres são jovens, sendo assim, uma pessoa idosa pode representar a figura de uma mãe e cuidadora, ou de alguém que, por estar velha, precisa de cuidados, alguém que não representa ameaça em razão da condição física. Por outro lado, podem ser rejeitadas, pois uma pessoa idosa e mulher, não deveria estar presa por ter cometido crimes; a velhice pode ser sinônimo de decrepitude, às vezes espelho para um futuro; velhos podem ser tidos como chatos ou ranzinzos e, do mesmo modo que alguém pode projetar uma figura de mãe boa, pode projetar a mãe má.

Sendo assim, por parte das idosas, podem retrair-se por supor que são vulneráveis em sua condição física, por imaginar que estão deslocadas em um lugar formado, majoritariamente, por mulheres jovens, entre outros. A fala de Esmeralda ilustra essa situação: *“Na minha cela, só tem eu de velha, com essa idade só tem eu. As pessoa da minha idade só vejo no pátio, no refeitório, eu cunvesso com elas. Eu só me dou com as pessoa idoso, pra evitar pobrema! (Esmeralda).*

Durante a entrevista, Esmeralda foi quem menos falou. Ao adentrar a porta da sala anunciou seu posicionamento: voz baixa, ombros caídos voltados para frente e braços cruzados. Respondeu apenas o que lhe foi perguntado.

Lolite e Âmbar falaram que se sentem cuidadas pelas mulheres mais jovens: *“A menina que toma conta de mim [...]. Parece que ela tem trinta ano”. (Lolite); “Todas são mais nova do que eu. Eu sou a mais velha. São gente bacana, elas me dão muita atenção” (Âmbar).*

Nesse sentido, Fruet (2015) lembra que essa fase do desenvolvimento possui características singulares para cada pessoa, pois depende da história de vida, da qualidade dos vínculos que construiu, das oportunidades e do conhecimento aos quais teve acesso, de acordo com o contexto social e a cultura na qual foi inserida. Assim, as idosas representam a criança, o adolescente, o adulto jovem, o adulto maduro, integrados em uma única pessoa. Com suas histórias de vida, suas perdas e ganhos, em um ambiente desafiador, buscam sobreviver.

Portanto, até aqui buscamos situar o leitor no tocante à compreensão de quem são essas mulheres idosas, quais são as suas características e histórias de vida. Mais adiante, serão tratados alguns fatores que influenciaram a prática dos crimes.

### 4.3.2 Tempo

#### Fatores que influenciaram a prática dos crimes

O Tempo também é conhecido como Cronossistema. Esse sistema faz menção “às alterações e mudanças no curso de vida, às transições biológicas, ecológicas e sociais relacionadas a aspectos culturalmente estabelecidos, bem como à ocorrência de eventos históricos que influenciam a dinâmica dos processos entre pessoas e ambientes” (Silveira *et al.* 2009, p. 61). Na Figura 1 (p. 67), o cronossistema está representado como uma estrutura que engloba todas as outras. Nesse sentido, fez-se a escolha de discutir previamente alguns aspectos do tempo em relação à pessoa.

O tempo é subdividido em três dimensões: microtempo, mesotempo e macrotempo. O primeiro tem a ver com a interação entre pessoas mais próximas em desenvolvimento, o espaço temporal do aqui e agora. O segundo, refere-se a episódios ou situações ocorridas em lapsos temporais mais extensos, como dias, semanas, meses ou anos. O terceiro, refere-se às mudanças e expectativas; acontecimentos sociais e familiares que podem ser transmitidos pela herança a nível inter e intrageracional (Barreto, 2016).

Nesse âmbito, quanto ao microtempo serão considerados os sentimentos vivenciados pelas mulheres idosas no contexto prisional, o que configura o tempo mais imediato. No que se refere ao mesotempo, serão elencadas as motivações para o crime, como aconteceu e o tempo da pena, pois são acontecimentos que ocorreram em um lapso de tempo maior: dias, meses ou anos. Com relação ao macrotempo, falaremos das perspectivas para o futuro que são influenciadas pelos acontecimentos sociais e legados familiares. As três dimensões do tempo serão abordadas na seguinte ordem: mesotempo, microtempo e macrotempo.

Na dimensão *mesotempo*, destacamos as falas que referem as motivações para o crime. Assim, quando foram questionadas acerca do que levou à prática do crime as idosas, em maioria, fizeram relação a um parente próximo, com exceção de Âmbar, que disse não saber por que está presa: *“Foi meu filho, juro por Deus! Esse que tá preso, ele e a minha nora, que tá até aqui, mas não fica junto comigo não porque ela gosta de fumar essas coisas, sabe. (Lolite); “Peguei a peixeira e enfiei no rosto da mulher, em cima do olho dela, porque ela mandou matar meu filho! (Turmalina); “Esse meu fio, se ele fosse meu sangue mermo ele não usava droga. Ele é adotivo, eu criei meu fio de novinho. Eu tenho muito amor a ele, meu fio é muito bom pra eu! Eu não vou desprezar meu fio não. Só que eu não quero mais ele morando mais eu. Ele tem a casa dele pra ele morar. Foi por causa disso que eu tô aqui”. (Alexandrita); “Por causa desse neto que morreu”. (Esmeralda); “Uma coisa que eu nem sei*



*explicar porque... eu acho que... eu nunca fiz uma coisa que pudesse prejudicar um cristão (Âmbar).*

Nas narrativas, percebe-se a influência dos filhos e netos quanto à motivação para o crime. Nesse sentido, McGoldrick (2007) explica que o desenvolvimento feminino difere do masculino. A mulher desenvolveu um padrão que se baseia em um contexto de apego e afiliação. O seu “eu” tende a se organizar em prol da capacidade de desenvolver e manter relacionamentos. Logo, a família é o local em que as estruturas patriarcais são transmitidas por meio da cultura, linguagem e identidade de gênero. Diante disso, quando a experiência do ser mulher entra em conflito com a ideologia, surgem sentimentos de culpa que abrem espaço para o silêncio. O papel de esposa, mãe e avó está atrelado ao lugar que ocupa na sociedade e o seu valor, no relacionamento que estabelece com os homens. Nesse entendimento, podemos inferir que o papel da mulher, perante a sociedade, a impulsiona a proteger e cuidar dos filhos e netos, mesmo que isso lhe custe a liberdade.

No que diz respeito ao crime, percebe-se que a negação da conduta delituosa se destacou nas entrevistas:

*“Irmã, eu sou crente! Eu não fiz nada disso não! Foi assim irmã: eu atendi um telefonema e pronto a juíza disse que eu tinha a ver por conta disso e se eu tinha uma conta com muito dinheiro. Ela me perguntou tanto que eu disse pra ela ir olhar! Pronto, depois disso ela me colocou aqui. Eu tô aqui, mas não matei ninguém não! Essa é a primeira vez que eu peguei cadeia. Foi assim: eu tenho um sítio em Escada, meu filho, esse que tá preso, tinha um amigo e mandou ele pra lá, quando ele foi preso disse que era meu neto. Eu nunca vi ele antes! Foi meu filho e minha nora eles botaram, esconderam um monte de coisa lá no sítio e eu não sabia de nada, juro! Eles colocaram droga no sítio. Quando eles chegaram na minha casa eu tava dormindo. Eles me perguntaram o que o rapaz era meu? Eu disse: nada! Pronto, me prenderam e agora eu tô aqui na cadeia” (Lolite).*

*“Foi assim: eu estava num bar, na época eu bebia e não era crente. Foi loucura, eu estava bêbada! Peguei a peixeira e enfiei no rosto da mulher, em cima do olho dela [...] Quando aconteceu na hora chegou a polícia e me levou presa em flagrante. Foi tentativa de homicídio” (Turmalina).*

*“Levantam falso, levantam falso. Lá na outra cadeia dizia que eu traficava mais meu fio. Eu digo não, eu não! A senhora acredita que eu tô presa, eu juro por Deus eu sou inocente! Eu fui presa porque pegaro meu filho. Aí dissero: vou baté no seu filho, vou leva essa véa safada também! Aí me trouxe. Mas eu nunca fiz nada de errado”. (Alexandrita)*

*“[...] o que acontece é que eles acusaro que eu sou alguma laranja, que eles botaro, alguma coisa, diferente. Entendeu? Algo eles aprontaro e eu tô nessa, né?” (Âmbar).*

*“Por causa de droga. Porque a droga era de meu neto, ele não era traficante, ele era viciado. Desde da idade de dez ano que ele fumava. Gostava de fumar maconha, aí a polícia pegou ele, pegou ele com uma coisinha, aí... me apresentou que era eu, eu sou a dona da casa, morava comigo, aí botou pra mim” (Esmeralda).*

A respeito do tempo da pena, as idosas foram condenadas de oito a 14 anos em regime fechado. Quanto a isso, Santos (2018) e Ghiggi (2012; 2018) reconhecem que há um esforço da legislação para humanizar a penalidade aplicada à pessoa idosa. Entretanto, altas penalidades ainda são imputadas aos idosos. Dessa forma, no caso das idosas desta pesquisa, portadoras de comorbidades e vivendo sob condições precárias nos estabelecimentos prisionais, têm a expectativa de vida reduzida de modo significativo. Nesse contexto, convém enfatizar que a legislação e as políticas públicas necessitam caminhar juntas, a fim de que seja possível a efetivação de direitos da classe, além de correções e adaptações do sistema penitenciário para que a penalidade seja cumprida com dignidade.

Em relação ao *microtempo*, destacamos os sentimentos vivenciados no contexto prisional: *“Eu me sinto mal... eu me sinto mal, né? Eu só penso em ir pra casa”.* (Lolite); *“Na medida do possível eu me sinto bem. Não há como ficar muito bem nesse lugar, mas eu tento. Aqui ninguém se adapta. O ser humano é muito complicado”.* (Turmalina); *“Eu me sinto do jeito que Jesus quer, né? Mas, né bom não! (Alexandrita); “Muito triste! Porque eu acho que Deus preparou pra mim, me escolheu na família pra passar por isso. Porque eu nunca, todos irmão meu, nunca passou”.* (Âmbar); *“Eu me sinto triste, saudade da minha família! (Esmeralda).*

Esses relatos corroboram com os achados de Oliveira et al. (2013) e Balbuglio e Silva (2018), pois em seus estudos os idosos encarcerados costumavam esboçar sentimentos de tristeza, solidão e medo de morrer na prisão. Os autores concluíram que o cárcere produz adoecimento, visto que interfere negativamente no processo de envelhecimento, oportunizando o desenvolvimento de distúrbios emocionais, fisiológicos e sociais.

Em referência ao *macrotempo*, destacou-se as aspirações para o futuro entre as quais se sobressaíram as características singulares a cada uma delas. As temáticas focalizaram: religiosidade, culpa, esperança, família, morte, desejo de voltar para casa. Eis as falas: *“Não sei! Que melhore! Nunca fui presa na minha vida”* (Lolite); *“Que Jesus me perdoe pelo que eu fiz! Para o futuro: paz, tranquilidade. E minha mãe que está voltando da Paraíba pra cá pra eu cuidar dela”* (Turmalina); *“Morar mais minha mãe e mais minha filha. Vou vender*

*minha casa e morar com ela. A senhora sabe que eu já possuí trinta e seis casas? Vendi tudinho!” (Alexandrita); “Daqui pra frente eu já fiz tudo que eu tinha de fazer, daqui pra frente acho que não tenho mais nada a fazer, somente chegar o dia em que Deus me tirar da terra! (Âmbar); “Eu tô doidinha pra sair daqui” (Esmeralda).*

Portanto, as motivações para o cometimento de delitos diferem entre homens e mulheres. No caso das idosas encarceradas, percebe-se que características de personalidade; história de vida; baixos salários de aposentadoria e, em consequência, a falta de garantia de meios para sobrevivência; vínculos familiares, mais precisamente a influência de filhos e netos contribuíram decisivamente para sua entrada na criminalidade.

Em seguida, serão discutidas as relações proximais e distais que influenciam o desenvolvimento das mulheres idosas no contexto prisional.

#### 4.4 O contexto ecológico de mulheres idosas encarceradas

O contexto ou ambiente ecológico é formado por um conjunto de sistemas interdependentes. Eles podem ser visualizados “topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, em que uma está contida na seguinte” (Bronfenbrenner, 1986, p. 18). Os níveis que formam os *contextos ecológicos* englobam desde o mais imediato, o microsistema (Figura 1) até o mais distante, o macrosistema. Entre eles predominam a influência bidirecional e a inter-relação, que não estão restritas ao aspecto físico ou às interações face a face entre os sujeitos, mas envolvem outros contextos e as relações indiretas entre as pessoas (Polonia *et al.*, 2005).

**Figura 1.** *Contextos ecológicos*



Nesse sentido, os dados foram organizados em categorias de acordo com os níveis ecológicos do *Contexto* da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Desse modo, emergiram as seguintes categorias e subcategorias: 1) *Microsistema*: Relacionamento da mulher idosa e os pares na instituição prisional; Relacionamento da mulher idosa com gestores, agentes e equipe psicossocial da instituição. 2) *Mesosistema*: Relacionamento da mulher idosa com seus familiares; Relação família e instituição. 3) *Exossistema*: Instituição e estrutura física; Instituição e políticas de atenção à saúde das idosas. 4) *Macrossistema*: Saúde e Políticas públicas para pessoas idosas encarceradas durante a pandemia.

#### 4.4.1 *Microsistema*

##### O relacionamento da mulher idosa e seus pares na instituição prisional

A instituição prisional passou a ser o ambiente mais imediato para as idosas no momento do aprisionamento. Ela sai do seu microsistema familiar e passa a viver no exossistema por conta da condenação. Conseqüentemente, houve uma troca de lugares, uma mudança de papéis devido a um evento não esperado e, desse modo, ocorreu uma inversão em que seu microsistema passa a ser a penitenciária e a família passa a ser o mesossistema.

Aconteceram mudanças referentes ao lugar que a pessoa ocupa dentro do seu ambiente ecológico provocando uma reconfiguração, “uma mudança de papel, isto é, das expectativas de comportamentos associados a determinadas posições na sociedade”. Dessa forma, mudanças previstas no curso de vida foram denominadas como *transições ecológicas* (Bronfenbrenner, 1996, p. 7). Na ocasião, ocorreu uma *transição ecológica não normativa*, tendo em vista que não é comum uma pessoa idosa, após os 60 anos, ser condenada por um crime e passar a ser uma mulher idosa encarcerada. Assim, “a classificação de espaços ou instituições, grupos ou pessoas de acordo com esses sistemas não é rígida. Desse modo, por serem dinâmicos, um pode se converter em outro, a depender da variedade de fatores internos ou externos à pessoa” (Barreto, 2016, p. 284).

Na instituição prisional, padrões de atividades, papéis e relações interpessoais são experienciadas pelas idosas. Características físicas, sociais e simbólicas particulares destes ambientes funcionam de maneira a estimular ou inibir as relações interpessoais. Tais interações tornam-se progressivamente mais complexas em função das tarefas que surgem nesse ambiente imediato (Polonia *et al.*, 2005). Nesse entendimento, por meio das falas das

participantes é possível inferir que não há um estímulo a realização de tarefas, por sua vez, as idosas respondem a essa ausência de forma passiva: *“Aqui eu não faço nada! Só comer e dormir, e engordar”*. (Lolite); *“Hoje mesmo eu passei o dia todo de cama. Foi a menina que me levantou, a chaveira”*. (Alexandrita); *“Não faço nada, porque emprego num dá por causa da minha idade e por causa da minha doença”* (Esmeralda).

De acordo com Oliveira *et al* (2013), em algumas unidades prisionais o idoso não é incentivado ao trabalho. Diante disso, alertam que essas atividades deveriam ser motivadas sempre que o (a) idoso (a) oferecer condições de saúde para sua realização. Entretanto, problemas de saúde, em alguns casos, podem impedir o engajamento em algumas dessas tarefas. Isso ficou expresso nas falas de Esmeralda e Alexandrita:

*“Faço uma bolsinha, uma bolsinha de pano, fazer uma almofadinha pra vender, mas agora... não posso fazer mais mode minha vista”* (Esmeralda).

*“Eu não posso fazer nada. Eu ando, mas se a senhora vê como eu ando. Do derrame... eu tenho sequela! Esse meu braço, eu não tenho força! Vai fazer três ano que eu tive esse derrame. Se tirá minha pressão agora tá alta, minha pressão não abaixa não. Pode olhá minhas taxa, tomo remédio direto”* (Alexandrita).

Os autores mencionados reiteram que, para a pessoa encarcerada, o trabalho representa produtividade, poder de decisão, autonomia, bem como favorece o contato entre os internos, contribuindo com a remissão da pena e melhoria da qualidade de vida. Desta maneira, a realização de atividades laborais pode trazer benefícios não apenas à população idosa, mas para as outras internas e para a instituição prisional. Para Polonia *et al.* (2005), os efeitos são *bidirecionais*: a influência mútua entre o indivíduo e seu ambiente são mecanismos que atuam de modo sistêmico e contribuem com a evolução dos envolvidos.

A exemplo disso, em uma das unidades visitadas, foi possível observar que as mulheres mais jovens estão engajadas em tarefas como: limpeza, organização e preparo de alimentos, trabalham como chaveiras, estudam, entre outras atividades; afazeres que coadunam com suas capacidades. Entretanto, o mesmo engajamento não foi visto por parte das idosas.

Nessa perspectiva, conforme Papáleo Neto (2016), as perdas naturais da fase da velhice como: a diminuição da eficiência operacional, trabalho e resistência, além de perdas dos papéis sociais, perdas psicológicas, motoras e afetivas, podem ser acentuadas devido “à ausência de adaptação ao meio, resultando em situação de vulnerabilidade” (p.11). Destarte, além dos impactos naturais ao envelhecimento, o encarceramento pode colaborar com o aumento exponencial dessas perdas. Assim, um plano individual que atenda às necessidades

dessa população e promova a realização de atividades direcionadas às pessoas idosas da instituição, pode contribuir para sua adaptação ao meio e consequente desenvolvimento.

Como já visto, o contexto é o principal influenciador no que diz respeito às atividades, ao desempenho de papéis e ao estabelecimento das relações interpessoais. No que refere ao ambiente prisional, Goffman (2010) pontua que nas sociedades modernas o sujeito ocupa diferentes lugares, exerce diversos papéis, relaciona-se com várias pessoas, sob diversas autoridades, sem que haja um plano de raciocínio único, geral.

Outrossim, o autor citado destaca que na instituição penitenciária ocorre uma ruptura das barreiras que limitam essas esferas da vida. Tudo passa a ser realizado no mesmo lugar, sob uma única autoridade. As atividades da vida diária passam a ser executadas ao lado de um determinado grupo, tratados da mesma maneira, obrigados a executar todos os afazeres em conjunto, na mesma hora, em um tempo determinado, hierarquicamente organizado por regras formais e explícitas ao grupo. Sendo assim, as atividades obrigatórias são organizadas em um único plano racional, em tese, são planejadas para atender aos fins institucionais.

A pessoa que chega a uma prisão desenvolveu ao longo da vida concepções de si própria por meio de relações estáveis e duradouras no seu contexto primário, geralmente na família, onde ocorrem as primeiras interações face a face. Contudo, ao adentrar os muros, sofre “uma série de rebaixamentos, degradações e profanações do eu”. A identidade construída ao longo do curso da vida, fica ao lado de fora, com os documentos, pertences e lembranças. Os que passam pelo processo de institucionalização se perdem de si mesmos, gradativamente confundem as concepções a respeito de si e dos outros que eram importantes em sua vida (Goffman, 2010, p. 24).

Conforme o autor, a institucionalização produz modificações profundas na vida do detento. O ambiente prisional pode ser visto como nocivo e ameaçador, tanto emocionalmente quanto fisicamente, pois produz uma série de degradações que passam a fazer parte da rotina dos(as) presos(as). Ocorre uma ruptura com relação à rotina pregressa. Novos papéis, atividades, padrões, relacionamentos, passam a vigorar. Essas mudanças foram vislumbradas nas falas das participantes:

*“Acordava de manhã, fazia meu café, cuidava nas minha coisa, cuidava dos meus neto tudinho, passava o dia. Eu vendia carajé, tapioca, passarinha, peixe frito. Eu gosto de fazer isso. Aqui eu me levanto cedo, quatro hora, cinco da manhã tô acordada, tomo meu banho, fico lá na cama esperando até... oito hora pra abrir e mais nada”. (Esmeralda)*

*“Ah... antes deu vim pra cá era muito bom, tava sempre ocupada ganhando meu dinheiro... Eu vendia lanche. Vendia muita coisa pelas portas! Também trabalhava no bar com meu companheiro. Agora aqui eu não faço nada...” (Lolite).*

*“Trabalhava vendendo bebida. Desde quatorze anos eu botei um bar. Até hoje eu tinha meu bar” (Alexandrita).*

*“Gostava de fazer almoço, limpar a casa... Agora aqui, essa semana eu tô dando uma caminhada naquele pátio, a gente dá uma caminhada de manhã a gente dá dez volta, aí toma banho e vai descansar. É isso aí só o que a gente faz (Âmbar).*

A adaptação à vida no cárcere para as idosas dá indícios de ser um pouco mais árdua. No entanto, para Turmalina, parece ser menos penosa dado que as atividades que realizava sofreram modificações com seu encarceramento, mas há uma tentativa de continuidade: *“Eu fazia coisas para vender, cuidava da minha mãe e ia para igreja. Atualmente eu fico fazendo meus artesanatos para passar o tempo” (Turmalina).*

Os desafios presentes no sistema também se estendem às relações interpessoais. De agora em diante, iremos analisar o relacionamento da idosa com as pessoas na instituição prisional por meio dos processos proximais. Vale lembrar que eles operam ao longo do tempo, são mecanismos de ordem primária que atuam como uma mola propulsora ao desenvolvimento humano.

Com base nesse pressuposto, daremos ênfase à análise desses processos partindo do ponto que reflete a forma como as idosas encarceradas percebem seu ambiente e respondem aos estímulos, bem como dirigem e controlam seu comportamento no manejo das situações de estresse. Além disso, se conseguem estabelecer relações satisfatórias e se empreendem modificações no ambiente físico, social e simbólico (Polonia *et al.*, 2005).

Quanto ao relacionamento com os pares na instituição, as idosas demonstraram estabelecer um bom convívio com as outras reeducandas, como exemplificam essas falas: *“Aqui eu me dou bem com todos. Eu respeito todo mundo e eles me respeitam”. (Lolite); “Tem [...], minha amiga. [...]ela está aqui também, ela compra o material do artesanato e me dá”. (Turmalina); “Bem, aqui ninguém bole comigo não! A menina que toma conta de mim [...] não é mau pessoa pra mim não. Parece que ela tem trinta ano. Mas, ela é uma pessoa que não me maltrata não! Quando ela vê eu triste ela pergunta: ‘O que é que a senhora tem?’ E fica assim brincando. Eu digo: tem nada não dona [...]”. (Alexandrita); “Fiz amizade com a dona [...]. As meninas, as chaveiras todas me tratam muito bem, eu trato elas bem, também” (Âmbar).*

Entretanto, Esmeralda disse que tem dificuldades para estabelecer contato com as mulheres mais jovens: *“As pessoa da minha idade só vejo no pátio, no refeitório, eu cunvesso com elas. Eu só me dou com as pessoa idoso, pra evitar pobrema! (Esmeralda)*

De acordo com Papalia e Feldman (2013), a Teoria da Seletividade Socioemocional explica que “à medida em que as pessoas envelhecem, elas tendem a procurar atividades e outras pessoas que lhes proporcionem gratificação emocional” (p. 608). Além disso, os idosos tendem a ser mais hábeis no controle das emoções. Quanto a isso, observamos nas falas das participantes, que elas evitam se envolver em situações conflitantes.

O ambiente prisional também reflete no desenvolvimento das relações satisfatórias mútuas e, conseqüentemente, na sensação de bem-estar. Desta maneira, passaremos a descrever as falas que retratam o modo como as idosas percebem o ambiente e suas repercussões nas relações interpessoais: *“É muito difícil viver com as pessoas aqui, pois fazem contendias e intrigas o tempo todo. Para matar um é rápido, quando você vê, já foi!” (Turmalina); “Enquanto eu tiver na cadeia, não quero intriga nem bate-boca com ninguém não! Aqui né bom não!” (Alexandrita); “Eu também fico na minha, sabe? Ontem aqui foi a maior confusão eu pensei que ia ter uma rebelião e tudo se acabar!” (Lolite); “Essas menina nova gosta de se cortar, essas coisa, muita confusão, o castigo, quero não” (Esmeralda).*

Com relação ao contexto prisional, Goffman (2010) também chama a atenção para revelações sobre a vida íntima de uma instituição pública. Em seu entendimento, elas estão amparadas sobre as manifestações do interno no que refere à sua cela. A fala de Âmbar ilustra a intimidade do ambiente prisional:

*“Na cantina... todos me respeita e os outros eu não conheço ninguém não. Que eu não saio do lado de fora pra nada assim, pra me comunicar com ninguém não. Eu prefiro, pra evitar confusão, briga, daí eu fico calada. Boto um trinco na minha boca, fico bem quietinha. Cada um que faça suas coisas” (Âmbar).*

Nas falas retratadas, emerge o modo como direcionam seu comportamento frente às adversidades e situações de estresse. É possível notar que optam por conter determinadas manifestações e formas de contato, a fim de evitar o envolvimento com problemas que julgam não possuir condições físicas e psicológicas para enfrentar. Papalia e Feldman (2013) explicam que as pessoas fazem uso de estratégias de enfrentamento conforme compreendem e examinam uma dada situação. Elas lançam mão de qualquer coisa que venha à sua mente e agem para se adaptar ao estresse, independentemente dos resultados. Sendo assim, o modo mais adequado de agir exige uma constante reavaliação da relação que estabelece com o contexto.



### O relacionamento da mulher idosa com gestores, agentes e equipe psicossocial

Antes de passar ao relacionamento da mulher idosa com gestores, agentes e equipe psicossocial da instituição, faz-se necessário pontuar alguns aspectos sobre as equipes em unidades prisionais. Goffman (2010) faz distinção entre o grupo dos internos e os supervisores. A saber, os primeiros não têm acesso ao mundo exterior e os demais possuem uma conexão com o mundo externo. Estereótipos hostis permeiam essas relações: para os internos, os supervisores são tidos como tiranos e avarentos; enquanto a equipe, por sua vez, pode perceber os internos como amargos e não merecedores de confiança. Conseqüentemente, os agentes imaginam que sejam superiores e, com efeito, os detentos sentem-se inferiores e fracos. A mobilidade social entre esses grupos é restrita e a nivelção da voz durante os diálogos é controlada.

Mesmo que nas falas a seguir não esteja explícito o que foi elucidado por Goffman (2010), em alguns momentos, os tons dessas falas variaram conforme precisavam falar da equipe:

*“Aqui eu me dou bem com todo mundo, as ASP, a diretora [...] é uma mãe. Eles nunca me negam nada. (Falou baixinho) Eu fiquei assustada quando mandaram chamar (para a entrevista), pensei que fossem me chamar atenção” (Turmalina).*

*(Sussurrou) “Quando ela mandou me chamar eu pensei que fosse alguma coisa, alguma reclamação. Eu chega fiquei com medo porque eu nunca fui chamada atenção”.* (Lolite).

No caso das idosas, não seria inteligente se indispor com as equipes de agentes ou gestores, pois eles são o elo com os serviços médicos, psicólogos, dentistas, entre outros. As decisões tomadas pela gerência - inclusive em relação a elas - passa primeiro pela equipe de segurança, o que os coloca no patamar de superioridade e reforça os estereótipos opostos (Goffman, 2010). Essas formas de funcionamento presentes no contexto prisional podem prejudicar o estabelecimento de relações saudáveis entre internos e as equipes de gestão. Conseqüentemente, dificultam o desenvolvimento das idosas no ambiente prisional.

A seguir, serão discutidos o aprisionamento e os impactos sobre as relações familiares.

#### 4.4.2 Mesossistema

##### O relacionamento da mulher idosa com seus familiares

Neste sistema, ocorrem as inter-relações entre dois ou mais ambientes em que a pessoa idosa está inserida. O mesossistema representa as relações estabelecidas entre um conjunto de microsistemas. Na condição de ambiente secundário pode vir a promover encorajamento, possibilidades e oportunidades de a pessoa desenvolver habilidades que adquiriu no contexto primário. Contudo, esse sistema pode viabilizar ou coibir o envolvimento nas tarefas em contexto imediato, pois nele também ocorre uma relação bidirecional que flui em mão dupla (Benetti *et al.*, 2013).

Nesse entendimento, Bronfenbrenner (1986) chamou atenção para os processos que ocorrem em outros contextos, pois são interdependentes e se afetam de forma recíproca. As idosas recebem visitas, na maioria das vezes, das filhas que trazem notícias de outros familiares. O contato com a família extensa tornou-se restrito devido à institucionalização. No entanto, os processos que se passam nesses outros contextos reverberam sobre a pessoa idosa e, em alguns momentos, produzem impactos sobre a realização das atividades no contexto primário em que habitam, dificultando seu desenvolvimento.

Como exemplos, tem-se o relacionamento de Turmalina com um tio. O comportamento dele influencia a vida dela, mesmo não estando juntos em uma relação diádica. Na relação triádica, a filha traz a ajuda que o tio envia, ao passo que, a ausência física deste tio provoca sentimentos de tristeza: “*Ele é mesmo que ser meu pai. Eu sou muito chegada a ele. Tio [...] é muito bom pra mim, me ajuda, paga meu advogado. (Baixa a cabeça) Só não vem aqui*” (Turmalina).

Não ficaram claros os motivos pelos quais ela não recebe a visita deste parente. Contudo, Oliveira *et al.* (2013) sugerem que alguns motivos podem levar ao afastamento da família, dentre eles, a vergonha de visitar um parente encarcerado; as longas filas; o trato, por vezes inadequado, dos agentes penitenciários; a revista corporal e dos objetos; angústia e sensação de impotência quanto às dificuldades que o idoso pode manifestar, entre outros.

Ghiggi (2018) salienta que o abandono familiar também dificulta o acesso às provisões não fornecidas pelos estabelecimentos penitenciários. No caso das idosas desta pesquisa, as filhas ficaram responsáveis por trazer essas provisões: “*Minha filha vem aqui e traz os meus netos. Minha irmã que mora aqui [...] vem também. (Lolite); “Minha filha [...] vem todo domingo. Minha filha vem me visitar e trazer minhas coisa”.* (Alexandrita); “*Minha filha é*

*que vem me visitar”. (Turmalina); “A minha filha [...] todo dia ela tá aí, pode perguntar. (Âmbar); “Minha filha, sempre vem, nunca deixou de vim não. Eu tô aqui na cadeia, mas não deixa falta nada pra mim” (Esmeralda).*

Todavia, esses resultados foram antagônicos aos encontrados por Santos (2018). Ela constatou que a maior parte dos idosos encarcerados, do sexo masculino e feminino, informou não receber visitas dos parentes. Os homens idosos recebem visitas das companheiras enquanto as mulheres idosas recebem dos filhos.

Culturalmente, em todo mundo, cuidar é uma função feminina (McGoldrick, 2007). Por diversos motivos, quando uma mãe necessita de cuidados por parte dos filhos, é mais provável que uma filha assuma esse papel. Os filhos homens ajudam burocraticamente, financeiramente, mas o cuidado mais básico e próximo fica a cargo das filhas (Papalia & Feldman, 2013). Desta maneira, são elas, as filhas, que levam os provimentos e as notícias do mundo externo. É por meio delas que as idosas ficam sabendo sobre os acontecimentos no sistema familiar. As falas seguintes ilustram essa situação:

*“Domingo minha fia diz que eu tô com uma irmã internada [...] pra botá um parafuso no coração. Ela tá e meu irmão tá, meu irmão que é doente da cabeça, que eu cuidava dele, tá internado. [...] ele queria cortá todo mundo dento de casa” (Alexandrita).*

*“Minha irmã está muito doente. Está com câncer de tireoide. Minha filha veio me visitar e disse que ela está acamada, muito doente. Eu estou aqui não posso ajudar! Essa minha irmã também tem um filho que ficou sem andar aos seis anos de idade” (Turmalina).*

A filha de Âmbar vai todos os dias à unidade prisional: *“É uma tristeza muito grande que eu tô passando na minha vida. Estou vendo a hora da minha filha perder o emprego” (Âmbar).*

As narrativas imprimem o sentimento de angústia por estarem impossibilitadas de ajudar a família na reorganização dos conflitos. O acesso aos acontecimentos presentes em um microssistema do qual a idosa faz parte, mas não está presente, faz com que seja afetada intensamente.

Segundo Pontes, Silva, Garotti e Magalhães (2007), os processos que envolvem relações de apego podem ser compreendidos em nível individual, diádico e familiar. As vivências compartilhadas sistemicamente e as vivenciadas individualmente são complementares, estão interrelacionadas. A visão ecológica do apego vai muito além do ambiente imediato, em que o padrão outrora se processou. Logo, vai muito além da família e se estende aos espaços nos quais este microssistema está inserido, isto é, na cultura.

Tudge, Hayes, Doucet, Odero, Kulakova, Tammeveski e cols. (2000) explicam o que pode ser compreendido como cultura do apego. A cultura consiste em um grupo de sujeitos que veem a si mesmos e são vistos por outras pessoas como parte de um grupo que compartilha práticas, ideias, crenças, valores, entre outros; esses costumes são passados pelos mais velhos aos mais jovens e atravessam gerações. Esses elementos da cultura envolvem as relações entre a criança e o cuidador; a partir disso, instalam-se formas singulares de construção e manutenção dos padrões de apego. Estas práticas ou padrões, assim com as representações simbólicas constituídas em torno dos vínculos são denominadas como cultura do apego.

No tocante aos padrões de apego, uma forma particular foi observada na relação entre as avós encarceradas e seus netos:

*“Sou muito apegada ao meu neto [...]. (Chora) Ele adoeceu quando eu vim pra cá! Não queria comer e teve febre. Depois minha filha trouxe ele aqui e eu disse a ele que comesse se não, não ia ver eu sair daqui. Perdeu muito peso, agora ele já tá mais acostumado” (Lolite).*

*“Eu tenho um casal de neto que eu ajudo. Sou eu quem dou de cumê a eles. E agora eu tô presa. A mãe deles, minha filha. Ela nunca cuidava deles, ela nunca foi uma mãe boa. Eu não vi mais eles! (chora) Eu crio meus netos. Criei ele, ele tinha vinte cinco dias quando foi morar com eu. Eu gosto dele, do meu neto. Eu sonhei com ele dizendo: “Vovó... vem me buscar vovó...”. eu vejo meu neto dormindo” (Alexandrita).*

*(Chora) “Saudade dos meus neto, de tudinho” (Esmeralda).*

A relação entre avós e netos tornou-se mais profunda e duradoura com o aumento da expectativa de vida. O envelhecimento da população trouxe repercussões para a vida familiar. Essas modificações ampliaram a possibilidade de os membros da família experienciarem relacionamentos intergeracionais e multigeracionais mais duradouros. Com isso, os avós passaram a estar cada vez mais presentes na vida dos netos. Nos países em desenvolvimento como o Brasil, os avós participam ativamente da criação dos netos e de decisões tomadas na família (Dias, 2016; Papalia & Feldman, 2013).

Em linhas gerais, conforme as autoras mencionadas, as avós estabelecem um contato mais próximo, caloroso e afetuoso com os netos em comparação aos avôs. Em função do aumento no número de divórcios, visto que a guarda da criança permanece com a mãe, as avós maternas mantêm-se mais próximas dos netos que os avós paternos. Nesta pesquisa, observamos que este fenômeno se estende às avós maternas, encarceradas. Antes de serem presas elas eram as cuidadoras de seus netos, o que acarretou sofrimento para ambos, quando

do encarceramento. A distância física tem dificultado esse relacionamento, entretanto, alguns estudos (Papalia & Feldman, 2013) apontam que a distância não afeta obrigatoriamente a qualidade dos vínculos entre avós e netos, desde que continue sendo mantido por outras formas (telefonemas, vídeos, entre outros). No caso dessas avós, as filhas medeiam o relacionamento entre elas e seus netos.

Os netos, em alguns momentos, acompanhavam as mães nas visitas à instituição prisional, mas, em função da pandemia, a entrada de pessoas na unidade passou a ser controlada. Essas medidas aprofundaram a distância entre as avós e seus netos, de maneira geral. Mais adiante, no macrossistema, iremos tratar das políticas públicas que foram implementadas para evitar a propagação da COVID-19 nos presídios.

Em seguida, iremos discutir a comunidade institucional, as relações entre a estrutura física das unidades prisionais e os recursos disponíveis à saúde das idosas encarceradas.

#### 4.4.3 Exossistema

##### Instituição: estrutura física e saúde das idosas encarceradas

Neste sistema, conforme a (Figura 1), iremos tratar da comunidade institucional. O idoso não participa das decisões tomadas neste contexto. Entretanto, mesmo não sendo estabelecida uma relação proximal, mas distal, a pessoa é afetada indiretamente (Benetti *et al.*, 2013; Polonia *et al.*, 2005).

Neste momento, a discussão terá como escopo as políticas em torno da arquitetura prisional. Goffman (2010) menciona que a porta de ferro instalada nos muros altos representa seu caráter pleno de instituições totais, caracterizadas pelo fechamento simbólico das relações sociais com o mundo externo, das proibições à saída, explícitas na estrutura física.

O idoso aprisionado não conhece os direitos da classe. Em função disso, sofre diversas privações. O que se passa no interior das celas é naturalizado e as violações são negadas. Conforme o INFOPEN (2004/2019), um percentual representativo das penitenciárias do país não possui celas ou alas específicas para pessoas idosas. Nas falas a seguir, são narradas situações de vulnerabilidade como celas não apropriadas e a superlotação: “*Na minha cela, só tem eu de velha, com essa idade só tem eu*”. (Esmeralda); “[...] *as menina da sala, todas são mais nova do que eu. Eu sou a mais velha. São gente bacana, elas me dão muita atenção. Sabe? São dezoito*” (Âmbar).

Como visto, as unidades prisionais onde as idosas estão inseridas, não atendem às Diretrizes Básicas para Arquitetura Prisional. Essa regulamentação orienta que o Sistema Penitenciário tome conhecimento previamente das características da população carcerária, inclusive a idade, a fim de que medidas para adequação das unidades prisionais sejam implementadas (Brasil, 2011). A falta desse aparato incorre em risco à saúde mental e física das idosas aprisionadas. Ademais, funcionam como processos descontínuos e provocam diferentes impactos sobre o desenvolvimento da mulher idosa encarcerada (Polonia *et al.*, 2005).

Com base em números recentes publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (2020), em Pernambuco, na unidade localizada no município da cidade do Recife, há um total de 693 mulheres privadas de liberdade para 285 vagas. Esses números correspondem a uma taxa de ocupação de 121% a mais. Na unidade localizada na Região Metropolitana do Recife, tem-se 395 mulheres encarceradas para 192 vagas disponíveis, os dados representam uma taxa de 106% a mais na ocupação.

A fala de Esmeralda ilustra a superlotação das celas e, além disso, o risco à saúde da idosa: *“Agora que tá ruim mermo. Eu quero ir pro banheiro, piso nas menina que dorme no chão. Hoje mermo eu levei um baque, quando eu vou entrando a menina tava assim no chão, eu não vi, cai por cima dela. Eu não tive culpa! Minha vista tá muito ruim”* (Esmeralda).

No que diz respeito à quantidade de celas ou alas disponíveis para pessoas idosas, no Estado de Pernambuco, há um déficit de 89%, ou seja, das unidades prisionais apenas 10% possui alojamentos adequados para a classe (INFOPEN, 2004/2019).

Conforme os dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (2020), com relação às salas reservadas ao atendimento multidisciplinar (na unidade que possui 693 mulheres encarceradas) existe um consultório para cada especialidade: médico e odontológico; são disponibilizadas uma sala para: atendimento clínico multiprofissional, coleta de material para laboratório, curativo, sutura, vacina, posto de enfermagem, farmácia, estoque, sanitário para detentas em atendimento, espaço para procedimentos (INFOPEN, 2004/2019).

Na outra unidade com 395 mulheres encarceradas, observa-se que há um número maior de salas destinadas ao atendimento clínico multiprofissional. No mais, apresenta-se em conformidade com relação a outra unidade. Desse modo, subteve-se que existe o mínimo de adequação arquitetônica para o atendimento à saúde das mulheres encarceradas. No entanto, a superlotação pode tornar hipossuficiente os esforços empreendidos pelo Estado.

Diante do exposto, no que refere à arquitetura prisional, corroboramos com Carmo e Araújo (2011), Coelho *et al.* (2016), Ghiggi (2012), Pompeu, (2015) e Santos (2018) quando referem que celas superlotadas, ausência de recursos humanos, condições de saúde adversas, estrutura frágil das instalações de atendimento, dificuldades para se obter acesso ao diagnóstico prévio de doenças; dificultam as possibilidades de desenvolvimento da população idosa.

Assim, a falta de recursos torna o contexto prisional um ambiente prejudicial à saúde mental e física das idosas encarceradas. Nessa perspectiva, passaremos a discutir a situação das idosas encarceradas frente à Pandemia.

#### 4.4.4 Macrossistema

##### Políticas públicas e a saúde das idosas encarceradas durante a Pandemia

Este sistema, conforme a (Figura 1), corresponde à estrutura política e social. O Macrossistema representa um contexto mais amplo, pois engloba todos os outros sistemas. É formado pelas ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, presentes em uma cultura ou subcultura (Benetti *et al.*, 2013; Polonia *et al.*, 2005).

Sendo assim, é necessário caracterizar o momento social e histórico pelo qual passa toda humanidade. Desde meados de maio de 2020, o Brasil vivencia uma das maiores crises sanitárias que abateu o mundo. O País tornou-se um dos epicentros da doença, tendo registrado 6.121.449 casos e 170.179 óbitos ao final de novembro. Esses registros, até o momento, conferem ao país a posição de terceiro lugar no ranking dos países com mais casos e mortes no mundo (Ministério da Saúde, 2020).

Em agosto de 2020, a taxa de contaminação pelo COVID-19 no Brasil correspondia a (1,06%) da população total. No sistema carcerário, até então, tinham sido infectados 8.751 presos, o que corresponde a uma taxa de contaminação de (1,17%) do total que é de 748.009. Entretanto, a taxa de mortalidade dentro do sistema penitenciário é 4,3 vezes menor que a população do país (0,39%). Em comparação à taxa de mortalidade no sistema penitenciário de outros países, o Brasil ocupa o quinto lugar, ficando atrás de países como o Canadá, os Estados Unidos, a Argentina e a Bolívia (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020).

No caso dos grupos de risco no sistema carcerário, existem aproximadamente 40.000 mil pessoas que necessitam de cuidados especiais, dentre elas, os mais de 10.000 mil idosos.

Com a recomendação emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - nº 62, 48.652 pessoas foram postas em regime domiciliar.

Entretanto, muitos idosos, dentre eles, Lolite, não teve seu *habeas corpus* concedido. O Superior Tribunal Federal ao julgar o pleito não considerou que a idosa é portadora de doença crônica (diabetes) e, portanto, integra grupo de risco à contaminação pelo COVID-19. A alegação do Juiz pautou-se na gravidade do ilícito (considerado crime de natureza grave, de perturbações à ordem pública). Assim, compreendeu ser mais prudente manter a custódia, com vistas ao interesse coletivo. De igual modo, foi negado a Alexandrita que, por meio de um advogado, solicitou concessão para cumprir a pena em regime de prisão domiciliar, uma vez que se enquadra no grupo de risco para o COVID-19. Entretanto, teve seu pedido negado.

Na fala de Âmbar, emergem temáticas significativas como voltar pra casa, doença e morte. Temas que refletem o contexto social pandêmico, mas também característicos a essa fase do ciclo vital. Quanto ao *habeas corpus*, até o momento, não havia resposta:

*“Eu tô esperando assim alguma... pra vê se eu consigo, assim, tirar essa pena em casa. Porque eu não... sou de tá pelo mundo, nem de fazer nada errado, né? Eu posso a qualquer momento me apagar pela minha idade avançada. Tem essa COVID no mundo também que... a qualquer momento...”*

Com base na recomendação de nº 62, ocorreu suspensão das visitas às unidades prisionais. Essas medidas tiveram outras consequências para as idosas. Em primeiro lugar, o não acesso às provisões trazidas pelos familiares e, em segundo, a restrição quanto ao número de visitantes. Eis algumas falas: *“Quando a minha filha vem o meu companheiro não vem, porque aqui não pode ter muita gente, por causa desse corona”*. (Lolite); *“Eu não vi mais eles, meus netos. Minha filha foi quem fez a carteirinha. Aqui só entra com a carteirinha. E mais essa doença, ninguém tava entrando”*. (Alexandrita); *“Saudade da minha família! Saudade dos meus neto, de tudinho... (chora); Agora com essa doença não vi mas ninguém”* (Esmeralda).

Uma política nacional para evitar a elevação das taxas de contágio e diminuição da mortalidade pelo COVID-19 nos presídios foi medida indispensável. Entretanto, observa-se que muitos idosos que integram grupo de risco permaneceram dentro das penitenciárias.

A pandemia levou o CNJ a tomar decisões com abrangência nacional. Os Estados, por sua vez, buscam atender às orientações, bem como as unidades precisam se reorganizar para amenizar os impactos a população carcerária. Todavia, a cultura, a crença, os costumes, as ideologias atravessam as diversas conotações e realidades que envolvem essas decisões.



Diante disso, o jurídico avalia os riscos para a sociedade, no que se refere à probabilidade de o idoso voltar a reincidir, além da necessidade de compensar a sociedade e a vítima pelos impactos do crime. Agem sob orientação do modelo atual de Justiça Retributiva. Nessa perspectiva, interessa culpabilizar o ofensor (Pompeu, 2015). Por isso, manter o idoso aprisionando, sem considerar as peculiaridades da situação (o risco de vida por ser portador de inúmeras comorbidades, ser réu primário e ostentar bons antecedentes criminais, a fragilidade biopsicossocial e a vulnerabilidade do sistema) não atende à função social da pena que é “punir e, a um só tempo, reeducar, para que a pessoa detenta possa ser reintegrada ao convívio social, sem oferecer, contudo, risco à sociedade” (Carmo & Araújo, 2011, p.192).

No caso específico das idosas participantes da pesquisa, é notório que o juiz, ao tomar as decisões, não considerou o contexto, como também tende a não levar em conta as dificuldades provenientes dessa fase do desenvolvimento e dos processos de adoecimento provocados pelas condições insalubres do atual sistema penitenciário (Balbuglio & Silva, 2018; Ghiggi 2012; 2018; Magalhães, 2017; Monteiro, 2013).

No próximo capítulo, serão tecidas algumas considerações sobre esta pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se realizar uma pesquisa com mulheres idosas encarceradas ganhou força a partir de uma revisão sistemática da literatura que caracteriza o segundo capítulo desta dissertação. Nela, percebemos que, dentre as pesquisas empíricas realizadas com idosos(as) encarcerados(as), foi encontrada apenas uma, cuja amostra foi constituída de 17 participantes, sendo 16 homens e uma mulher. Notamos também uma carência na área da psicologia, mais precisamente sobre o desenvolvimento da pessoa idosa aprisionada. Sendo assim, este trabalho configura-se como um estudo preliminar, introdutório e exploratório, visto que são escassas as pesquisas sobre idosas detentas. Deste modo, o objetivo geral desta dissertação foi compreender o que leva algumas mulheres idosas, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, a cometerem um crime.

Para a compreensão deste fenômeno, fizemos uso da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano seria o resultado de uma construção biopsicológica, social, histórica, não universal, cultural e específica. As múltiplas realidades dependem da junção de fatores culturais, históricos e sistemas bioecológicos presentes nos mais variados contextos. O ser humano constrói-se a partir das inter-relações que estabelece reciprocamente com o meio em que vive. A interação multidimensional entre os elementos do ambiente ecológico, o sujeito ativo em desenvolvimento e o tempo, foram descritas no modelo (PPCT). Sob esse olhar, o desenvolvimento - assim como os fenômenos humanos - pode ser compreendido por meio da relação entre os quatro elementos: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT).

Durante a fase inicial da pesquisa, planejamos trabalhar com o público masculino e feminino, bem como utilizar três instrumentos para a coleta dos dados (questionário biososiodemográfico, entrevista semiestruturada e aplicação do Teste de Apercepção Temática - TAT (forma reduzida). Entretanto, a Pandemia do Covid-19 no Brasil e no mundo impediu, nos meses iniciais, o andamento do projeto. O risco à saúde da pesquisadora e dos participantes, uma vez que, as taxas de contaminação nos presídios eram maiores que as da população total, constituiu o principal obstáculo para a realização deste trabalho. Além disso, muitos idosos que faziam parte do grupo de risco foram enviados para cumprir pena em suas casas. Diante disso, o projeto sofreu alterações que nos levaram a optar por trabalhar com a população feminina e utilizar dois instrumentos para coleta dos dados. Assim, excluiu-se o TAT devido ao tempo reduzido que nos foi autorizado permanecer dentro das unidades.

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com cinco idosas detentas foram analisados com base na metodologia do Desenvolvimento Humano na perspectiva Bioecológica (modelo PPCT). Com relação à análise da *pessoa*, no critério *disposição*, percebemos que as idosas, em maioria, demonstraram propensão ao retraimento. Diversos fatores podem influenciar essa condição, mas o principal pode estar relacionado ao ambiente prisional, que parece não possuir condições de oferecer adaptações à demanda das idosas. No tocante aos *recursos sociais e materiais*, percebemos que, desde a infância, não tiveram muitos, pois nasceram em famílias pobres, sem subsídios financeiros e oportunidades educacionais. Nessa condição social permaneceram ao longo de suas vidas. Em relação à *demanda*, observamos que algumas idosas preferiam se relacionar com pessoas da sua idade e, em geral, evitavam o envolvimento em conflitos. Contudo, muitas sentem que são cuidadas por uma pessoa que se tornou mais próxima no ambiente prisional, geralmente mais jovem.

Na dimensão *tempo*, emergiram as motivações para o crime e, em sua maioria, alegaram terem sido presas por conta de um parente próximo. Apenas uma confessou o crime: as demais negaram a conduta delitiva. A literatura pontua que os crimes comuns às mulheres diferem dos praticados pelos homens. Entre elas, destacam-se os que funcionam como complementação à renda familiar. Como visto, o tráfico de entorpecentes é o mais incidente entre as mulheres jovens e idosas em nosso país.

Com relação aos *contextos ecológicos* do desenvolvimento, passamos a analisar as possibilidades de desenvolvimento da mulher idosa no contexto prisional. O *microsistema* (o ambiente prisional) provoca modificações profundas na vida das pessoas que fazem parte dele. Algumas idosas percebem o ambiente como nocivo e ameaçador, passando a maior parte do tempo sem ter envolvimento nas atividades ou com outras pessoas. As modificações na rotina de vida em decorrência da institucionalização não colaboram com o desenvolvimento dessas pessoas, uma vez que ocorre uma ruptura nos padrões de atividades. Ademais, parece não ocorrer o incentivo, por parte da unidade prisional, na instauração de novas tarefas ou no estabelecimento de ações que promovam os relacionamentos intergeracionais.

No *mesossistema* (relações entre dois ou mais microsistemas), foram tratadas as relações entre a mulher idosa e seus familiares. O aprisionamento provoca diversos impactos sobre esses relacionamentos, dentre eles, merece destaque as díades estabelecidas entre mães e filhas e avós encarceradas e seus netos. As idosas foram envolvidas na criminalidade, em geral, em razão dos seus netos e filhos, mas são visitadas por suas filhas. O comportamento feminino que se reflete na ação do cuidar pode ser compreendido como um legado cultural e familiar, e se estende ao contexto prisional. Isso é verificado tanto na ação da mulher mais

jovem que cuida da pessoa idosa na prisão, quanto nas filhas que visitam a mãe, trazendo provimentos para sua manutenção e notícias sobre a família. Essas informações provocam instabilidade emocional nas idosas, pois elas esbarram na impossibilidade de ajudar na resolução dos conflitos familiares.

As relações de apego entre os avós e seus netos têm sido objeto de vários estudos. Em linhas gerais, as avós maternas, por diversos fatores, parecem estabelecer um contato mais próximo, caloroso e afetuoso com os netos em comparação aos avôs (Dias, 2016). Nesta pesquisa, observamos que este fenômeno se estende às avós maternas encarceradas. Antes de serem presas, elas eram as cuidadoras de seus netos, o que acarretou sofrimento para ambos, quando do encarceramento. A distância física tem dificultado esse relacionamento, entretanto, a distância parece não afetar obrigatoriamente a qualidade dos vínculos entre avós e netos, desde que continuem sendo mantidos de outras formas. No caso dessas avós, as filhas favorecem o relacionamento entre elas e seus netos.

No *exossistema*, abordamos a comunidade institucional por meio da estrutura física e a relação com a saúde das idosas encarceradas. Percebemos que os resultados referentes ao sistema prisional corroboram com a literatura. Logo, as unidades prisionais parecem não dispor de recursos necessários à manutenção desta população. A superlotação, a estrutura frágil das instalações, a ausência de recursos humanos, as dificuldades para se obter acesso ao diagnóstico prévio de doenças, dificultam as possibilidades de desenvolvimento desta população. Assim, a ausência de recursos torna o ambiente prisional nocivo à saúde das idosas.

No *macrossistema* que correponde à estrutura política e social, abordamos as políticas públicas e a saúde da população idosa durante a pandemia. Das cinco participantes, duas tiveram seus *habeas corpus* negados, mesmo sendo integrantes da população enquadrada no grupo de risco para COVID-19. Para as outras três, não havia previsão de alteração do regime fechado para a domiciliar. A Justiça desempenha o papel de proteger a sociedade e assegura que a penalidade seja cumprida pelo transgressor. Por outro lado, para manter as pessoas idosas (que integram grupo de risco) presas, faz-se necessário assegurar a ausência do risco e a melhoria da qualidade de vida no ambiente prisional. Trata-se de direito garantido pela Constituição brasileira e pelas leis penais.

O debate a cerca da etnia não constitui temática central neste estudo, mas a predominância da cor parda entre as participantes desta pesquisa e, igualmente, no sistema prisional brasileiro, nos remontam as raízes históricas de um País escravocrata. As marcas daquele período perduram até os dias atuais, uma delas se refere ao não planejamento para

abolição da escravatura o que manteve a população preta e parda (pessoa de pele mais clara) nas classes menos desfavorecidas. Os escravos saíram da senzala para viver nas favelas e ocupar postos de trabalho subalternos, com baixos salários, ausência de oportunidades, dentre elas, a escolar. São essas pessoas que, como as idosas desta pesquisa, se encontram encarceradas devido ao acesso restrito à justiça, as desigualdades sociais e econômicas.

Em suma, as prisões para as idosas encarceradas podem ser compreendidas como uma experiência em família. Via de regra, são atingidas pelas privações próprias de quem vive nas periferias e, muitas delas, veem no tráfico de drogas uma possibilidade de uma vida melhor, tanto para elas quanto para a família. Desse modo, depreende-se que os contextos bioecológicos que envolvem a vida dessas pessoas operam como facilitadores para o ingresso na vida de crimes.

No que remete ao que levaria uma mulher idosa a cometer um crime, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, tem-se que: características de personalidade; história de vida; baixos salários de aposentadoria e, em consequência, a falta de garantia de meios para sobrevivência; vínculos familiares, mais precisamente os vínculos com filhos e netos contribuíram decisivamente para sua entrada na criminalidade.

A importância desta pesquisa repousa, principalmente, na possibilidade de dar fala a essas mulheres e acolhê-las em seu sofrimento. São sobreviventes de um sistema pensado e construído para homens. É fato que as mulheres aprisionadas se encontram em menor número com relação à população masculina, mas isso não justifica a invisibilidade da classe perante os poderes públicos.

Acerca das limitações do estudo, apontamos a impossibilidade de execução da pesquisa como havia sido planejada: com ambos os sexos e com a aplicação dos três instrumentos. Acreditamos que a aplicação do teste de avaliação psicológica TAT seria relevante para a compreensão da dinâmica emocional desta população. Além disso, estudar idosos de ambos os sexos ajudaria a compreender como homens idosos e mulheres idosas se colocam frente a este fenômeno.

Ainda no tocante às limitações, percebemos que há na área da Psicologia carência de estudos sobre os idosos encarcerados em diversas facetas como: as relações interpessoais e intergeracionais, dinâmica emocional, personalidade, avaliação psicológica, entre outros. Como possibilidades para futuras pesquisas, sugerimos estudar as consequências do encarceramento sobre o psiquismo do(a) idoso(a), tais como: os sentimentos experimentados a partir do isolamento social, o agravamento de possíveis doenças mentais associadas ou

decorrentes do ambiente insalubre da prisão, o que pode ajudar no que tange à implementação de medidas que visem à qualidade de vida deste indivíduo no ambiente prisional.

Com base nos resultados desta pesquisa, sugerimos a implementação de ações ou políticas que incentivem atividades educacionais e terapêuticas no ambiente prisional, como: confecção de artesanatos, oficinas de treino cognitivo, terapia em grupo, entre outros; seriam tarefas adaptadas à condição física e cognitiva da pessoa idosa.

Ações e políticas preventivas, bem como a melhoria da qualidade de vida dos idosos em situação de risco e ou vulnerabilidade, promovem saúde mental e física para a classe. Nesse sentido, esse *status* de saúde conquistada no processo preventivo e/ou dentro das penitenciárias, contribui para minimizar a oneração dos cofres públicos com despesas médico-hospitalares, remédios e manutenção de detentos nas penitenciárias, representando um ganho para a economia do Estado e do idoso.

Portanto, almejamos que os resultados obtidos possam subsidiar o trabalho de profissionais (psicólogos, gerontólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais, advogados, especialistas em direitos humanos, profissionais da área de saúde como médicos, enfermeiros, entre outros) interessados em organizar projetos de promoção à saúde de forma geral, enfim, a todos que lidam com a pessoa idosa sob riscos de envolvimento com o crime ou já envolvidos. Ademais, esperamos colaborar para minimizar os impactos do aumento no número de idosos dentro das penitenciárias por meio do incentivo às políticas e ações de prevenção ao envolvimento com o crime na realidade nordestina e, em especial, no Estado de Pernambuco.

## REFERÊNCIAS

- Balbuglio, V. & Silva, A. C. M. (2018). “Amanhã é outro dia”: uma história e algumas reflexões sobre mulheres idosas em situação de prisão. *Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, 71 (29), 32-45. Recuperado de: <https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/703>
- Barreto, A. C. (2016). Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria Bioecológica do desenvolvimento humano. *Psicologia em Revista*, 22 (2), 275-293. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682016000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000200003)
- Benetti, I. C.; Vieira, M. L.; Crepaldi, M. A.; Schneider, D. R. (2013). Fundamentos da teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Pensando Psicologia*, 9 (16), 89-99. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279722009000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722009000100012)
- Biblioteca Virtual em Saúde/Psicologia (BVS-Psi). (2019). *Vocabulário de terminologia em Psicologia*. Recuperado de: <http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>
- Brandão, S. V. (2015). *Perfil do idoso acusado de cometer crime em um município do litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica, Instituto de Geriatria e Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7549>
- Brandão, S. V. & Neto, A. C. (2017). Perfil do idoso acusado de cometer crime. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. 10 (2), 259-277. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/10597>
- Brasil. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (2011). *Diretrizes básicas para arquitetura prisional*. (Revisão técnica ortográfica e metodológica: Gisela Maria Bester). Brasília: CNPCP. Recuperado de: <https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-cnpcp-construcao-prisoas.pdf>

- Brasil. Ministério da Saúde. (2004). *Residências terapêuticas: o que são, para que servem*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Recuperado de: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/120.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas (2005). *Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP*. (2ª ed.) Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Recuperado de: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_nacional\\_saude\\_sistema\\_penitenciario\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_sistema_penitenciario_2ed.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006 (2006). *Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI*. (Dispõe sobre a revisão e atualização do constante na Portaria nº 1.395/GM, de 10 de dezembro de 1999 - Política de Saúde do Idoso). Recuperado de: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html)
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecologia da família como um contexto para o desenvolvimento humano: pesquisa, perspectivas. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P.A. (1998). A ecologia do processo de desenvolvimento. In: Damon, W. & Lerner, R. M. (Orgs.). *Modelos teóricos de desenvolvimento humano*. 5 ed. (p. 993-1028). Nova York: Wiley.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Ambientes em perspectiva de desenvolvimento: modelos teórico e operacional. In: Friedman, S. L. & Wachs, T. D (Org.). *Medindo o ambiente ao longo da vida: métodos e conceitos emergentes* (pp.3-28). Washington: Associação Americana de Psicologia.
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Recuperado de <https://eric.ed.gov/?id=ED500312>



- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In:  
Bronfenbrenner, U., *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Recuperado de <https://psycnet.apa.org/record/2004-22011-000>
- Camarano, A. A. (2004). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Carmo, H. O. & Araújo, C. L. O. (2011). População idosa no sistema penitenciário: um olhar por trás das grades. *Revista Kairós*, 14 (6), 183-194. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/11707>
- Carvalho-Barreto, A.; Bucher-Maluschke, J. S. N. F.; Almeida, P. C. & De Souza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: Uma integração Bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22 (1), 86-92. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722009000100012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722009000100012&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção Ecológica na comunidade: proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 515-524. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010279722003000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010279722003000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- Código Penal - Decreto-lei nº 2.848/1940 (2017). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado de: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo\\_penal\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf)
- Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. (2017). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado de: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529749/codigo\\_de\\_processo\\_penal\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529749/codigo_de_processo_penal_1ed.pdf)

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. (2016). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado de: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)

Copetti, F. & Krebs, R. J. (2005). As propriedades da pessoa na perspectiva do paradigma Bioecológico. In: Koller, S. H. (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 71-93). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Côrte, B. (2010). O idoso agente do crime. In: Berzins, M. V. & Malagutti, W. (Orgs). *Rompendo o silêncio: faces da violência na velhice* (pp. 255 – 272). São Paulo: Martinari.

Dias, C. M. S. B. (2016). Relacionamento entre avós e netos: significado, evolução e expectativas. In L. V. C. Moreira (Org.). *Relações familiares* (pp. 361-371). V. 2, Curitiba: CRV.

Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. (2003). Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas. Recuperado de: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf?sequence=2>

Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Fruett, A. C. (2015). *Longeviver: O inconsciente no declínio da vida*. Fortaleza: Premium.

Ghiggi, M. P. (2012). *O idoso encarcerado: considerações criminológicas*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Recuperado de: <http://www.tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4903>

Ghiggi, M. P. (2018). Envelhecimento e cárcere: vulnerabilidade etária e políticas públicas.

*Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, 71 (29), 09-29. Recuperado de: <https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/703>

Goffman, E. (2010). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Habigzang, L. F., Lampert, S. S., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2011). A violência no contexto escolar e a inserção ecológica do psicólogo: um relato de experiência. In Koller, S. H. (Org.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 359-383). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2020). *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Brasília: Senado Federal. Recuperado de [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm\\_source=portal&utm\\_medium=popclock](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock)

JusBrasil (2020). Consulta processual. Retirado de: <https://www.jusbrasil.com.br/>

Koller, S. H. & De Antoni, C. (2011). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In Koller, S. H. (Org.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 297-314). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Keinert, T. M. M. (2009). A esperança é a primeira que morre: institucionalização e suicídios em idosos encarcerados. *Revista Boletim do Instituto de Saúde*, 47 (04), 94-96. Recuperado de: [http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n47/a24\\_bisn47.pdf](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n47/a24_bisn47.pdf)

Lei de Acesso à Informação-LAI (2011). Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm)

Lei de Execução Penal - Decreto Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. (1984). Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2019). (Banco de

Dados administrado pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com informações sobre as unidades prisionais brasileiras, desde 2004). Recuperado de: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>

Lordello, S. R. & Oliveira, M. C. S. L. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. *Psico*, 43 (2), 260-269. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11703>

Magalhães, J. S. (2017) *A pessoa idosa no sistema penitenciário: criminalidade, cidadania e condições*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Universidade Católica de Brasília). Recuperado de: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2278>

McGoldrick, M. (2007). As mulheres e o ciclo de vida familiar. In: Carter, B.; McGoldrick, M. & Cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 30-64). 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Melo, N. S.; Coelho, A. B.; Oliveira, M. M. & Souza, J. C. (2016). Envelhecer no Sistema Prisional: Condições de saúde de idosos privados de liberdade em um CRS-APAC em um município de Minas Gerais. *Enfermagem Revista*, 19, 01. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/11642>

Monteiro, S. R. (2013). *Crimes cometidos por idosos: considerações criminológicas*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul) Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1739>

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed. São Paulo: Hucitec.

Ministério da Saúde (2020). *Covid 19 no Brasil*. Governo Federal. Recuperado de: [https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

- Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020). *Covid 19 e o Sistema Prisional: a abordagem necessária*. Departamento Penitenciário Nacional. Retirado de: <https://www.gov.br/depen/pt-br/covid-19-e-o-sistema-prisional-2013-a-abordagem-necessaria-covid-19-e-o-sistema-prisional-2013-a-abordagem-necessaria>
- Oliveira, L. V., Costa, G. M. C. & Medeiros, K. K. A. S. (2013). Envelhecimento: significado para idosos encarcerados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16 (1) 139-148. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-98232013000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232013000100014)
- OMS – Organização Mundial de Saúde. Portal Brasil. (2015). *Relatório mundial de saúde e envelhecimento*. Recuperado de <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>
- Ossó, A. B. (2014). *Escuchar, observar y comprender: recuperando la narrativa en las ciencias de la salud*. Barcelona/Catalúnia: Taller Gráfico.
- Papaléo Netto, M. (2016). Estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: E. V. Freitas, & L. Py, (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia* (pp. 3-13). 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Papalia, D. E. & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (recurso eletrônico). 12ª. Porto Alegre: Artmed.
- Polonia, A. C., Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: Dessen, M. A. & Costa Junior, A. L. (Orgs.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 71-89). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pontes, F. A. R., Silva, S. C. S., Garotti, M. & Magalhães, C. M. C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Aletheia*, 26, 67-79. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a07.pdf>
- Pompeu, V. M. (2015). *O condenado idoso no brasil: um estudo sobre o sistema*

*penitenciário nacional*. (Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional, Universidade de Fortaleza-UNIFOR). Recuperado de: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=95372>

Pratti, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A.; Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a Inserção Ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 160-169. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010279722008000100020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010279722008000100020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

Queiroz, N. (2015). *Presos que menstruam* (recurso eletrônico). Rio de Janeiro: Record.

Resolução nº 14 de 11 de novembro de 1994 (1994). *Regras mínimas para o tratamento de presos no Brasil*. Recuperado de: <http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>

Santos, F. S., Lima-Silva, T. B., Almeida, E. B, Oliveira, E. M. (2018). *Estimulação Cognitiva para idosos: ênfase em memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu.

Santos, M. O. (2018). *Pessoas idosas no sistema prisional: um estudo exploratório a partir do censo penitenciário de 2014, Ceará – Brasil*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília – UNB) Recuperado de: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32280/1/2018\\_MichelledeOliveiraSantos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32280/1/2018_MichelledeOliveiraSantos.pdf)

Schultz, N. C. W., Duque, D. F., Silva, C. F., Assini L. C., Souza, D. C. & Carneiro, M. G. M. (2012). A compreensão sistêmica do bullying. *Psicologia em Estudo*, 17, (2), 247-254. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722012000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200008)

Silva, M. V. M. (2019). Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade: junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Recuperado de: <https://www.gov.br/depen/pt-br>

- Silveira, S. B. A. B.; Garcia, N. M.; Pietro, A. T. & Yunes, M. A. M. (2009). Inserção Ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção. *Psicologia da Educação*: São Paulo, 29 (2), 57-74. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141469752009000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752009000200004)
- Supremo Tribunal Federal (2020). *Glossário Jurídico*. Recuperado de: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>
- Tudge, J., Hayes, S., Doucet, F., Otero, D., Kulakova, N., Tammeveski, P., & cols. (2000). Participação dos pais em práticas culturais com crianças em idade pré-escolar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 16, 01-11.
- Vilela, D. S. D. & Silva, C. F. S. (2019). O idoso como agente do crime. In: E. P. Rabinovich, L. V. C. Moreira, E. S. Brito & M. M. Ferreira (Orgs.). *Envelhecimento e intergeracionalidade: olhares interdisciplinares*, (pp. 277-292). CRV.
- Zimmerman, G. I. (2007). *Velhice: aspectos biopsicossociais* (recurso eletrônico). Porto Alegre: Artmed.

# ANEXOS



## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO BIOSOCIODEMOGRÁFICO

1. Idade:
2. Grau de escolaridade:
3. Estado civil:
4. Onde residia:
5. Tem filhos (as), netos (as), bisnetos (as), sobrinhos (as)? Quantos? Quais idades?
6. Profissão:
7. Trabalhava? É aposentado(a)?
8. Renda familiar:
9. Religião:
10. Tem algum problema de saúde? Qual?
11. O que costumava fazer em seu tempo livre?
12. O que costuma fazer hoje em seu tempo livre?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Fale-me sobre a sua rotina.
2. Como era a rotina antes de o(a) senhor(a) vir para este lugar?
3. Como o(a) senhor(a) se sente neste local?
4. Como o(a) senhor(a) percebe o envelhecimento?
5. O(a) senhor(a) acha que o envelhecimento lhe trouxe algum impacto?
6. Está em cumprimento de pena faz quanto tempo? Fale sobre isso.
7. O que motivou a prática do delito? Fale mais sobre isso.
8. Qual tipo de infração o(a) senhor(a) cometeu?
9. Como é a relação com seus pares aqui?
10. A quem você se sente mais próximo?
11. Como é a relação com seus familiares?
12. Tem alguma pessoa na sua família que é mais significativa para o(a) senhor(a)?
13. Como é a relação entre o(a) senhor(a) e essa pessoa?
14. Se pudesse mudar algo em sua vida, o que mudaria?
15. Qual o maior obstáculo para sua mudança?
16. Quais são suas perspectivas, metas para o futuro?

## APÊNDICE C



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CRIMINALIDADE NA TERCEIRA IDADE: UMA COMPREENSÃO NA PERSPECTIVA BIOECOLÓGICA

**Pesquisador:** Cristina Maria de Souza Brito Dias

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 27234819.5.0000.5206

**Instituição Proponente:** Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

**Patrocinador Principal:** FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.938.140

#### Apresentação do Projeto:

O projeto busca estudar a criminalidade na terceira idade, a partir da perspectiva teórica Bioecológica. **Trata-se** de uma pesquisa de natureza qualitativa, cuja amostra será composta por seis idosos a partir de 60 anos de idade, do sexo masculino e feminino, que estejam cumprindo pena em alguma instituição ou órgão penal do Estado de Pernambuco. Os instrumentos para a coleta de dados constarão de Questionário biosociodemográfico; Roteiro de Entrevista Semiestruturada; administração da técnica projetiva Teste de Apercepção Temática (TAT) na forma reduzida. A análise dos dados será feita por meio da Análise de Conteúdo. Espera-se, a partir dos resultados, compreender os fatores que influenciam uma pessoa idosa a cometer um crime. Além disso, almeja-se incentivar ações e políticas públicas que favoreçam a prevenção e melhorem as condições de saúde e qualidade de vida do idoso, não apenas fora das penitenciárias, mas dentro dessas instituições. Por conseguinte, dar visibilidade social e científica ao tema e fornecer subsídios teóricos e práticos aos profissionais que lidam com essa problemática.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Compreender o que leva uma pessoa idosa, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, a cometer um crime.



## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 3.938.140

Objetivos secundários:

- 1) Investigar o perfil biopsicossocial de idosos que cometeram crimes;
- 2) Conhecer o contexto que contribuiu para o(a) idoso(a) cometer o delito;
- 3) Analisar os fatores que influenciam alguns idosos a praticar crimes.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Com relação aos riscos, existe a possibilidade de desconforto diante de determinadas questões, o que será respeitado e contornado assegurando o sigilo e o apoio psicológico que for necessário.

Os benefícios relacionados com a participação nessa pesquisa dizem respeito ao fato de, a partir dos resultados, serem levantadas proposições e propostas de intervenção que possam facilitar a melhoria nas condições de vida e saúde da população idosa dentro e fora das penitenciárias.

Riscos e benefícios estão adequadamente descritos.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa apresenta temática bastante relevante, podendo trazer grandes contribuições tanto para as áreas do saber e práticas que se ocupam da pessoa idosa, quanto para as políticas públicas e sistema penitenciário. O projeto aponta um crescimento, nos últimos sete anos, de mais de 100% do número de idosos encarcerados em contraponto com a escassa literatura acerca dessa problemática de um modo geral e, especificamente, no campo da Psicologia, em que o projeto de pesquisa se insere, corroborando a relevância e urgência do estudo.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão adequadamente descritos.

### **Recomendações:**

Sem recomendações.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as recomendações e solicitações emitidas no primeiro parecer foram devidamente contempladas.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

A Coordenação do CEP acompanha o parecer do Colegiado "APROVADO" e lembra à necessidade do envio do RELATÓRIO FINAL da pesquisa em cumprimento das determinações contidas na RESOLUÇÃO Nº 466 CNS, de 12/12/2012 como orienta o Manual intitulado: "ENVIAR

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep@unicap.br

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 3.938.140

NOTIFICAÇÃO”, disponibilizada na Central de Suporte da Plataforma Brasil  
<http://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/publico/indexPublico.jsf>

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1492672.pdf	04/03/2020 15:54:51		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	03/03/2020 18:14:20	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/03/2020 18:13:57	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Lattes_orientanda_Daniely.pdf	20/12/2019 10:10:07	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Lattes_Prof_Cristina.pdf	20/12/2019 10:07:54	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_aprovada_entregue.jpg	20/12/2019 10:01:09	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_cientifica.jpg	20/12/2019 09:59:00	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso_assinatura.jpg	20/12/2019 09:48:45	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso.jpg	20/12/2019 09:46:33	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_aceite_assinaturas.jpg	20/12/2019 09:43:35	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_aceite.jpg	20/12/2019 09:43:13	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	19/12/2019 22:30:04	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 3.938.140

RECIFE, 27 de março de 2020

---


**Assinado por:**

**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**

**(Coordenador(a))**

## APÊNDICE D

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

	<p><b>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO</b>  <b>PRÓ-REITORIA ACADÊMICA</b>  <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA</b>  <b>CLÍNICA</b></p>
---	--

#### PREZADO (A) PARTICIPANTE

1. O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “A mulher idosa e a criminalidade: uma compreensão na perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano”.
2. O (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento.
3. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.
4. Objetivo geral: compreender o que leva algumas mulheres idosas, após toda uma vida sem envolvimento com a Justiça, a cometerem um crime. Especificamente pretende-se:
  - 1) Apresentar e contextualizar a Teoria do Desenvolvimento Humano a partir da perspectiva Bioecológica;
  - 2) Conhecer o contexto que contribuiu para mulheres idosas incorrerem no delito;
  - 3) Analisar os fatores que influenciam algumas pessoas no processo de envelhecimento e velhice a praticarem crimes.
5. Sua participação consistirá em responder a um questionário, uma técnica de apercepção temática e uma entrevista, instrumentos relacionados com as questões supracitadas. *Existe a possibilidade que, diante de determinadas questões, você se sinta desconfortável ou inibido, o que será respeitado e contornado assegurando o sigilo e o apoio psicológico que for necessário.*
6. Os benefícios relacionados com a sua participação nessa pesquisa dizem respeito ao fato de, a partir dos resultados, serem levantadas proposições e propostas de intervenção que podem facilitar a melhoria nas condições de vida e saúde da população idosa dentro e fora das penitenciárias.

7. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

8. Solicitamos autorização para gravar e transcrever sua participação, com a finalidade de melhor compreender e analisar os resultados.

9. Salientamos ainda que não pretendemos, **com a** sua participação, causar nenhuma espécie de dano ou perda, seja ela pessoal ou profissional, podendo interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo de qualquer ordem. Os dados ficarão guardados, em local seguro, com a pesquisadora, por um período de cinco anos, após o qual serão apagados. Todos os informes que possam identificá-lo serão alterados, de forma a não possibilitar sua identificação.

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na Rua do Príncipe, 526 – Boa Vista – bloco G4 – 6º andar, sala 609 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. telefone: (81)2119-4041 ou 2119-4376 – endereço eletrônico: [cep@unicap.br](mailto:cep@unicap.br) - **Horário de funcionamento: 8h às 12h e das 13h às 17h - Segunda a sexta-feira.**

**Em caso de dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.**

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

**COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP**  
**SRTV 702, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte**  
**CEP: 70719-000 - Brasília-DF**